



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Juarez de Almeida Moraes Junior

COMPADRES DOS SENHORES:

**A NOBREZA DA TERRA E OS LAÇOS DE COMPRADRIO ENTRE AS ELITES E
ESCRAVOS NA FREGUESIA DE SÃO GONÇALO DE AMARANTE (1646-1668)**

São Gonçalo

2022

Juarez de Almeida Moraes Junior

**COMPADRES DOS SENHORES:
A NOBREZA DA TERRA E OS LAÇOS DE COMPRADRIO ENTRE AS ELITES E
ESCRAVOS NA FREGUESIA DE SÃO GONÇALO DE AMARANTE (1646-1668)**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social do Território

Orientador: Prof. Dr. Rui Aniceto Nascimento Fernandes

São Gonçalo

2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

FEITA NA BIBLIOTECA

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Juarez de Almeida Moraes Junior

Compadres dos Senhores: A Nobreza da terra e os laços de compadrio entre as elites e escravos na Fregresia de São Gonçalo de Amarante (1646-1648)

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social do Território

Aprovada em **XX** de **mês** de **ano**.

Banca Examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Rui Aniceto Nascimento Fernandes
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof. Dr. João Luís Ribeiro Fragoso
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Prof. Dr. Roberto Guedes Ferreira
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ

São Gonçalo

2022

DEDICATÓRIA

AGRADECIMENTOS

RESUMO

SOBRENOME, Nome. *Compadres dos Senhores: A Nobreza da terra e os laços de compadrio entre as elites e escravos na Freguesia de São Gonçalo de Amarante (1646-1648)*. 2022. 98f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2022.

Resumo: O objeto de estudo do trabalho está baseado na Freguesia de São Gonçalo de Amarante no século XVII, no contexto temporal de (1646-1668). Este estudo analisou as relações existentes entre senhores e escravos, a partir do apadrinhamento. A partir de registros de batismos de livres e de escravos assim como as escrituras de compras e vendas de terras e de escravos, percebe-se que estes laços de parentesco fictício através da escolha de padrinhos de outras fazendas pelos escravos, só era possível porque os senhores destes também eram aliados políticos. Esta elite que tinha laços de apadrinhamento e de parentesco fictício mútuos, pois os membros desta Nobreza da Terra compravam terras uns dos outros e também apadrinhavam seus próprios filhos.

Palavras-Chave: Escravidão, Compadrio e Nobreza

ABSTRACT

SOBRENOME, Nome. *Compadres dos Senhores: A Nobreza da terra e os laços de compadrio entre as elites e escravos na Fregresia de São Gonçalo de Amarante (1646-1648)*. 2022, 98f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2022.

Abstract: The object of study of this work is based in the parish of São Gonçalo de Amarante in the seventeenth century, in the context of time between (1646-1668). This study will seek to analyze the relationships between masters and slaves, based on sponsorship. From the records of free and slave baptisms as well as the land and slave purchase and deed scriptures, it is clear that these fictitious kinship ties through the choice of godfathers from other farms were only possible because Lords of these were also political allies. This elite who had ties of patronage and fictitious kinship, because the members of this Earth Nobility bought each other's land and also sponsored their own children.

Keywords: Slavery, Cordiality and Nobility

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Sesmeiros do século XVI	15
Tabela 2 –	Famílias senhoriais	21
Tabela 3 –	Hierarquias da organização da capitania do Rio de Janeiro	23
Tabela 4 –	Senhores de engenho na fundação da freguesia de São Gonçalo de Amarante	27
Tabela 5 –	Filhos (as) de Álvaro de Matos e Marta Filgueira	29
Tabela 6 –	Filhos (as) de Jerônimo Barbalho e Isabel Pedrosa	31
Tabela 7 –	Pais dos filhos apadrinhados por Jerônimo Barbalho	34
Tabela 8 –	Senhores donos de escravos com relações estabelecidas com Jerônimo Barbalho	35

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACMN	Arquivo da Cúria Metropolitana de Niterói
ACMRJ	Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro
AHU	Arquivo Histórico Ultramarino
AN	Arquivo Nacional
ANTT	Arquivo Nacional da Torre do Tombo
BDEFRG	Banco de Dados da Estrutura Fundiária do Recôncavo da Guanabara, sécs. XVII – XVIII, elaborado pelo professor Maurício de Abreu e seus colaboradores, disponível em http://mauricioabreu.com.br/

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	13
1	São Gonçalo do século XVII: as elites e suas relações com a terra	14
1.1	A região da Freguesia de São Gonçalo de Amarante até 1647	14
1.2	O papel da Nobreza da Terra na formação da Freguesia de São Gonçalo de Amarante	24
1.3	A Nobreza da Terra da Freguesia de São Gonçalo de Amarante e suas redes	28
2.	Revolta da Cachaça e os bandos de São Gonçalo do Amarante	37
2.1	Fontes históricas: uma análise geral acerca da São Gonçalo colonial	37
2.2	A formação do Bando dos Barbalho Bezerra	43
2.3	A Revolta da Cachaça (1660-1661)	60
3.	Cotidiano e família escrava na São Gonçalo do século XVII	64
3.1	Formação da família escrava na Freguesia de São Gonçalo de Amarante	64
3.2	Cotidiano, convivência e rotina na Freguesia de São Gonçalo de Amarante	87
	CONCLUSÕES	94
	REFERÊNCIAS	95

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca entender a região da Freguesia de São Gonçalo de Amarante entre as décadas de 1640 e 1660. A partir das fontes de registros de batismos de escravos e livres e fontes cartoriais de compra e venda de terras, esta dissertação problematiza todo o processo na busca na formação da freguesia assim como as relações de convivência entre os senhores da nobreza da terra, assim como seus cativos conviviam.

No primeiro capítulo, a pesquisa busca entender como era a região da freguesia até sua fundação em 1647 mapeando a chegada das principais famílias da elite na região, além de problematizar como formaram os primeiros laços familiares e políticos ao chegarem no local. A união desses personagens que formaram uma sólida liderança foi mapeada através de matrimônios e principalmente os batismos de livres e escravos.

No capítulo dois, o trabalho procurou abordar a trajetória dos membros da família Barbalho Bezerra, desde a importância do patriarca, Luís Barbalho no nordeste açucareiro, até a chegada na região que seria a freguesia, assim como o papel de seus filhos Jerônimo e Agostinho Barbalho. Além disso, foi problematizado a formação do bando aliado da família Barbalho Bezerra, grupo esse foi responsável por todo processo da fundação da freguesia na década de 1640. Por isso, vários desses personagens do bando vão protagonizar a Revolta da Cachaça em 1660-1661.

No terceiro e último capítulo deste trabalho, há um debate historiográfico sobre a metodologia sobre o batismo e como foram formadas famílias escravas dentro das propriedades dos grandes proprietários de cativos, de terras e produtores de açúcar da região. Além disso, a partir do cruzamento das fontes de batismos de livres e escravos com os registros cartoriais de compra a venda, a pesquisa procurou entender a rotina e convivência cotidiana não só dos membros das elites, mas também como essas relações desses proprietários também eram refletidas nas rotinas dos seus escravos.

CAPÍTULO 1: São Gonçalo do século XVII: as elites e suas relações com a terra

1.1) A região da Freguesia de São Gonçalo de Amarante até 1647:

Este primeiro capítulo da dissertação, tem como temática central a compreensão da formação e desenvolvimento da região que se consolidou como a Freguesia de São Gonçalo do Amarante no século XVII.

Serão problematizadas questões que explicitem como os membros da Nobreza da Terra se consolidaram, tanto economicamente como politicamente na Freguesia de São Gonçalo de Amarante, assim como na capitania do Rio de Janeiro. Ademais, as suas conexões no atlântico através do comércio do açúcar e de escravos, demonstram que suas influências extrapolavam os limites não só da freguesia e até mesmo da capitania, visto que muitos membros dessa elite possuíam familiares na Bahia ou em Pernambuco.

Nessa primeira parte do capítulo, será reconstruído o que era a região da freguesia até a sua fundação em 1647. Será construído um mapeamento relacionado a chegada das principais famílias de elite da região, pensando assim como os laços familiares e políticos foram se consolidando.

A ocupação e colonização do Rio Janeiro têm como marco inicial a segunda metade do século XVI. Pois, apenas após a expulsão definitiva dos franceses e a fundação da cidade em 1565 que os portugueses começaram de fato o processo de se concentrar no apoderamento do território.

Para uma compreensão mais ampla sobre essa posse territorial, é fundamental entender que a coroa portuguesa utilizou da estratégia de distribuição de sesmarias, tanto promover a ocupação do território, como a defesa da localidade de novas invasões estrangeiras. Afinal

“A intenção era bastante visível de povoar, enraizar e fixar os conquistadores da região para afastar o perigo de um novo ataque francês ou de qualquer outra monarquia europeia. A política portuguesa era estrategicamente perfeita”¹

Além disso, “a distribuição de sesmarias coube como uma luva para a formação de um cordão de isolamento para os índios mais bravos”². Defender o território era uma pauta central, porém para ocupar diretamente essa terra, cabia aos portugueses uma estratégia

¹ CAETANO, Antônio Felipe Pereira. Entre a sombra e o sol. A Revolta da Cachaça, a freguesia de São Gonçalo de Amarante e a crise política fluminense. Rio de Janeiro 1640-1667. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2003. p. 85

² idem. p. 85.

específica para facilitar aos sesmeiros algo que os beneficiasse no processo de prosperidade na região.

A concessão dos territórios a partir das sesmarias ocorreu exatamente pela questão fluvial da capitania, pois a baía da Guanabara era o centro da distribuição e ocupação do território, afinal, a comunicação e interligação das regiões seria feita pelos rios. Isso se verifica em diversos relatos de viajantes e mapas do XVI e XVII, pois indicam a grande preocupação dos colonizadores em dividir a terra nos arredores da baía.

Ao detalhar na segunda metade de XVI os arredores da baía da Guanabara, Gabriel Soares de Souza³ destaca várias regiões que posteriormente seriam ocupadas pelas distribuições das sesmarias. Apontando o nome de rios e ilhas locais, este viajante já sinaliza que havia um conhecimento de pontos nevrálgicos que seriam ocupados posteriormente pelos colonizadores. O autor cita, Baxindiba⁴, Macacu, Suaçuna, Piratininga, dentre outros pontos fundamentais.

Analisando de maneira aprofundada a região que posteriormente seria a Freguesia de São Gonçalo de Amarante, já na segunda metade do XVI, “três homens receberam terras na região da Aldeia de Itaoca, Ibirapitanga e Quarity: José Adorno, Pedro Martins Namorado e Antônio Rodrigues de Almeida”⁵.

A distribuição dessas terras após 1565 foi sendo organizada para alguns indivíduos que tiveram destaque na defesa do território, como por exemplo João Carrasco que “foi companheiro de Estácio de Sá na recuperação da cidade do Rio de Janeiro, e quando se mudou para a região fluminense solicitou a sesmaria”⁶ e a recebeu em 1571, conforme destaca a tabela 1.

Datas	Nomes	Locais
6.1.1565	Antônio Rodrigues de Almeida, José Adorno e Pedro Martins Namorado	Aldeia de Itaoca
5.9.1565	José Adorno	Birapitanga
5.9.1565	Pedro Martins Namorado	Quarihy
17.10.1567	Diogo da Rocha (de Sá)	Curumurepe/Ubirapitanga

³ SOUSA, Gabriel Soares de. Tratado descritivo do Brasil em 1587. 5ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1987.

⁴ Que acreditamos ser o rio Guaxindiba.

⁵ CAETANO, op. cit. p. 86.

⁶ CAETANO, ibidem. p. 90.

20.10.1567	Bastião Lourenço	Suassunhã
23.3.1568	Antônio de Marins (ou Mariz)	Curumurepe/Eubirapitanga
23.3.1568	Manoel Machado	Birapitanga
23.3.1568 (?)	Gaspar de Figueiredo	Birapitanga
22.5.1571	João Carrasco	Mutuá/Guaxindiba
22.5.1571	Francisco Carrasco	Mutuá/Guaxindiba
11.11.1573	Braz Azevedo	Imbussu (Imboçu)
28.3.1579	Gonçalo de Aguiar	Guaxindiba
4.4.1579	Francisco Lopes	Maryoy
6.4.1579	Gonçalo Gonçalves	Porto de Birapitanga
23.7.1579	Chrispim da Cunha (Tenreiro)	Guaxindiba
14.9.1596	Gonçalo de Aguiar	Guaxindiba
22.12.1597	Pedro da Silva e Francisco Martins	Guaxindiba
8.5.1598	Gonçalo de Aguiar	Guaxindiba

Fonte: MOLINA, Evadyr; SILVA, Salvador Mata e. **São Gonçalo no século XVI**. São Gonçalo: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1995. p. 6

Nesse processo da distribuição de terras na Banda d'Além, os personagens que receberam sesmarias “já haviam ocupado algum cargo administrativo na América portuguesa, ou seja, faziam parte da burocracia monárquica lusitana nas regiões americanas”⁷. Esse processo está pautado pela formação da nobreza da terra local, pois,

“O processo de arraigamento das primeiras famílias senhoriais na região. Tais famílias vinham do reino e outras partes do império a serviço de Sua Majestade e às custas de suas próprias famílias e fazendas, razão pela qual arrogavam para si o título de nobres ou principais da terra.”⁸

Com o início do enraizamento das primeiras famílias na região da Banda d'Além, a estratégia utilizada pelos primeiros conquistadores foi a produção dos bens de consumo indígenas, “nomeadamente o aipim, o pau-brasil e frutas tropicais como a laranja, o abacaxi e o caju”⁹. Gabriel Soares de Souza, por exemplo, relata que

⁷ CAETANO, *ibidem*. p. 86.

⁸ AGUIAR, Júlia Ribeiro. Por entre as frestas das normas: nobreza da terra, elite das senzalas e pardos forros em uma freguesia rural do Rio de Janeiro (São Gonçalo, séculos XVII e XVIII). Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015. p. 30-31.

⁹ *Idem* p. 28.

“Neste Rio de Janeiro se podem fazer muitos engenhos por ter terras e águas para isso, no qual se dão as vacas muito bem, e todo o gado de Espanha; onde se dá trigo, cevada, vinho, marmelos, romãs, figos e todas as frutas de espinho; e muito farto de pescado e marisco, e de todos os mantimentos que se dão na costa do Brasil; onde há muito pau do Brasil, e muito bom”¹⁰

Alguns autores apontam que a distribuição de terras a partir da concessão das sesmarias na região não provocou efeito imediato no enraizamento dos sesmeiros, pois “apenas Antônio de Marins temos a certeza de que se enraizou na região, o que fez com que ela se tornasse um prato cheio para a prática do arrendamento”¹¹. Sendo assim, “as terras doadas em meados no século XVI somente se tornasse produtivas no século seguinte, sendo justamente o que ocorreu com as terras de Antônio de Marins e o Engenho Nossa Senhora das Neves.”¹²

Álvaro de Matos, um dos personagens que será analisado neste trabalho, teve suas terras arrendadas por Domingos Pedroso no Engenho de Nossa Senhora do Rosário, para Teotônio da Silva e sua mulher Ana de Azevedo¹³ assim como Luiz Peres e seu sogro que tinha um partido de cana em suas terras além de 4 escravos de guiné em 1636¹⁴. Esse caso indica algo que será central na economia local, pois através da produção canavieira com utilização da mão de obra escrava africana, a região terá um grande destaque no XVII.

Buscando aqui problematizar as questões introdutórias acerca da chegada das elites que se consolidaram na freguesia de São Gonçalo de Amarante no decorrer do século XVII, serão na sequência identificados as relações e questões que se colocaram como possíveis pontos de tensões entre esses grupos, de forma que se estabelecesse disputas que resultaram em distintos conflitos, como a Revolta da Cachaça.

De forma mais específicas, serão aqui analisados alguns dos “bandos” e grupos que formavam a chamada “nobreza da terra”, estabelecidos no Rio de Janeiro e adjacências desde o século XVI e, com maior profundidade, no XVII. Esses estabeleciam as regras e poderes consolidadas no decorrer do período colonial, dentro da lógica promovida pelo “Antigo Regime dos Trópicos”, que

[...] trata-se de uma sociedade hierarquizada pela política. Deter o controle sobre o governo da República significava pertencer ao grupo social com chances de dominar a sociedade. No Rio, a princípio, tal

¹⁰ SOUSA, op. cit., p. 108.

¹¹ CAETANO, op. cit., p. 92.

¹² Idem p. 92.

¹³ AN, 1ON, 37, p. 57v; AGCRJ, Códice 42-3-55 <http://mauricioabreu.com.br/escrituras/>

¹⁴ AN, 1ON, 32, p. 142v; AGCRJ, Códice 42-3-55, p. 109 <http://mauricioabreu.com.br/escrituras/>

estrato era formado por conquistadores. Autodenominavam-se, e eram reconhecidos pela sociedade nascente, a nobreza da terra ou as melhores famílias da governança.¹⁵

Essa caracterização vai ao encontro do debate acerca das influências do Antigo Regime na América em seu contexto de colonização. Maria Fernanda Bicalho destaca que as estruturas do poder mercantilista se ampliaram com o processo de colonização no Novo Mundo, pois

Se a expansão, desde o século XV, e a conquista do Novo Mundo, a partir do XVI, abriram um variado leque de possibilidades de prestação de serviços à monarquia, também agiram no sentido de ampliar o campo de ação da coroa, permitindo-lhe dispor de novas terras, ofícios e cargos; atribuir direitos e privilégios a indivíduos e grupos; auferir rendimentos com base nos quais concedia tenças e mercês; além de criar uma nova simbologia do poder, remetendo ao domínio ultramarino da monarquia portuguesa.¹⁶

O conceito de nobreza da terra é bastante problematizado na historiografia brasileira que estuda o período colonial. Oriundo das fontes que se referem à região de produção açucareira de Pernambuco e adjacências, notadamente no contexto de dominação holandesa, tal conceituação se coloca como importante para melhor entender as relações das elites e grupos que se consolidaram na efetivação de domínios na produção de matérias-primas no contexto colonial. Porém, Bicalho ressalta a importância de se relativizar tal uso, pois

Há historiadores que afirmam que a designação qualificada de *nobreza da terra* só pode ser usada ao nos referirmos à *açucarcracia* pernambucana. Alguns argumentam que, de toda a América Portuguesa, só em Pernambuco colonial o termo *nobreza da terra* aparece na documentação. Daí ser legítima a utilização o termo no que se concerne às demais capitânias da América portuguesa. O termo, no entanto, aparece em diferentes fontes da época. [...] No entanto, o que se pretende aqui não é discutir se o termo encontra-se ou não na documentação, e sim a construção e legitimidade de utilização do conceito a partir de certos atributos das elites coloniais de diferentes capitânias.¹⁷

Feito tais ressalvas, a autora infere que o conceito de nobreza da terra é, de forma mais ampla, aplicado para se estabelecer o conhecimento empírico acerca das elites coloniais ligadas às produções de matérias-primas específicas. Seriam assim senhores de engenho e

¹⁵ FRAGOSO, 2003, p. 15

¹⁶ BICALHO, 2005, p. 22.

¹⁷ BICALHO, op. cit, p. 4.

proprietários de terras e escravos, dentro de uma sociedade que, para além do sentido comercial e de suas relações escravistas, estabelece valores ligados ao modelo do Antigo Regime, definido nos parágrafos anteriores.¹⁸

Evaldo Cabral de Mello, ao analisar a formação dessa nobreza da terra, a entende como uma forma de compreensão das elites que ocupam o poder e dominam tais espaços. O autor problematiza a originalidade do termo na região pernambucana de dominação portuguesa. Bicalho dialoga com esse debate, entendendo que no pós-dominação flamenga, a nobreza da terra como um

Novo coletivo adotado pelos descendentes dos antigos principais, uma vez que a açucarocracia pernambucana passou a apostar na promoção estamental como forma de legitimar sua dominação política, social e econômica da capitania.¹⁹

João Fragoso aprofunda o olhar acerca da questão das nobrezas da terra, partindo desse pressuposto que o entendimento dessas elites passava, também, por uma questão maior que se relacionava com um padrão estabelecido na produção colonial consolidada nas capitanias entre os séculos XVI e XVII.

Assim, sua utilização da conceituação de nobreza da terra vai além do cenário pernambucano, muito referendado por outros historiadores importantes do campo, como Evaldo Cabral de Mello. Destaca Fragoso que essa nobreza se organizava em “bandos”, ou seja, grupos que se relacionavam e estabeleciam diferentes laços a partir das relações públicas vigentes, formando espaços de domínio e poder mantidos via casamento, batismo e outros laços de parentesco estabelecidos. Assim, formava-se o que chamou o autor de “nobreza da República”, que se caracteriza com base no

mando político e (n)a apropriação daquilo que chamei de “economia do bem comum”. Esta economia seria formada por bens e serviços públicos sob a jurisdição do Senado e do rei, porém administrados por poucos eleitos, mas custeados por todos os colonos. Tal quadro, por decorrer do controle da política e se traduzir numa acumulação econômica excludente, se decidia na disputa política e se assentava em vastas redes de parentesco e de clientela.²⁰

Fragoso também aponta que esses bandos foram se consolidando no decorrer do século XVI e XVII nas freguesias do Rio de Janeiro, muito pela importância que possuía esse

¹⁸ Idem, p. 22.

¹⁹ Idem, p. 24.

²⁰ FRAGOSO, 2000, p. 101.

território pelo comércio do açúcar, aguardente e contato com a Bacia do Prata. Infere o autor que

Esta hipótese parece ser tentadora para o Rio de Janeiro, já que, na virada do século XVI para o XVII, esta cidade é, em geral, conhecida pela historiografia como uma área de ligação comercial para a Bacia do Prata. O Rio de Janeiro, nas primeiras décadas do século XVII, surgiria como uma região produtora de aguardente e farinha de mandioca, produtos que serviriam de escambo para a aquisição dos cativos africanos, parte dos quais enviados para o Prata.²¹

O autor ainda destaca que entre 1565, ano de fundação do Rio de Janeiro, e 1620, as principais famílias que se consolidariam como parte da nobreza da terra até o século XVII, já haviam se estabelecido na região. Explica Fragoso, que tais famílias podem ser caracterizadas por três diferentes modelos: famílias extensas, famílias derivadas por linha feminina das “extensas” e famílias simples.

Segundo diferentes fontes referentes a dados demográficos do período, o Rio de Janeiro teve uma expansão considerável em seu número de engenhos entre 1583 e 1630, passando de três para sessenta dentro desse intervalo.²² Ainda se tratava, então, de um número bruto menor se comparado aos espaços do Nordeste onde foram se consolidando de forma pioneira a produção de açúcar, como Pernambuco (com 150 engenhos no mesmo cenário) e Bahia (com 80 engenhos).²³

No decorrer do século XVII, Fragoso aponta que é possível destacar que existiram 197 famílias/genealogias que, em algum momento, possuíram um ou mais engenhos de açúcar. É a partir dessa análise que se indica o fato de que 61% desse total já havia se estabelecido no Rio de Janeiro antes de 1621, o que totalizou 120 das 197 famílias no total. Destaca Fragoso que, excetuando as famílias derivadas por linha feminina, que são 73 no total, sobriam “apenas” 124 famílias das 197 citadas. Entretanto,

nota-se que destas 124, 52 famílias senhoriais (simples e extensas) ou 58%, foram formadas até 1620. Entretanto, este resultado se altera completamente quando consideramos que entre aquelas 52 famílias, 27 eram extensas que, por seu turno, ao longo do Seiscentos, dariam origem a outras 68 famílias senhoriais. E, assim sendo, fazendo uma simples conta de somar, temos que, antes de 1621, as bases de 120

²¹ Idem p. 53.

²² Idem p. 46.

²³ Idem, p. 45.

famílias senhoriais (ou 61% de todas as 197 famílias) já estariam presentes no recôncavo do Rio de Janeiro.²⁴

Esses dados nos explicitam como, já na transição dos séculos XVI e XVII, havia ocorrido uma grande concentração de grupos das elites que se consolidaram como parte da nobreza da terra no Rio de Janeiro. E a lógica escravocrata se fazia presente desde seus primórdios. Um exemplo claro é a família de Salvador Correia de Sá e Benevides, que chegou a ter, em 1642, mais de 700 escravos oriundos da Guiné em suas propriedades.²⁵ Outros exemplos, como cita Fragoso, são

D. Feliciano de Pina que contaria com 91 cativos em 1656; Pedro de Souza Pereira, com 70 escravos em 1673; ou João Dique, com 90 cativos em 1712. Estes números insinuam que, ao longo do século XVII, teríamos uma elite à frente de uma economia de plantation.²⁶

As relações com ministros ou oficiais do rei de Portugal na efetivação das elites consolidadas enquanto nobreza da terra também se fizeram notáveis. Entende-se como ministros ou oficiais, aqueles que eram “provedores da fazenda, escrivães da alfândega, capitães-de-infantaria ou governadores.”²⁷ Eram pessoas que serviam ao rei e, de alguma forma, recebiam doações, privilégios ou espaços de poder específicos dentro daquele contexto. A função de organizar a administração pública nos tópicos, foi um dos caminhos estabelecidos por esses.

Uma tabela importante de se destacar é aqui explicito abaixo, acerca das famílias senhoriais criadas a partir de famílias extensas com fundador ministro ou oficial do rei:

Tabela 2 – Famílias senhoriais

	Famílias Extensas	% de (A)	FAM. SR.	% de (A)
Ministros	16	50.0	49	67.1
Outros	16	50.0	24	32.9
Totais(a)	32	100.0	73	100.0

APUD: FRAGOSO, João. A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII). Topoi, Rio de Janeiro, 2000, nº 1, p. 58.

²⁴ Idem, p. 47.

²⁵ Idem, p. 54.

²⁶ Idem, p. 54.

²⁷ Idem, P. 55.

Os dados acima permitem com que seja possível afirmar que o casamento teve uma grande importância na consolidação dessas alianças e relações pré-estabelecidas. Por exemplo: “das 197 famílias senhoriais conhecidas nos Seiscentos, 73 ou 37% derivavam por linha feminina de outras 32 famílias. Assim, temos um conjunto de 105 famílias senhoriais (32+73), onde cada uma estava ligada por relações de parentesco com, pelo menos, outra família.”²⁸ Assim, Fragoso explicita que o casamento possuía uma função de extrema relevância na fomentação de tais alianças, pois

O casamento para o noivo-estrangeiro representava não só a possibilidade de ter acesso a um dote, mas também a todo um sistema de alianças e solidariedades presente na elite colonial.²⁹

Por essas e outras questões, se faz possível inferir que as famílias originárias de alianças com ministros e oficiais do rei são, no século XVII, as que possuem o maior número de senhores de engenho, tal como uma maior estabilidade e capacidade de gerar outras famílias, ou seja, de absorver estrangeiros.³⁰

Essas relações vão ao encontro das informações já antes aqui destacadas, que tais bandos se inseriram de diferentes formas nos cargos políticos do Rio de Janeiro, tal como da administração pública local. Esse fator resvalou em diferentes freguesias, incluindo a que aqui é com maior centralidade problematizada, que é de São Gonçalo de Amarante. Como explicita Fragoso,

[...] a formação da primeira elite senhorial se identifique com a posse dos cargos da administração pública – aí se incluem também os postos no senado da câmara - nas mãos de determinadas famílias. Na administração da coisa pública, ter-se-ia também administrado a construção da referida elite.³¹

Tendo como base o organograma administrativo-político da época, o Governador seria entendido sempre como a autoridade máxima militar e civil da capitania, sendo essa uma designação do rei. Dentre as funções estabelecidas para o cargo, estão inseridas a possibilidade de distribuir sesmarias e indicar pessoas para cargos administrativos, desde que passando pelos aparatos da coroa portuguesa.³² Essas funções se faziam importantes para

²⁸ Idem, p. 58.

²⁹ Idem, p. 58.

³⁰ Idem., p. 59.

³¹ Idem, p. 59.

³² Idem, p. 60.

demarcar os poderes e bandos que viriam a se estabelecer dentro das freguesias criadas no contexto em voga.

E nesse cenário, a família Correia de Sá se destaca, merecendo assim uma atenção mais detalhada na análise que aqui é realizada. A partir da entrada de Salvador Correia de Sá como governador, após a retirada de Mem de Sá em 1568, esse grupo familiar se consolidou como um dos mais importantes do contexto colonial da América Portuguesa entre os séculos XVI e XVIII. A título de exemplo podemos citar que membros dessa família governaram o Rio de Janeiro por 55 anos, durante os anos de 1568 e 1700. Isso explicita a preponderância e poder estabelecidos por esse bando no Rio de Janeiro, o que resultou também em disputas de campo com outros grupos familiares e conflitos, como a Revolta da Cachaça.

Essa posição de centralidade da família aumentou ainda mais a partir de 1608, quando o poder do Governador do Rio de Janeiro se ampliou a partir da criação da Repartição Sul. Como destaca Fragoso, “por esta medida, o Rio adquiria maior autonomia frente o Governo Geral e ainda recebia a jurisdição das capitanias de São Vicente e do Espírito Santo.”³³

Essa caracterização pode ser relacionada, também, com a questão do poder religioso. Quando é analisado o caso de São Gonçalo, esse fator fica muito evidente. A organização administrativa do referido contexto era demarcada da seguinte maneira:

TABELA 3 - HIERARQUIA DA ORGANIZAÇÃO DA CAPITANIA DO RIO DE JANEIRO
1º. Governador
2º. Ouvidor
3º. Alcaide-mor
4º. Provedores da fazenda real (Nomeados pelo rei)

Nos postos abaixo do principal, que era o de governador, diferentes eram as funções estabelecidas. Os ouvidores, por exemplo, eram responsáveis por “ministrar a justiça”³⁴, ou seja, como demonstra Fragoso,

Com a criação da Repartição Sul, o ouvidor-geral do Rio passava a ser a instância imediatamente superior aos demais ouvidores e dos juizes ordinários das capitanias pertencentes a dita Repartição. Em 1568, este cargo seria dado em serventia por três anos a Cristóvão Monteiro,

³³ Idem, p. 60.

³⁴ Idem, p. 60.

genro de Jorge Ferreira Bulhões, capitão-mor vicentino. Terminada esta serventia, em 1572, o posto de ouvidor passaria, nos três anos seguintes, para Francisco Dias Pinto, antigo capitão da capitania de Porto Seguro e, desde 1565, proprietário do ofício de alcaide-mor do Rio de Janeiro e, como tal, encarregado da defesa militar da cidade. Dos casamentos dos descendentes de Jorge Ferreira e Francisco Dias sairia, no Rio, a família senhorial extensa Castilho Pinto.³⁵

Os provedores da fazenda, por outro lado, tratava-se de um cargo exercido em conjunto com os juizes de alfândega. “A pessoa que ocupasse esta posição teria a responsabilidade de resguardar os interesses da fazenda real e, em particular, supervisionar a arrecadação os dízimos reais e a alfândega.”³⁶

Outros cargos subordinados a esses também apareciam como importantes, como escrivães, meirinhos, capitães-de-fortaleza, infantaria e os alferes. A ocupação desses cargos se dava por várias vias e formas, sendo estabelecido por alianças políticas diversas oriundas desde os primórdios da formação da capitania do Rio de Janeiro.

Entre 1565 e 1620 existiam 107 oficiais na câmara do Rio de Janeiro, sendo que aproximadamente 60% eram antigos ministros da administração do império português³⁷. Vai ser nesse cenário de consolidação de cargos e disputas, que começará a se desenhar a elite que formará, entre 1644 e 1647, a freguesia de São Gonçalo de Amarante, como será exposto na sequência do capítulo.

1.1) O papel da Nobreza da Terra na fundação da Freguesia de São Gonçalo de Amarante:

Este item busca entender o papel da elite de São Gonçalo na fundação da freguesia, além de problematizar quais foram os personagens que lideraram esse processo, tal como quais eram seus interesses. O objetivo central é o de situar os principais grupos que se estabeleceram como parte da nobreza da terra em São Gonçalo desde os primórdios da freguesia, fundada em 1647.

Busca-se, com isso, analisar o processo de fundação da freguesia, tal como mapear parte das dezessete famílias que estiveram inseridas no processo de formação da mesma, estabelecendo relações políticas, culturais e econômicas entre si, tal como com bandos de fora.

³⁵ Idem, p. 60-61.

³⁶ Idem, p. 61.

³⁷ Idem, p. 64.

Esse mapeamento se faz importante não só para a explicitação dos grupos que se fortaleceram no poder da região, como também para se identificar que os mesmos estabeleceram diferentes tipologias de alianças para manter tal poder. Essas alianças podem ser encontradas a partir de casamentos, batismos e outras relações estabelecidas e que serão problematizadas no decorrer desta dissertação.

Dentro desse cenário, é inegável que a Igreja Católica possuiu um papel de fundamental importância para a consolidação da freguesia de São Gonçalo de Amarante, tal como de outras no âmbito da capitania do Rio de Janeiro.

Essa relação entre o poder religioso e político, se torna evidente quando ocorre a formação de quatro novas freguesias na capitania do Rio de Janeiro na década de 1640: Nossa Senhora da Apresentação (Irajá), São João Batista (São João de Meriti), Santo Antônio de Caceribu (Itaboraí) e São Gonçalo de Amarante.

Maurício de Abreu destaca que para a criação de uma freguesia, o que menos importava era o tamanho do arraial. O foco maior estava relacionado à posição geográfica para uma determinada população em adensamento. Destaca o autor que

As freguesias fluminenses dos Seiscentos tiveram inicialmente o estatuto de curatos, isto é, estiveram sediadas em capelas curadas, de visitação; poucas foram aquelas que se transformaram em “freguesias coladas”, com sede em igrejas matrizes, caracterizadas pela presença fixa de um vigário.³⁸

A citação acima caracteriza a estrutura religiosa que se consolidava dentro das freguesias em surgimento. A ligação com a Igreja Católica ficava explícita quando se entende que, para se efetivar uma freguesia colada em determinado contexto, se fazia necessário a efetivação de uma Igreja Matriz com a presença de um vigário fixo.

No Rio de Janeiro em seus primeiros setenta anos, existia apenas uma freguesia oficialmente, com sede na igreja matriz de São Sebastião. Quando em 1634 a pequena ermida de Nossa Senhora da Candelária passou a servir de segunda paróquia, após o crescimento da cidade, essa também passou a atender outras bandas e espaços da capitania como um todo.

1644 acaba sendo um ano chave nesse processo, pois ocorre a modificação do cenário da capitania com a ampliação do número de freguesias de então, que acabou triplicando. Tal ato foi justificado

³⁸ ABREU, 2010, p. 348.

[...] pela dificuldade de acudir com sacramentos grandes parte de seu rebanho de 20.000 almas, “tanto pela muita quantidade de fregueses como pela grande distância em que vivem, havendo braços de rios de permeio dificultosos de passar em razão das trovoadas do verão e tempestades do inverno”.³⁹

As quatro freguesias criadas nos anos 1640, tinham total relação com a questão religiosa, mas também demográfica. Duas estavam na orla ocidental da Bahia: Nossa Senhora da Apresentação, no campo de Irajá, e São João Batista, nas margens do Rio Meriti. As outras duas, consolidaram-se no leste fluminense onde hoje são Itaboraí (paróquia de Santo Antônio, próxima do rio Cacerebu) e São Gonçalo (próximo do rio Guaxindiba).⁴⁰ Ambas, apesar de estarem na “banda d’além” em relação a capital, tinham proximidades com rios que desembocariam na Baía de Guanabara.

A escolha das novas freguesias não se deu de forma aleatória. Como também destaca Maurício de Abreu.

As quatro novas paróquias foram cuidadosamente escolhidas e abrangeram as áreas onde a cultura canavieira se difundia. Disso nos dão conta os decretos de apresentação dos novos vigários, pelos quais o rei determinou que os moradores das freguesias recém-criadas deixassem de obedecer aos antigos vigários da matriz de São Sebastião e da Candelária e passassem a ser fregueses das novas paróquias, exigência também instituída pelo Concílio de Trento.⁴¹

Além da questão religiosa muito destacada, um dos fatores primordiais para a efetivação das freguesias é a efetivação de um engenho, como marco toponímico e unidade territorial.⁴² Abreu destaca que

Não há dúvida de que essa difusão de freguesias pelo território da capitania respondeu a duas demandas importantes: de um lado, à necessidade de ministrar os sacramentos a uma população que se espalhava cada vez mais; de outro, à premência de ter maior controle sobre esses confins do termo do Rio de Janeiro.⁴³

Ou seja, a formação de engenhos, então consolidada como requisito para a efetivação das freguesias, se demarcou também como uma explicitação da importância da produção do açúcar nesse contexto. Isso se evidencia ao se analisar o caso de São Gonçalo, tendo,

³⁹ Idem, p. 349.

⁴⁰ Idem, p. 349.

⁴¹ Idem, p. 349.

⁴² Idem, p. 352.

⁴³ Idem, p. 352.

entretanto, outras matérias-primas também sido desenvolvidas, como pau-brasil, mandioca, laranja, abacaxi, caju, entre outros.

A função administrativa das freguesias, com suas efetivações, era maior do que se parecia a priori. A questão demográfica se fazia importante com o crescimento populacional cada vez mais, sendo esse um dos fatores de controle que incentivaram à metrópole na fragmentação dos poderes na capitania. Abreu explicita que

Esse reduzido desmembramento do termo original do Rio de Janeiro não significa, entretanto, que as freguesias que aí foram criadas tiveram um papel pouco relevante na sua administração. Ao contrário. Além das funções de registro civil que exerceram, elas também serviram de base territorial para outras funções de controle, notadamente para a instalação dos distritos de ordenanças e para a instituição de “juizados da vintena” e de capitães do mato.⁴⁴

Posteriormente, dessas quatro freguesias surgidas, a de Santo Antônio de Caceribu seria elevada a vila em 1697. Apesar das outras três aqui citadas, incluindo a de São Gonçalo de Amarante, também possuem os requisitos necessários para tal elevação, Maurício de Abreu destaca os possíveis motivos que podem ter sido decisivos para a não efetivação desse processo:

Essas freguesias (Irajá, Meriti e São Gonçalo) estavam muito próximas da cidade (Rio de Janeiro) e isso contrariava uma norma que vigorava desde os primórdios da colonização, que determinava que as vilas e as cidades deveriam estar afastadas umas das outras por distâncias nunca inferiores a seis léguas, isto é, aproximadamente 40 km.⁴⁵

São Gonçalo de Amarante, assim como as outras três freguesias aqui já citadas, foi elevada ao título de freguesia permanente em 1647. No contexto de formação da freguesia, os senhores de engenho relacionados no seu decreto de formação foram:

TABELA 4 - SENHORES DE ENGENHO NA FUNDAÇÃO DA FREGUESIA DE SÃO GONÇALO DE AMARANTE
Domingos de Faria
Fernão Rodrigues Ribeiro
Miguel Aires Maldonado

⁴⁴ Idem, p. 354.

⁴⁵ Idem, p. 354.

Antônio Lobo Pereira
Isabel dos Rios
Marias de Mendonça
Bento Pinheiro [de Lemos]
Francisco de Seixas [Pinto]
Álvaro de Matos
Antônio Lopes Cerqueira
Sebastião Pinto
Cristóvão Vaz
Jerônimo Barbalho [Bezerra]
Gregório Lopes [Cerqueira]
Francisco Barreto [de Faria]
Tomé Soares [Pereira]
Sebastião de Lucena [Montarroio]

Fonte: ABREU, Maurício de. **Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502-1700) – Volume 1**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2010. p. 350.

Desses dezessete senhores de engenho que fizeram parte do contexto de elevação de São Gonçalo de Amarante à freguesia, foram até aqui analisadas a trajetória, genealogia e alianças de cinco nomes: Álvaro de Matos, Jerônimo Barbalho, Antônio Lobo Pereira, Miguel Aires Maldonado e Isabel dos Rios. Abaixo serão destacadas algumas questões acerca dessas figuras, tal como das relações que promoveram nesse contexto. São dados biográficos, políticos, sociais e familiares, que nos permite pensar, a partir das fontes primárias problematizadas, como alguns desses bandos foram se constituindo no contexto em questão.

Na sequência do capítulo, serão, portanto, problematizadas as fontes que diretamente se relacionam com os cinco personagens acima assinalados, destacando como possíveis relações foram estabelecidas a partir desse contexto.

1.3) A Nobreza da Terra da Freguesia de São Gonçalo de Amarante e suas redes:

Objetivamos esquematizar as relações existentes entre os bandos dessas elites, entendendo que essa construção de laços de parentesco fictício através do compadrio permitiu com que se materializasse diferentes formas de tensões e disputas de poder na região.

O estabelecimento de um projeto de poder relacionado à freguesia de São Gonçalo fica explícito quando é analisado o caso das disputas existentes entre as famílias que faziam parte da região no contexto em voga, tal como também suas alianças.

Como destacado anteriormente, nessa parte do capítulo serão problematizadas as possíveis relações existentes entre cinco dos dezessete fundadores da freguesia de São Gonçalo, com outros senhores desse cenário. Assim, estabelecendo diferentes cruzamentos de fontes, se faz possível ver como essas elites se relacionavam e, assim, disputavam ou negociavam posições de poder.

Percebe-se, com a questão dos batismos notadamente, que mesmo com a elevação da freguesia em São Gonçalo, alguns membros desta elite local realizavam suas cerimônias de batismos de seus filhos em espaços do Rio de Janeiro (como Candelária e Sé). Esse fator também era repetido em casos de casamento, explicitando como a busca por se estabelecer um intercâmbio com as elites da capital da capitania, se faziam presentes.

Inicia-se tal análise com a figura do capitão Álvaro de Matos. Nascido por volta de 1596, foi vereador no Rio de Janeiro em 1645. Casou-se com Marta Filgueira, no Rio de Janeiro, na Sé, como forma de consolidar alianças, sendo sua esposa filha de Antônio Martins de Palma e Leonor Gonçalves⁴⁶. O casal teve um total de nove filhos, onde abaixo se faz possível identificar seus nomes, funções e/ou lugares de batismo:

TABELA 5 - FILHOS(AS) DE ÁLVARO DE MATOS E MARTA FILGUEIRA⁴⁷	
Antônio	Batizado na Sé em 17/12/1626
Clemente Martins de Matos (Padre vigário geral da diocese do Rio de Janeiro e tesoureiro mor da Sé). Proprietário da Fazenda de São Clemente (hoje no bairro de Botafogo).	Batizado na Sé em 1628
João Álvares de Matos	Batizado na Sé em 07/12/1630 e casado com Isabel Cardosa por volta de 1670
Eugênia Filgueira	Batizada na Sé em 30/04/1633. Casada com Máximo Barbosa por volta de 1673

⁴⁶ RHEIGANTZ, Carlos. Primeiras famílias do Rio de Janeiro. Vol. II, p. 567.

⁴⁷ RHEIGANTZ, Carlos. Primeiras famílias do Rio de Janeiro. Vol. II, p. 568-570.

Álvaro (?)	Batizado na Candelária por volta de 08/11/1635
Clara da Conceição (Freira em um convento na região de Vila do Conde, Portugal).	Batizada na Candelária em 17/08/1637
Álvaro (?) ⁴⁸	
Francisco Matos Filgueira	Batizado na Candelária em 21/03/1643 e caso com Beatriz de Sá Soutomaior em 1679.
Maria Filgueira de Matos	Batizada na Candelária em 31/03/1645. Solteira, criou um menor exposto João Pereira que foi para Viana do Castelo para junto de seu sobrinho Henrique.

Ao analisar os detalhes dos filhos de Álvaro de Matos e Marta Filgueira, expostos na tabela acima, um fator chama atenção: o fato de todos terem sido batizados no Rio de Janeiro, seja na Sé ou na Candelária. Como explicitado anteriormente, essa se coloca como uma questão importante para reflexão futura neste trabalho.

A segunda figura aqui problematizada é, provavelmente, uma das mais importantes para esta pesquisa. Trata-se do Capitão Jerônimo Barbalho Bezerra. Barbalho Bezerra explicita claramente como se deu a chegada dessa nobreza da terra em São Gonçalo no século XVII, tal como sua trajetória explicita que o conjunto de relações dessas elites geraram alianças, mas também tensões e conflitos.

Jerônimo Barbalho Bezerra nasceu em Pernambuco, por volta de 1616⁴⁹. Migrou para o Rio de Janeiro, onde se estabeleceu como um dos principais nomes da política local. No calor do momento da Revolta da Cachaça, tema que será com maior profundidade debatido nos capítulos seguintes, rivalizou com Salvador Correia de Sá e Benevides, então governador da capitania do Rio de Janeiro. No calor do conflito, acabou sendo degolado em 08 de abril de 1661, no cadafalso da Sé, no Rio de Janeiro.

⁴⁸ Nas fontes apareceram dois filhos com o nome de Álvaro, sem explicitação de seus sobrenomes, mas com datas de nascimento e batismos distintas. (o segundo Álvaro não tem data de batismo...)

⁴⁹ RHEIGANTZ, Carlos. Primeiras famílias do Rio de Janeiro. Vol. I, p. 188-190.

Sua morte, entretanto, explicitou também seu poder político, tendo a coroa portuguesa concedido cargos importantes para seu irmão, Agostinho Barbalho Bezerra⁵⁰ que havia sido escolhido como governador substituto na época da Revolta da Cachaça, após esse conflito. Barbalho se casou com Dona Isabel Pedrosa, no Rio de Janeiro. Sua esposa era filha de João Couto Carnide e de Cordula Gomes. Jerônimo e Isabel foram pais de:

TABELA 6 - FILHOS(AS) DE JERÔNIMO BARBALHO E ISABEL PEDROSA⁵¹	
Jerônimo Barbalho Bezerra	Batizado na Sé em 26 de junho de 1645
Felipe Barbalho Bezerra	Batizado na Sé em 18 de setembro de 1647. Casou-se com Maria Pinta, também na Sé, em 02 de julho de 1667.
Páscoa Barbalho	Batizada na Sé em 1º de maio de 1650. Casou-se com Pedro da Costa Ramiro, na Sé.
Luiz (?)	Batizado na Sé em 13 de julho de 1651
Dona Micaela Pedrosa	Batizada na Sé em 18 de maio de 1653. Faleceu antes de 1723, tendo caso por volta de 1671 com João Batista de Matos.
Luís Barbalho Bezerra	Batizado na Sé em 20 de maio de 1660. Casou-se com Ana Maria de Vasconcelos Pereira, por volta de 1690.

Essas relações estabelecidas a partir de seus filhos, com batismos e casamentos ocasionados na Sé, explicitam a participação de Jerônimo Barbalho na vida política e pública da capitania do Rio de Janeiro naquele contexto. Por exemplo, a importância dos casamentos e alianças formadas a partir desses, se torna mais exposta quando se é realizada a análise dos nomes que envolviam as outras famílias em questão.

Como exemplo, pode-se citar os de Domingos Carvalho de Figueiredo e Inês da Costa (sogros de Páscoa Barbalho Bezerra); capitão Francisco Luís Lôbo e Catarina de Sene (Sogros de Micaela Pedrosa); Coronel Antônio Barbosa Calheiros (casado com a irmã de Barbalho, Cecília Barbalho); e Dona Brites de Lemos (casada com Agostinho Barbalho Bezerra). Todos

⁵⁰ Agostinho ganhou o cargo de Cargo de Administrador das Minas do Paraguai. ANTT – ONLINE)

⁵¹ RHEIGANTZ, Carlos. Primeiras famílias do Rio de Janeiro. Vol. I, p. 188-190.

esses são nomes referenciados na época aqui estudada como parte importante da Nobreza da Terra de São Gonçalo e adjacências.

O terceiro nome importante dentre os fundadores da Nobreza da Terra, foi o de Isabel dos Rios. Nascida em 1597, se casou em 1617 com Sebastião Lobo Pereira, outro importante nome do período também⁵². Assim como outras referências da elite da época, os filhos de Isabel também foram batizados na Sé. São eles(as): Luzia, batizada em 18 de dezembro de 1617; Diogo Lobo Pereira, batizado em 17 de agosto de 1619; João, batizado em 16 de março de 1624; Antônio Lobo Pereira, batizado 15 de novembro de 1671; e Sebastião Lodo Pereira, batizado em 04 de junho de 1634.

Além do batismo na capital, os casamentos também foram formas de se fomentar alianças entre os filhos(as) de Isabel, tendo Diogo se casado com Dona Luiza da Costa Barros, Antônio Lobo Pereira casado com Dona Ana da Silva e Sebastião Lobo Pereira casado com Maria Dantas, em 1654⁵³. Assim, formou-se alianças com as famílias de Francisco da Costa Barros e Isabel de Mariz (sogros de Diogo), o capitão de infantaria João Gomes da Silva e Maria de Mariz (sogros de Antônio Lobo Pereira) e o sargento-mor João Dantas e Dona Ana Osório (sogros de Sebastião Lobo Pereira).⁵⁴

Por último, dos quatro representantes da Nobreza da Terra que fez parte da fundação da freguesia de São Gonçalo e que aqui foram analisados, destaca-se a figura de Capitão Miguel Arias Maldonado,⁵⁵ nascido na Ilha Gran Canaria por volta de 1566 e morto em 15 de maio de 1650. Se casou por duas vezes, primeiramente com Maria de Medeiros em 1596 e, posteriormente, com Bárbara Pinta de Castilho em 1602. Sua segunda esposa era filha de Manuel de Castilhos e de Catarina Pinta, tendo desse casamento gerado uma filha: Maria Maldonada, que nasceu em São Paulo por volta de 1597 mas casou-se no Rio de Janeiro em 1616 com o Dr. Francisco Cabral de Távora, então provedor da Fazenda real e Juiz de Órfãos⁵⁶. Assim, fica notória perceber também o quanto as alianças também se fizeram presentes na estrutura familiar de Arias Maldonado, sendo os casamentos um dos caminhos possíveis para tais efetivações.

Quando analisamos com maior profundidade os laços de compadrio desses personagens, as explicações ficam ainda mais claras. Para além dos casamentos, os casos de

⁵² RHEIGANTZ, Carlos. Primeiras famílias do Rio de Janeiro. Vol. II, p. 407-408.

⁵³ RHEIGANTZ, Carlos. Primeiras famílias do Rio de Janeiro. Vol. II, p. 407-408.

⁵⁴ RHEIGANTZ, Carlos. Primeiras famílias do Rio de Janeiro. Vol. II, p. 407-408.

⁵⁵ RHEIGANTZ, Carlos. Primeiras famílias do Rio de Janeiro. Vol. I, p. 135-137.

⁵⁶ RHEIGANTZ, Carlos. Primeiras famílias do Rio de Janeiro. Vol. I, p. 135-137.

batismo também nos evidencia como tais bandos se relacionavam entre si ou com grupos distintos.

Foi, portanto, realizada nessa pesquisa uma análise sobre os apadrinhamentos, por parte desses personagens, tanto e livres como de escravos⁵⁷. Assim, se faz possível identificar possíveis relações com outros membros da Nobreza de Terra em voga.

No caso de Álvaro de Matos, por exemplo, se fez possível apurar que não há fontes que apontem para apadrinhamentos em São Gonçalo por sua parte. Entretanto, se fez possível identificar a relação de Álvaro de Matos com pelo menos outros oito senhores de escravos: Jerônimo Barbalho, Maria Gonçalves, Jacinto de Souza, Manoel Pimenta, Francisco Cabral, Antônia Roiz, Manoel da Costa e Belchior da Rosa.

Ou seja, escravos de Álvaro de Matos tiveram laços de apadrinhamento com cativos destes outros senhores. Isso indica que essas relações entre os escravos só eram possíveis por causa da própria relação entre esta nobreza da terra.

Além das relações com senhores de escravo, também se fez possível apurar diferentes relações econômicas, a partir de registros de compra e venda, com nomes como Luiz Peres, Manoel Delgado, Domingos Pedroso e Teotônio da Silva com sua esposa, Ana de Azevedo. Essas relações se davam através de arrendamentos das terras de Álvaro de Matos para a produção de açúcar dentro de sua propriedade.

No caso de Isabel dos Rios, foi encontrado apenas um relato de batismo por sua parte, referente a uma escrava da própria Isabel.⁵⁸ Portanto, pela questão do batismo, de livres ou escravos, não foi possível estabelecer nenhuma relação de Rios com outros membros da elite. Entretanto, alguns laços econômicos nos registros de compra e venda apareceram. Junto de seu marido, Sebastião Lobo Pereira, estabeleceu relações com diferentes nomes, como vemos em trechos de três distintas escrituras abaixo:

- Escritura de venda de terras que fazem Sebastião Lobo Pereira, juiz ordinário, e sua mulher Isabel dos Rios, a Miguel Aires Maldonado – com 1.000 braças em quadra, sitas no rio de Guaxindiba, acima da data de Diogo Teixeira [de Carvalho], havidas por dote de seu sogro Manoel dos Rios, pai da vendedora, as quais o dito Manoel dos Rios havia comprado a Antonio Gomes Vitória, e que haviam sido antes de seu sogro Gastão Franco, que tem o tenha.⁵⁹
- Escritura de dote e casamento que faz Isabel dos Rios, viúva de Sebastião Lobo Pereira, à sua filha Dona Antonia, prometida em casamento a Cristóvão de Melo de Vasconcelos – Além de um partido

⁵⁷ ACMN, livros de batismos de livres da freguesia de São Gonçalo do Amarante, RJ.

⁵⁸ ACMN, livros de batismos de livres da freguesia de São Gonçalo do Amarante, RJ.

⁵⁹ AN, 1ON, 28, p. 64v; AGCRJ, Códice 42-3-55, p. 29. <http://mauricioabreu.com.br/escrituras/>

sito em seu engenho da invocação da Trindade, sito nas terras de Guaxandiba, doa também uma morada de casas de sobrado, de pedra e cal, com sua sala e câmara e mais 6 braças de chãos pegados aos de seu irmão.⁶⁰

- Escritura de dote e casamento que faz Isabel dos Rios, viúva de Sebastião Lobo Pereira, à sua filha Dona Antonia, prometida em casamento a Cristóvão de Melo de Vasconcelos – Doa um partido com 60 tarefas de cana de 16 carros cada tarefa, plantadas em duas folhas de terras do seu engenho da invocação da Trindade, sito nas terras de Guaxandiba, para nele lhe moer em cada ano 40 tarefas por tempo de dois nove anos de meias como é costume.⁶¹

Quando é analisado as relações de Jerônimo Barbalho, novos dados aparecem. Diferente dos dois nomes antes citados, Barbalho foi padrinho de filhos diversos dentre os grandes nomes da Nobreza da Terra gonçalense. Veja abaixo na tabela:

TABELA 7 - PAIS DOS FILHOS APADRINHADOS POR JERÔNIMO BARBALHO⁶²
Gregorio de Veras
Domingos Freire
Bernardo Martins de (?)
Manoel Dias
João Pereira
Manoel da Orta
Sebastião Coelho Damim
Manoel da Costa de Macedo
Miguel de Carvalho
Manoel Alvares
José Reis de Moura

Também foi considerável o número de senhores proprietários de escravos que estabeleceram alianças com Jerônimo a partir do apadrinhamento, seja tendo algum escravo apadrinhado por Barbalho ou se tornando padrinho de um dos escravos dele.

⁶⁰ AN, 1ON, 31, p. 93; AGCRJ, Códice 42-3-55, p. 65. <http://mauricioabreu.com.br/escrituras/>

⁶¹ AN, 1ON, 31, p. 93; AGCRJ, Códice 42-3-55, p. 65. <http://mauricioabreu.com.br/escrituras/>

⁶² ACMN, livros de batismos de livres da freguesia de São Gonçalo do Amarante, RJ.

TABELA 8 - SENHORES DONOS DE ESCRAVOS COM RELAÇÕES ESTABELECIDAS COM JERÔNIMO BARBALHO⁶³

Inácio Pereira
Domingos Dias
Francisco Gonçalves
Domingos de Freitas
Sebastião (?)
Manoel Alvares
Manoel Pimenta
Padre Manoel Martins

Outras ocorrências também foram encontradas no contexto das relações econômicas promovidas por Jerônimo Barbalho, no sentido dos registros de compra e venda. Quatro nomes importantes do período estabeleceram tais relações com Barbalho: João da Rocha, Miguel de Caldas, Capitão Francisco Martins Soares e Capitão Francisco Barreto de Faria.

Dessa forma, é possível destacar a grande importância que Jerônimo Barbalho Bezerra possuiu nesse cenário do século XVII, não só na consolidação da Freguesia de São Gonçalo como uma freguesia, mas também nas relações políticas e econômicas por toda capitania do Rio de Janeiro. Por isso, pode ser considerado um dos líderes deste mando da nobreza da terra da região.

O último nome aqui citado é o de Miguel Aires Maldonado. Apesar de não terem sido encontradas alianças que relacionem seu nome com outras elites a partir de laços de batismo de livres, há alguns indicativos nos laços de batismo de escravos. Manoel Pimenta, Fernão de Morim e Ignacio Pereira, são três membros da elite local que estabeleceram laços com Maldonado a partir do compadrio de escravos.

Economicamente, Miguel Aires Maldonado estabeleceu laços com outros membros, tendo inclusive comprado terras de Isabel dos Rios, como anteriormente citado, assim como negociado dotes de casamentos ou venda de escravos, como se percebe na fonte abaixo:

Escritura de dote de casamento que faz Manoel de Castilho à sua filha [Leocádia] Pinta, por casar-se com Gonçalo Lopes de Távora – Doa três braças de chãos em São Francisco e, por sua morte, as terras de Macacu e as de Gericinó e as peças de escravos que possui. Miguel Árias Maldonado,.. de Castilho, Jorge Ferreira, Padre Diogo Pinto e

⁶³ ACMN, livros de batismos de livres da freguesia de São Gonçalo do Amarante, RJ.

Domingos Machado assinam a escritura abrindo mão de suas partes na herança que teriam por morte de Manoel de Castilho⁶⁴

Carta de sesmaria de chãos concedida a Miguel Árias Maldonado - Pede cem braças de chão em quadra nesta cidade, partindo com os reverendos padres de São Bento e com as cabeceiras de Salvador de Paiva e Manoel dos Rios. ⁶⁵

Portanto, encerra-se esse capítulo com o destaque para as questões que tais relações entre as elites irão promover. Esses contatos aqui explicitados a partir das fontes, se materializarão posteriormente em disputas de poder que, dentre outros cenários, provocou a Revolta da Cachaça. Assim, tendo explicitado no decorrer do capítulo como se deu a formação dessas elites a nível da capitania do Rio de Janeiro, tal como no contexto mais específico da formação da freguesia de São Gonçalo, avançaremos nos capítulos seguintes para a questões das tensões geradas a partir desses encontros.

⁶⁴ AN, 1ON, 34, p. 57. <http://mauricioabreu.com.br/escrituras/>

⁶⁵ TCSRJ, 222-223. <http://mauricioabreu.com.br/escrituras/>

CAPÍTULO 2: Revolta da Cachaça e os bandos de São Gonçalo do Amarante

2.1) Fontes históricas: uma análise geral acerca da São Gonçalo colonial

Esse segundo capítulo tem como objetivo a problematização do evento histórico que ficou conhecido como Revolta da Cachaça, ocorrida entre 1660 e 1661. Busca-se, nesta análise, identificar o protagonismo político da nobreza da terra local, considerando que os principais líderes desse motim faziam parte da elite gonçalense do referido contexto. Assim, identificar possíveis conexões dessas lideranças com outros importantes nomes das regiões adjacentes, se torna um caminho fértil para o entendimento do cenário da Freguesia de São Gonçalo de Amarante e região.

Para compreender os motivos para a efetivação desse conflito, é fundamental entender a relevância econômica da cachaça para o local no decorrer do século XVII. A produção da aguardente era a principal fonte de renda das elites de então. Por isso, fazer alianças entre si através de compra e venda de escravos e imóveis, era algo que se tornava essencial para a autodefesa dessas relações. Para alcançar tal entendimento, serão trabalhados neste capítulo alguns dos registros de batismos de livres e escravos que habitavam a região, tal como os registros de compra e venda de imóveis, terras e escravos que essa elite possuía entre si.

Com isso, se faz importante analisar as relações estabelecidas entre essas lideranças com outros bandos, compreendendo como essas relações influenciaram diretamente na eclosão do conflito em si. A partir da análise de outras fontes documentais consultadas, como as encontradas na revista do IHGB, foi possível se ter acesso a relatos da época do episódio da Revolta da Cachaça, como a lista de nomes dos indivíduos que lideraram o motim e se revoltaram contra Salvador Correia de Sá e Benevides e seus aliados.

Outras fontes problematizadas para o desenvolvimento deste capítulo. a partir de pesquisas realizadas com documentações localizadas no Arquivo digital da Torre do Tombo e relacionadas aos membros da família Barbalho Bezerra, nos permite identificar também características da referida revolta. São fontes que se relacionam à registros de doações de terras e que também detalham a concessão de cargos na administração portuguesa aos membros dessa família, como registros de Mercês e a posse do cargo de “administrador das Minas do Paraguai” para Agostinho Barbalho Bezerra, ocorrida em 1663, dois anos após o fim do motim da cachaça.

Além disso, no Arquivo Histórico Ultramarino foi possível localizar uma série de fontes manuscritas relacionadas à capitania do Rio de Janeiro e referentes ao período, quando

Luís Barbalho Bezerra esteve à sua frente, no cargo de governador, na década de 1640. A documentação consultada evidencia registros da atuação de Luís Barbalho Bezerra como governador, onde destaca-se, por exemplo, o apelo feito à Coroa Portuguesa para obtenção de recursos para manter os custos de manutenção dos fortes da região e os soldos dos soldados.

Destacamos também o acervo consultado no AHU (Arquivo Histórico Ultramarino), onde foi possível mapear um conjunto extenso de cartas e ofícios do período de 1630 até 1660, que relatam o protagonismo da família Barbalho Bezerra na capitania do Rio de Janeiro durante esse período, demonstrando o capital político desses personagens, além de evidenciar como as relações do público e privado são permeadas por conflitos e tensões.

A análise de todo esse acervo documental possibilitou um questionamento mais amplo sobre a Revolta da Cachaça e conseqüentemente os desdobramentos sociais gerados a partir desse conflito, pois foi possível ter acesso a outras fontes que explicitam diferentes visões acerca das hipóteses apresentadas pela pesquisa. Além disso, também é possível ampliar alguns horizontes de estudos que anteriormente não haviam sido pensados, como por exemplo a investigação das relações de sociabilidade existentes entre as famílias da elite gonçalense com as de outras regiões do império português, notadamente através do comércio da aguardente.

As fontes documentais de escrituras públicas possibilitaram identificar as relações comerciais que as elites desta freguesia promoviam, onde constam informações relativas ao comércio de compra e venda de terras e, principalmente, os nomes dos personagens envolvidos. Com isso, pode-se entender como a elite da região interagiu comercialmente e, também, como ela possuía laços econômicos entre si, pois através do cruzamento das fontes de batismos e dessas escrituras, percebe-se a existência de profícua relação entre os membros da nobreza da terra da freguesia de São Gonçalo do Amarante em meados do século XVII.

A pesquisa realizada neste último ano, foi extremamente rica para se alcançar alguns desses relevantes dados. Através de levantamento de dados da revista do IHGB, por exemplo, foram encontrados 114 nomes de indivíduos que assinaram diversas reclamações contra o então governador da época.

A partir desse fator, é possível mapear as relações existentes entre essa nobreza por meio de seus nomes, para assim compreender o nível de convívio político, econômico e social dos líderes da Revolta da Cachaça. A pesquisa, assim, possibilita compreender as relações de poder que se estabeleceram historicamente entre essas hierarquias e lugares sociais.

Analisar essa revolta se faz importante pois, além de demonstrar como essa elite estava inserida na política fluminense do século XVII, questiona, inclusive, as decisões

administrativas do então governador Salvador Correia de Sá, no que se diz respeito à proibição do comércio da cachaça no mundo. Tal proibição se consolidou, entre outros fatores, pois a comercialização desse produto no litoral africano estava ultrapassando a exportação do vinho português que, naquele período, era a prioridade para o então governador. Assim, a elite gonçalense questionou e enfrentou a decisão, destituindo o referido governador e nomeando outro para assumir o cargo.

Para o entendimento do processo que gerou a Revolta da Cachaça, se faz importante destacar o cenário de então. Diferentes oligarquias se formaram e foram se consolidando, de forma que foi desenvolvido uma grande rede de clientes e apadrinhamento familiar. Antônio Filipe Caetano destaca que uma nova configuração foi se constituindo no cenário do Rio de Janeiro e adjacências, o que gerou a construção de diferentes redes de apadrinhamento, relações comerciais e políticas. Explicita o autor que

A lógica corporativa, então obrigava uma reconfiguração na disposição dos poderes solares não só no reino português como também nas regiões ultramarinas. Assim, aquele sol, que até anteriormente reinava solitário no céu viu a necessidade de dividir seus domínios com administradores, que os auxiliavam na manutenção da paz e na garantia da soberania do monarca. [...] Governadores, vice-reinos, ouvidores, provedores e outros funcionários passavam a ser os olhos e ouvidos do rei. Esses eram responsáveis pela fiscalização da lei, pela organização da administração, pelo bem andamento das finanças, pelos exercícios da fé católica, pela aplicabilidade da justiça e pela garantia da defesa. [...] A formação de redes clientelares e o apadrinhamento familiar incentivavam o verdadeiro surgimento de oligarquias que passavam a ter o poder sob suas mãos.⁶⁶

Essas relações, no entanto, foram também consolidando um cenário de efetiva crise entre os grupos que se inseriam nas disputas, gerando dissidências nos interesses envolvidos. Com o estabelecimento de diferentes relações comerciais, foi se desenhando o cenário da Revolta da Cachaça. Caetano destaca que o conflito promoveu uma verdadeira “revolução” na região fluminense por aproximadamente cinco meses, pois colocou frente a frente entre os projetos do então governador Salvador Correia de Sá e Benevides, de um lado, e as famílias do Rio de Janeiro de outro, evidenciando as relações conflituosas entre o poder público e o privado, o que demonstra a insatisfação que existia por parte das elites fluminenses, que “se

⁶⁶ CAETANO, op. Cit., p. 12-13.

consideravam afetados pelas autoridades promovidas durante anos por aquele governador”⁶⁷. Destaca o autor que a revolta,

[...] além de descortinar o relacionamento seja entre o sol e os súditos, a sombra e os súditos ou entre o sol e a sombra, a mesma também nos auxiliará na formação das redes de interesses nos domínios ultramarinos lusitanos e o próprio embate entre os grupos locais anteriormente sedimentados.⁶⁸

Tendo em vista esses pontos estabelecidos, buscar entender o contexto da freguesia de São Gonçalo de Amarante, considerando as relações entre os bandos que existiam na época, se faz um exercício interessante na construção do objetivo deste capítulo. Assim, se faz possível entender como as relações sociais ocasionadas entre a coroa portuguesa, as elites e as disputas locais, se referendaram como importantes para o avanço e constituição da referida freguesia.

Para tal análise, se faz necessário um maior entendimento acerca das questões que se remetiam ao comércio do Atlântico. As dificuldades para se cruzar o oceano, e assim estabelecer raízes em um lugar desconhecido, também se colocavam como desafios no processo de expansão e consolidação das elites que vieram a ocupar os territórios do Rio de Janeiro e, de forma mais específica, a freguesia de São Gonçalo.

Ocupar esses territórios era algo que fazia parte dos interesses portugueses. “Sedimentar os parâmetros da colonização, reorganizar o controle sobre o ultramar e fomentar condições que ampliem o domínio e a autoridade portuguesa estavam na pauta joanina após 1640”.⁶⁹

No entanto, a distribuição de sesmarias seguiu determinados critérios de seleção, fazendo com que nem todos aqueles que migravam para a região fossem agraciados com terras. A medida administrativa adotada na concessão desses lotes de terras a um beneficiário “obedeceu a rigorosíssimo critério de seleção de proprietários, todavia isso não queria dizer que os primeiros grandes sesmeiros fluminenses deveriam pertencer obrigatoriamente à primeira nobreza”.⁷⁰

Essa disputa de poder e espaço político acerca do pertencimento ou não das famílias a determinadas partes da nobreza, se fez importante para demonstrar como as relações de poder

⁶⁷ Idem p. 14.

⁶⁸ Idem, p. 15.

⁶⁹ Idem, p. 26.

⁷⁰ Idem, p. 34.

foram mediadas a atender interesses públicos e privados que, posteriormente, resultaria na Revolta da Cachaça. João Fragoso demonstra que

[...] das 197 famílias que se constituíram como as primeiras famílias da capitania do Rio de Janeiro entre 1560-1770, 89 delas, ou seja, 45% delas adivinham de pessoas com larga passagem pelo funcionalismo que além de conhecerem as especificidades de ser viver nos trópicos, longe da égide real, essas mesmas famílias romperem com o isolamento que vivera a capitania do Rio de Janeiro em seus primeiros momentos.⁷¹

No século XVII, o capital social básico eram a terra e a mão de obra, tendo o Rio de Janeiro se consolidado com uma paisagem rural extremamente dominada pelas grandes propriedades rurais. E nesse cenário, o trabalho escravo e a aliança entre as elites, eram os fatores centrais que estabeleciam diferentes padrões na construção social do período.

Laços de apadrinhamento, casamento ou relações comerciais, consolidavam as relações tanto no poder local, ligado à América Portuguesa, como no contexto mais macro, com as trocas estabelecidas com regiões da América Espanhola. Vejamos o caso de Salvador Correia de Sá e Benevides, por exemplo. O então governador da província, teve relações, inclusive, com nomes da região do Paraguai, como destaca Caetano: “Os casamentos entre Salvador Correia de Sá e Benevides e Dona Catarina de Velasco e Vitória de Sá e Luis de Céspedes Xerra, governador do Paraguai, apenas oficializaram a atuação mais intensificada do Rio de Janeiro na região espanhola”.⁷²

Essas relações também permitiram com que ocorresse o aumento das relações comerciais e do número de engenhos que se consolidou na região. Antônio Filipe Caetano explicita que “se antes no início da união ibérica em toda a capitania do Rio de Janeiro existiam por volta de 3 engenhos em seus momentos derradeiros, em 1639, o número de engenhos aumentava em 36 vezes, chegando a 110 famílias de fazer açúcar em toda a Guanabara . [...] O crescimento da economia açucareira no século XVII elevou a capitania do Rio de Janeiro à terceira colocação na produção açucareira no ultramar lusitano”.⁷³

Como já explicitado no primeiro capítulo, um fator fundamental para o estabelecimento dessa configuração foi a criação das quatro freguesias em 1644, que foram confirmadas em 1647: a freguesia de Campo de Irajá, a freguesia de São Gonçalo, a freguesia de Santo Antônio de Casarebu e a freguesia de Trairapenga. Dentro do contexto maior da

⁷¹ FRAGOSO Apud. Idem, p. 34.

⁷² Idem, p. 38.

⁷³ Idem, p. 39,

capitania do Rio de Janeiro, que em todo o século XVII foi marcada por uma grande autonomia no sentido político, essa divisão também caracterizou a intensificação das disputas entre os grupos políticos de cada bando, seja pelo contato mais intenso da coroa com o governo ou pelas disputas entre os governadores e a câmara de vereadores da capitania.⁷⁴

Antônio Filipe Caetano aponta para essa construção autônoma do Rio de Janeiro, a importância da presença hispânica, dentro de um contexto mais amplo da América. O referendado sucesso do Rio de Janeiro no Império ultramarino português, era fruto também do fato de ser essa capitania a que mais contato possuía com o mundo hispânico.⁷⁵ Em contrapartida, tamanha significância e poder estabeleceu, também, disputas internas em suas freguesias.

Mesmo com toda relação socioeconômica estabelecida, Salvador Correia de Sá e Benevides ainda ordenava, como referência à coroa, que dias e festas relacionadas à Portugal, deveriam ser aqui comemorados e exaltados. Mesmo com os laços ainda presentes na América espanhola, era essa uma forma de demonstrar no processo de restauração da dinastia bragantina, após um longo período de União Ibérica. Destaca Caetano que:

Salvador Correia de Sá e Benevides ordenava dois dias de festa e cerimônias para a demonstração de fidelidade à restaurada dinastia bragantina e obrigava, ao mesmo tempo, os homens bons da capitania a exercerem a mesma atitude aos disponibilizarem recursos para custear as festas em homenagem ao novo monarca português.⁷⁶

Esse referencial explicita um posicionamento muito adotado por Salvador Correia de Sá e Benevides: o de referendar a corte portuguesa como forma, também, de ganhar espaço no cenário político. Assim, buscou se inserir no conselho ultramarino português para, cada vez mais, consolidar sua centralidade nas referidas relações políticas e econômicas do período. Caetano explicita que

Um caso exemplar de súdito português que fora habilitado para fazer parte do conselho ultramarino é mais uma vez um dos personagens centrais deste trabalho, Salvador Correia de Sá e Benevides, sendo nomeado como conselheiro em 1644, pouco antes de encabeçar a reconquista de Angola. [...] Tudo isso fez com o conselho ultramarino se tornasse [...] o grande responsável por uniformizar a administração do ultramar, como também dar maior racionalização e padronização do governo de seus territórios ultramarinos.⁷⁷

⁷⁴ Idem, p. 41.

⁷⁵ Idem, p. 45.

⁷⁶ Idem, p. 45.

⁷⁷ Idem, p. 47-48.

Diplomaticamente, Salvador Correia de Sá e Benevides foi importante figura na consolidação do Brasil enquanto principado do Império ultramarino, caminho estratégico adotado para assim amenizar os ânimos de então.

Para além desses fatores, identifica-se que as relações estabelecidas entre os grupos, ligados ou não à Salvador Correia de Sá e Benevides, eram marcadas pela “política de mercês, privilégios e troca de favores, onde a retribuição do favor prestado é condição sine qua non para a manutenção dos laços familiares, afetivos e sociais”.⁷⁸

Essas relações foram, também, estabelecendo uma série de tensões entre os bandos ligados à Salvador Correia de Sá e Benevides, e as demais lideranças da freguesia de São Gonçalo. Aliás, são muitos aqueles que se estabeleceram em terras gonçalenses e que tiveram participação direta no processo da revolta. A análise minuciosa desses nomes, nos permite melhor entender suas relações políticas e sociais, destacando o que pode ter ocasionado o conflito.

2.2) A formação do Bando dos Barbalho Bezerra:

Para entendermos o episódio da Revolta da Cachaça é fundamental compreender a formação do bando comandado pela família Barbalho Bezerra não só região da freguesia de São Gonçalo do Amarante, mas também na capitania do Rio de Janeiro como um todo, pois o patriarca da família é o Luís Barbalho Bezerra, que foi governador desta capitania. Sua biografia é marcada por grande notoriedade, pois foi figura importante na política colonizadora portuguesa no Nordeste, com atuação importante em Pernambuco e Bahia na década de 1630⁷⁹ até chegar ao Rio de Janeiro já em 1642⁸⁰.

Nascido por volta de 1584, filho de Fernão Bezerra Monteiro e de Dona Camila Barbalho, Luís Barbalho Bezerra casou-se com Maria de Mendonça em 1614⁸¹. Em 1638, sua família retirou-se de Pernambuco em direção a Bahia⁸² no contexto após as invasões holandesas no Nordeste.

⁷⁸ Idem, p. 56.

⁷⁹ RHEINGANTZ, Carlos G. Primeiras famílias do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII). Rio de Janeiro: Livraria Editora Brasileira, Volume 1, 1965, p. 188.

⁸⁰ CAETANO, op. cit. p. 188

⁸¹ Agradeço imensamente ao professor João Fragoso por ter me enviar o seu banco de dados após a qualificação deste trabalho com os levantamentos das trajetórias das principais famílias desse contexto histórico. Através destas informações, consegui montar várias peças desse quebra cabeça das histórias das vidas destes indivíduos.

⁸² RHEINGANTZ, Carlos G. Primeiras famílias do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII). Rio de Janeiro: Livraria Editora Brasileira, Volume 1, 1965, p. 188.

Chegando ao Rio de Janeiro, Luís Barbalho Bezerra foi nomeado como sucessor do governador Salvador Correia de Sá e Benevides. Sua trajetória de vida “está intimamente ligada à história das lutas, na Bahia e Pernambuco, contra os holandeses, nas quais se cobriria de honra e adquiriria justo renome”⁸³.

O contexto histórico dessa mudança de grupo político após a emergência da chegada do bando dos Barbalho Bezerra no comando local, está inserido num cenário onde Salvador Correia de Sá e Benevides era acusado de

“atos arbitrários, os abusos de poder que praticava, o pouco escrúpulo que manifestava para colher proventos e vantagens para si e para os de sua família, e também o seu empenho em patrocinar e favorecer os Jesuítas, mesmo com prejuízo da população, haviam levantado contra ele forte antipatia e suscitado queixas que não ousavam externar-se em razão do grande prestígio que junto às autoridades superiores desfrutava”⁸⁴

Após essas denúncias, “Salvador Benevides partiu para Lisboa, a fim de defender-se perante o Conselho Ultramarino das acusações contra ele formuladas”⁸⁵. Com isso, o grupo político liderado pela família Barbalho Bezerra começou a ter mais domínio sobre a capitania, pois “O afastamento de Salvador Correia de Sá e Benevides do controle da região fluminense fez emergir um novo governador, era ele, Luís Barbalho Bezerra, que assumiu o cargo em 1643.”⁸⁶

Analisando detalhadamente a trajetória desse indivíduo, é possível identificar que sua trajetória política até ser indicado a assumir o cargo de governador da capitania do Rio de Janeiro, foi se consolidando graças aos seus serviços prestados à coroa portuguesa no Nordeste da América lusa.

Antes de tomar posse da complicada administração fluminense, ela já havia conquistado para si várias outras atribuições, entre elas a fidalguia da casa real, a comenda da ordem de Cristo, o governo de Arraial do Cabo de Santo Agostinho, o cargo de mestre de campo da infantaria e o governo da Bahia.⁸⁷

⁸³ COARACY, Vivaldo. O Rio de Janeiro no século XVII: raízes e perspectivas. Rio de Janeiro: Documenta Histórica, 2009. P. 95

⁸⁴ Idem. P. 93

⁸⁵ Idem P. 95

⁸⁶ CAETANO, op. cit. p. 188

⁸⁷ Idem p. 188

Mesmo que seu governo tenha sido por pouco tempo, o período esteve marcado por diversos problemas para “o sustento da frota fluminense e a consequente eclosão de uma revolta contra a alternativa de desvio da arrecadação dos impostos da câmara para a região baiana, flagelada pelas guerras contra os flamengos.”⁸⁸ Ou seja, ao se transferir para o Rio de Janeiro, essa família encontrou “em São Gonçalo um espaço privilegiado para a manutenção das características que constituíam um nobre da terra.”⁸⁹

Isso só foi possível porque nesta região havia similaridades com Pernambuco, como a economia baseada na produção do açúcar, assim como a possibilidade de atuação política através do senado da câmara⁹⁰.

A morte de Luís Barbalho Bezerra ocorreu em 1644, seus filhos permaneceram no local e criaram raízes e se consolidaram como um dos principais grupos políticos da região, alicerçados na trajetória do pai. Seu filho Jerônimo Barbalho Bezerra, por exemplo, era o maior proprietário de escravos da freguesia de São Gonçalo do Amarante⁹¹ ao longo da década de 1650.

Outro filho do casal Luís Barbalho Bezerra e Maria de Mendonça que teve destaque no cenário político local foi Agostinho Barbalho Bezerra. Este indivíduo no episódio do motim da cachaça foi escolhido como governador da capitania do Rio de Janeiro. Isso sinaliza que ambos os filhos citados, tiveram protagonismos incontestáveis nesse contexto.

Agostinho conquistou inúmeras honras e mercês. Em 19 de julho de 1645, foi agraciado com a mercê do hábito de Cristo e da ordem de São Thiago como seu irmão mais velho – Guilherme Barbalho – pelos serviços que foram prestados na defesa de Pernambuco, na Várzea do Capirabibe, na armada do conde da torre, no Rio de Janeiro, nos Açores e em Elvas. Um ano depois, adquiriu a mercê da comenda de São Pedro de Canelas, também na ordem de Cristo, e no mesmo ano tornou-se comendador da Ordem de Cristo. Em seguida veio o cargo de governador do Rio de Janeiro, em 1660 – 1661, que lhe rendeu posteriormente a fidalguia da casa real, em 1663, o ofício do correio-mor do mar e da terra, a administração geral das minas do sul e a donataria da ilha de Santa Catarina⁹²

A atuação política e social da família Barbalho Bezerra indica a notoriedade que esse grupo político teve nesta freguesia. A partir disso, destaco a importância de apresentar as

⁸⁸ Idem p. 188

⁸⁹ Idem p. 194

⁹⁰ Idem p. 194

⁹¹ De acordo com os registros de batismos de escravos do período ele possuía 67 cativos.

⁹² CAETANOop. cit. p. 192

relações destes integrantes com outros núcleos familiares ao chegarem na freguesia de São Gonçalo. Afinal, esse protagonismo foi possível através da criação de laços de parentesco via matrimônios, assim como o parentesco fictício a partir dos registros de batismos, além das parcerias comerciais mediante compra e venda de terras, por exemplo.

O capitão Jerônimo Barbalho Bezerra nasceu em Pernambuco, por volta de 1616. Casou-se com Dona Isabel Pedrosa no Rio de Janeiro, sua esposa que era filha de João Couto Carnide e de Cordula Gomes⁹³. Deste matrimônio “teve seis filhos: Jerônimo Barbalho, 1645; Felipe Barbalho Bezerra, 1647; Páscoa Barbalho, 1650; Luís Barbalho, 1651, que faleceu ainda menor; Micaela Pedrosa, 1653; Luís Barbalho, 1660”⁹⁴

Através de algumas fontes importantes, foi possível mapear as relações estabelecidas pelos filhos e filhas do casal Jerônimo Barbalho e Isabel Pedrosa. Por exemplo, Páscoa Barbalho Bezerra casou-se com Pedro da Costa Ramiro em 19 de janeiro de 1668 e Micaela Pedrosa casou-se com João Batista de Matos em 1671. As filhas deste casamento tiveram matrimônios com filhos de membros da elite da capitania do Rio de Janeiro. Páscoa tinha como sogros Domingos Carvalho de Figueiredo e Inês da Costa⁹⁵, enquanto Micaela tinha como sogros o capitão Francisco Luís Lôbo e Catarina de Sene⁹⁶.

Jerônimo Barbalho Bezerra foi um dos personagens da região que mais apadrinhou livres na freguesia de São Gonçalo entre as décadas de 1640 e 1650. Dos registros de batismos disponíveis para esse contexto, Jerônimo foi padrinho de 13 crianças, sendo que de 11 pais diferentes. Domingos Freire e Manoel da Orta foram os indivíduos que tiveram dois filhos apadrinhados por Jerônimo Barbalho. Outros 9 personagens criaram laços de parentesco fictício através do batismo com Jerônimo, são eles Gregório de Veras, Bernardo Martins, Manoel Dias, João Pereira, Sebastião Coelho Damim, Manoel da Costa de Macedo, Miguel de Carvalho, Manoel Alvares e José Reis de Moura.⁹⁷

Outro indicador importante para mapear as relações de Jerônimo Barbalho com membros da elite local, é o fato de seus escravos terem relações de compadrio com escravos da mesma elite da região. Inácio Pereira, Domingos Dias, Francisco Gonçalves, Domingos de Freitas, Sebastião, Manoel Pimenta e o Padre Manoel Martins⁹⁸ eram os proprietários dos cativos que possuíam laços de parentesco com os cativos de Jerônimo.

⁹³ RHEINGANTZ, op.cit. Volume 1, 1965, p. 188.

⁹⁴ CAETANO, op. cit p. 189

⁹⁵ RHEINGANTZ,op. cit p. 189.

⁹⁶ Idem, p. 189-190.

⁹⁷ ACMN, livros de batismos de livres da freguesia de São Gonçalo do Amarante, RJ.

⁹⁸ ACMN, livros de batismos de livres da freguesia de São Gonçalo do Amarante, RJ.

Desta forma, a consolidação dos Barbalho Bezerra na região vai além das relações entre os próprios membros da elite, que também é justificado a partir das relações de proximidade entre os escravizados da região, demonstrando o alcance político desses indivíduos em suas relações sociais. O elo com a região é confirmado “pelo alvará régio, que recriava da freguesia de São Gonçalo, em 1647. Jerônimo Barbalho era citado entre os ilustres sesmeiros que a partir daquela data desmembravam-se da freguesia da Sé para fazer da freguesia de São Gonçalo de Amarante”⁹⁹

A organização política desses personagens é demonstrada através do requerimento de recriação da freguesia de São Gonçalo em 1647, comprovando a capacidade dessa elite no arranjo e articulação política junto ao poder régio. No documento constam os seguintes nomes: São eles: Álvaro de Matos, Antônio Lopes Serqueira, Bento Pinheiro de Lemos, Cristóvão Vaz, Domingos de Faria, Fernão Rodrigues Ribeiro, Francisco Barreto de Faria, Gregório Lopes Cerqueira, Isabel dos Rios, Jerônimo Barbalho Bezerra, João de Seixas, Matias de Mendonça, Miguel Aires Maldonado, Sebastião de Lucena Montarroio, Sebastião Pinto e Thomé Soares Pereira.

Também acrescentamos Jorge Ferreira de Bulhões, um dos principais líderes do motim da cachaça, mesmo que não tenha sido um dos fundadores da freguesia de São Gonçalo de Amarante, ele foi protagonista nesse contexto histórico.

Dos 17 personagens citados anteriormente, conseguimos rastrear algumas trajetórias de vida, genealogias, laços de compadrio entre a própria elite, assim como os laços de compadrio dos cativos desta nobreza da terra, além dos laços econômicos entre eles e sua rede de aliados através dos registros de compra e venda.

Dentre esses personagens que participaram da criação da freguesia na década de 1640, a maior parte teve participação direta na Revolta da Cachaça, inclusive alguns se destacando pela liderança e posicionamento que consolidou o poder estabelecido na região. Na sequência, destaca-se a importância de alguns desses nomes, que tiveram relações diretas não só com a revolta, mas também com o estabelecimento de laços com bandos diversos espalhados pela capitania do Rio de Janeiro.

As relações estabelecidas entre os grupos, ligados ou não à Salvador Correia de Sá e Benevides, eram marcadas pela política de mercês, que eram privilégios e troca de favores, onde a retribuição do favor prestado é condição “*sine qua non*” para a manutenção dos laços familiares, afetivos e sociais.¹⁰⁰ Essas relações foram, também, estabelecendo uma série de

⁹⁹ CAETANO, Op. Cit., p. 190

¹⁰⁰ CAETANO, op. Cit., p. 56.

tensões entre os bandos ligados à Salvador Correia de Sá e Benevides, e as demais lideranças da freguesia de São Gonçalo. Aliás, são muitos aqueles que se estabeleceram em terras gonçalenses e que tiveram participação direta no processo da revolta. A análise minuciosa desses nomes nos permite melhor entender suas relações políticas e sociais, destacando o que pode ter ocasionado o conflito.

Jerônimo Bezerra Barbalho, por exemplo, era o maior proprietário de escravos da freguesia nesse recorte e fora degolado como punição por chefiar tal rebelião, como é explicitado no decorrer deste trabalho. Filho de Luís Barbalho Bezerra, que foi governador de Pernambuco no início do século XVII. Era também o maior proprietário de escravos da região. Casos como os determinados senhores promoviam com seus escravos, fossem elas por relações de apadrinhamento ou batismo. E o afloramento dessas disputas de poder, ganhou força na Revolta da Cachaça.

Desde o período anterior à revolta, o então patriarca desta parentela, Luís Barbalho Bezerra, que fora governador da capitania de Pernambuco, se deslocou para a freguesia de São Gonçalo do Amarante e conseguiu casar seus filhos com membros da elite local, tendo sido escolhido também governador do Rio de Janeiro. Com isso, estabeleceu um forte e importante papel de liderança na região.

Seu sucessor foi Duarte Correia Vasqueanes, meio-irmão de Salvador de Sá e Benevides, que futuramente seria rival dos Barbalho Bezerra no motim da cachaça. E através de uma carta de 22 de agosto de 1645¹⁰¹, há um relato sobre conflitos e divergências políticas existentes entre Salvador de Sá e Benevides e Francisco Souto Maior. Além disso, havia também um antagonismo entre o então governador da época, Duarte Correia Vasqueanes, com a câmara da capitania. Ou seja, essa apuração nos permite compreender que no período anterior à Revolta da Cachaça, já existiam disputas políticas entre os “bandos” locais.

O filho de Luís Barbalho, Jerônimo Barbalho Bezerra, foi o grande líder da Revolta da Cachaça, assim como seu irmão, Agostinho Barbalho Bezerra, escolhido pelos revoltosos como o futuro governador do Rio de Janeiro, para assumir o poder da política local após conseguissem derrubar o então mandatário.

Outro importante nome foi o de Alvaro de Matos, capitão nascido por volta de 1596 e que foi vereador em 1645. Casado por volta de 1626 com Marta Filgueira, chegou ao Rio de Janeiro por volta de 1606. Sua esposa era filha de Antônio Martins da Palma e Leonor Gonçalves. Apesar de não ter sido localizado fontes que demonstrem as relações de

¹⁰¹ CITAR A CARTA

apadrinhamentos por parte de Alvaro de Matos em São Gonçalo, foi possível seguir uma linha investigativa, através do mapeamento de alguns senhores donos de escravos, através de suas relações sociais com seus escravos, como Jerônimo Barbalho, Maria Gonçalves, Jacinto de Souza, Manoel Pimenta, Francisco Cabral, Antonia Roiz, Manoel da Costa e Belchior da Rosa¹⁰².

Matos, por exemplo, teve nove filhos, no qual todos mantiveram relações políticas e sociais bem estabelecidas, tal como religiosas, tendo sido muitos desses batizados na importante Igreja da Sé, que explicita a importância que tinham para com a capitania do Rio de Janeiro. Esse fato demonstra que Alvaro de Matos possuía relações de sociabilidade e de poder em um contexto para além das terras da freguesia de São Gonçalo.

Algumas das relações econômicas estabelecidas por Alvaro de Matos, também explicitam seus contatos sociais e políticos. Por exemplo, Alvaro de Matos e sua mulher Maria Figueira, deram concordância para a doação de terra a igreja em 28 de abril de 1650 feita por Antônio Martins da Palma e sua companheira, Leonor Gonçalves, à Santa Casa da Misericórdia¹⁰³. Esses aspectos evidenciam como a religião permeava as relações entre indivíduos da sociedade colonial, assim como fruto de promoção social entre as elites que estavam consolidadas.

A notoriedade dessa família que fez ganhar destaque no cenário do Antigo Regime nos trópicos está caracterizada pelo fato de um dos filhos do casal Alvaro de Matos e Maria Figueira ser o Clemente Martins de Matos que foi padre vigário geral da diocese do Rio de Janeiro e tesoureiro mor da Sé do Rio. Foi proprietário da fazenda de São Clemente, que ocupava todo espaço entre os morros de D. Marta e de São João, onde hoje se localiza atualmente o bairro de Botafogo¹⁰⁴.

Outro exemplo da busca pela inserção desta família no cenário religioso é o fato dos sogros de Alvaro de Matos, os pais de Marta Figueira, Antônio Martins da Palma e Leonor Gonçalves, terem doado uma igreja a Nossa Senhora da Candelária. Eles renunciaram o poder que tinham pela igreja com a condição que tanto eles como seus descendentes seriam enterrados na capela mor da igreja e que a Santa Casa rezaria missas para eles enquanto fossem vivos. A doação é feita com a concordância do genro e filha, ou seja, Alvaro de Matos e Maria Figueira.¹⁰⁵

¹⁰² ACMN, livros de batismos de livres da freguesia de São Gonçalo do Amarante, RJ.

¹⁰³ AN, 1ON, 37, p. 57v; AGCRJ, Códice 42-3-55 apud BDEFGRG <http://mauricioabreu.com.br/escrituras>

¹⁰⁴ RHEINGANTZ, Carlos G. op. Cit., Volume 2, 1965, p. 568

¹⁰⁵ Marques Pinheiro, A irmandade do Santíssimo Sacramento de N. S. da Candelária, pp. 215-217; IHGB, Lata 57, Pasta 3; SCMRJ, Tombo Geral, 1788, p. 107 apud BDEFGRG <http://mauricioabreu.com.br/escrituras>

Esse núcleo familiar conseguiu ampliar seus poderes de várias formas, tanto pela forma religiosa, social pelas redes construídas, políticas pelo fato de Alvaro de Matos ter sido vereador e também através de laços econômicos como veremos na sequência. Essas questões explicitam a importância de tais reações para a consolidação, no período em questão, de alianças ou disputas, pois como demonstra Caetano

Não era o processo de distribuição de sesmarias que redundava na constituição de engenhos, e sim a concessão de terras aliado ao efetivo enraizamento populacional com direito a formação de grupos familiares ligados pelo matrimônio e pela rede de interesses. [...] Caso exemplar dessa prestigiosa posição que São Gonçalo ocupava na transição do XVII para o XVIII, é o engenho Colubandê, pertencia à importante família cristã-nova dos Vale. Sua primeira proprietária foi Catarina de Siqueira, que o vendeu, em 1617, a Duarte Damires de Leão, casado com Beatriz da Costa. Eram chamados de cristãos gordos e eram originários da Holanda.¹⁰⁶

A consolidação dessa família também se estabeleceu pelas construções de partidos de terras com plantações de cana de açúcar no Engenho de Alvaro de Matos. Luiz Peres tinha um arrendamento de terra no engenho de Alvaro de Matos e em 13 de março de 1636 ele repassa o arrendamento ao seu sogro Manoel Delgado, que na ocasião insere quatro “peças de guiné” para trabalharem na plantação de cana de açúcar¹⁰⁷.

Sendo assim, a trajetória do núcleo familiar liderado por Alvaro de Matos e Maria Filgueira é marcada pela lógica do Antigo Regime, onde pautava-se pelas ligações políticas, econômicas, religiosas e sociais. Esses laços estavam alicerçados em diversas frentes, apoiados pelos batismos dos cativos, registros de arrendamento de terras, doações de terras para a causa religiosa, dentre outros pontos.

Outro indivíduo importante dessa freguesia de São Gonçalo do Amarante foi Francisco Barreto de Faria. Casado com Barbara Barreto, ele foi um dos líderes responsáveis pela elevação da região à freguesia na década de 1640. Como personagem marcante para a localidade, construiu relações fortes e profundas com diversos atores da região, como por exemplo batizou os filhos de Ignacio Pereira e Inês Pinta de Gomes, Francisco Simões e Joana Dami e João [F...?].¹⁰⁸

O mapeamento das relações entre essa elite local também é possível através dos registros de batismos dos cativos, pois além dos nomes dos escravos, aparecem os nomes dos

¹⁰⁶ CAETANO, op. cit. p. 97-98

¹⁰⁷ AN, 1ON, 32, p. 142v; AGCRJ, Códice 42-3-55, p 109 apud BDEFRG <http://mauricioabreu.com.br/escrituras>

¹⁰⁸ Sobrenome ilegível nos arquivos de batismos

proprietários destes. Nesse sentido, cativos do Francisco Barreto de Faria tinham relações com os escravizados, Barreto, Dorotea Dalvarenga, Manoel de Espinha, Monoel Dias, Domingos Pereira, Paulo da Mata, Luiz Cabral e Sebastião Serrão.

Existiam ainda outros personagens políticos mais proeminentes na Capitania do Rio de Janeiro, que não estavam ligados a freguesia de São Gonçalo e que mantinham ligações com Francisco Barreto de Faria. O mais notório entre esses é o Capitão Jerônimo Barbalho Bezerra. Em um registro de compra e venda de terra do dia dois de março de 1662, aparece o nome destes dois personagens com o Capitão Francisco Martins Soares que era administrador da Companhia Geral do Comércio. Na ocasião Francisco Martins pagou a quantia de 850\$000 a Francisco Barreto que Jerônimo Barbalho Bezerra que na época já era falecido. Essa dívida tinha como procedência a compra “18 peças de escravos do gentio de guiné que o dito defunto lhe havia comprado”¹⁰⁹

Essa relação de proximidade geográfica entre esses membros da elite local é muito difícil de reconstruir, pois os dados de mapas são muito escassos para termos uma visão mais definida da localidade. Porém, alguns indícios nos registros de compra e venda possibilitam de alguma forma reconstruir o espaço e as relações de vizinhança dessa elite.

Em uma escritura de quatro de maio de 1683, há um registro de venda de terras e 23 escravos, onde Sebastião da Silveira e sua mulher Ana Pinta vendiam a Gonçalo Gomes Rangel, na banda d'além, também conhecida como ponta do Barbalho, divisa com terras de Gaspar Pereira de Oliveira de um lado, e de outro lado com terras do Capitão Francisco Barreto de Faria.¹¹⁰

Essa localidade chamada de “Ponta do Brabo, também conhecida como Ponta dos Barbalhos, que hoje se convencionou chamar de Gradim, no município de São Gonçalo”¹¹¹. Ou seja, Francisco Barreto de Faria era proprietário de terra(s) próximo do local onde os líderes da Revolta da Cachaça saíram para iniciar o motim. Isso indica que seu protagonismo político era notório na freguesia, se aliando aos membros da nobreza da terra local e assim fazendo parte do bando dos Barbalho Bezerra.

O casal Isabel dos Reis e Sebastião Lobo Pereira são fundamentais para entender o início da região que seria a freguesia de São Gonçalo. Já existem registros de compra e venda envolvendo esses dois personagens em seis de abril de 1613, onde ambos vendiam terra a

¹⁰⁹ AN, 1ON, 44, p. 116 apud BDEFGRG <http://mauricioabreu.com.br/escrituras>

¹¹⁰ AN, 1ON, 56, p. 55 apud BDEFGRG <http://mauricioabreu.com.br/escrituras>

¹¹¹ CAETANO, op. cit. p. 119.

Miguel Aires Maldonado, propriedade com 100 braças em quadra, no rio Guaxindiba.¹¹² Essa fonte já indica uma relação próxima com outro personagem protagonista na região, que foi um dos requerentes para a elevação da região a freguesia em 1647, Miguel Aires Maldonado.

Nascida em 1597 e casada com o juiz ordinário Sebastião Lobo Pereira, também foi figura central para a consolidação política, social e econômica da região no cenário da capitania do Rio de Janeiro. Mãe de cinco filhos (Luiza, Diogo Lobo Pereira, João, Antônio Lobo Pereira e Sebastião Lobo Pereira)¹¹³, temos apenas um caso de batismo de escravos de propriedade dela disponível, sendo que o único caso os pais e padrinhos são todos de propriedade dela.

Um nome importante que aparece em dois registros de compra e venda é do seu genro Cristóvão de Melo de Vasconcelos. Para além de posses de terras como dote nos registros de compra e venda, Isabel dos Rios prometeu sua filha, Dona Antonia, em casamento, tendo um partido de seu engenho da invocação da Trindade, nas terras de Guaxindiba, sido doados para ele. Também ocorreu a doação de uma morada de casas de sobrado, de pedra e cal, com sua sala e câmara e mais 6 braças de chãos pegados aos de seu irmão.¹¹⁴

Jorge Ferreira de Bulhões foi um dos indivíduos que chefiou o motim da cachaça contra Salvador Correia de Sá e Benevides, eclodida no Rio de Janeiro em novembro de 1660. Através dos registros de batismos conseguimos rastrear alguns pontos importantes, pois ele era padrinho de Luiza, filha de Inácio Pereira e Inês Pinta.

Os laços mais interessantes estabelecidos por Jorge Ferreira de Bulhões com a elite local foram através dos registros de batismos dos cativos, pois importantes nomes como: Domingos da Guia, Bartolomeu Batista, Jerônimo Barbalho, Amador Freire, Claudio Antonio, Maria Ribeira, João Bastos, Domingos Machado, Angela da Costa, Alvaro Matos, Francisco Mateus, João Castilho, Jacinto de Sousa, Miguel de Freire, Cordola Gomes e Pedro Galho.

Nas relações de compra e venda destaca-se a escritura de vendas de terras feitas por Roque Barreto e sua esposa, expostas como preponderantes nos negócios de Jorge Ferreira de Bulhões¹¹⁵. Também se inseriu nas negociações de escritura de terras do casamento da filha

112 AN, 1ON, 28, p. 64v; AGCRJ, Códice 42-3-55, p. 29 apud BDEFGRG <http://mauricioabreu.com.br/escrituras>

¹¹³ RHEINGANTZ, op. cit, Volume 2, 1965, p. 408

114 AN, 1ON, 31, p. 93; AGCRJ, Códice 42-3-55, p. 65 apud BDEFGRG <http://mauricioabreu.com.br/escrituras>

¹¹⁵ AN, 1ON, 27, p. 10v; AGCRJ, Códice 42-3-55, p. 13; Rheingantz, I, 226 apud BDEFGRG <http://mauricioabreu.com.br/escrituras>

de Manoel de Castilho, Pinta, com Gonçalo Lopes Távora, tendo Domingos de Machado aberto mão de suas partes da herança após a morte de Castilho¹¹⁶.

Suas redes sociais foram feitas com personagens notáveis da região, como por exemplo, Jerônimo Barbalho, Alvaro de Matos e Cordola Gomes. Possuía laços profundos com a família Barbalho Bezerra, pois seus escravos tinham relações com os escravos de Jerônimo e da sua sogra Cordola Gomes, exatamente por isso não é surpresa que ambos foram os líderes e presos pelo motim da cachaça de 1660 e 1661. O laço com Alvaro de Matos também é interessante ser destacado, pois Matos também foi um dos fundadores da freguesia em 1647. Ou seja, era um indivíduo protagonista da política local e por isso merece esse destaque aqui na pesquisa.

Vejamos agora o caso do Capitão Bento Pinheiro de Lemos. Figura protagonista da criação da freguesia em 1647, era um importante proprietário de terras da região. Há um registro de compra e venda de terra de trinta de junho de 1662, onde Dona Catarina Antunes, viúva de Bartolomeu Ferreira de Moraes, vende terras no Mutuá a Cláudio Antonio Besançon. A fonte cita que esse terreno faz fronteira com o engenho do Capitão Bento Pinheiro de Lemos e que são fundos com a estrada que vai de São Gonçalo para Guaxindiba e com o rio de Maragói¹¹⁷.

Através dos registros de batismos conseguimos rastrear que escravos do Capitão Bento Pinheiro de Lemos tiveram relações com os cativos de Claudio Antonio Besançon e Gregório Pinheiro. É interessante notar que o caso de batismo que une Bento Pinheiro, Claudio Antonio e Gregório Pinheiro é o do escravo Ascenco. Filho de Diogo, escravo do Capitão Bento Pinheiro de Lemos e, Esperança, escrava de Francisco Tomé. Claudio Antonio Besançon era proprietário de Antonio, que foi padrinho de Ascenco e Gregório Pinheiro era proprietário de Felipa, que era a madrinha¹¹⁸. Esse caso é muito interessante porque conseguimos rastrear os indivíduos que eram da elite local e que também tinham relações de vizinhança na região. Essa proximidade era tão profunda que extrapolou para também a convivência entre os cativos dos mesmos.

Bento Pinheiro de Lemos possuiu relações interessantes com outros personagens da localidade, como Francisco Homem, que era seu genro e que vendeu a ele metade do seu engenho em São Gonçalo pela quantia de 5 mil cruzados em açúcar branco. Essa escritura era

116 AN, 1ON, 34, p. 57 apud BDEFRG <http://mauricioabreu.com.br/escrituras>

117 AN, 1ON, 44, p. 208v apud BDEFRG <http://mauricioabreu.com.br/escrituras>

118 ACMN, livros de batismos de livres da freguesia de São Gonçalo do Amarante, RJ.

de 24 de março de 1680, mas era para reafirmar o acordo que tiveram doze anos antes no cartório do 3º ofício¹¹⁹.

Em uma escritura de venda de terra de nove de maio de 1666, o capitão Bento Pinheiro de Lemos vende ao Capitão Francisco de Moura Fogaça um engenho de açúcar chamado São Bento em Mutuá, com 510 braças de testada até a estrada real de São Gonçalo. O registro também cita que o terreno do engenho é de frente a igreja de São José e faz fronteira com o doutor Manoel de Souza de Almada e com os reverendos padres da companhia¹²⁰.

Cristóvão Vaz foi um nome importante deste contexto. Não foi possível identificar suas relações com outros membros da elite local através dos registros de batismos, porém temos alguns registros de compra e venda que demonstram seus contatos com a nobreza da terra local.

Uma escritura de trinta de abril de 1650, sinaliza que no engenho chamado de São João na Banda d'além de Cristóvão Vaz, um partido de cana foi vendido por Teotônio da Silva e sua esposa Ana de Azevedo ao Doutor Tomé Pais Reimão. Esse partido de cana anteriormente havia sido de Francisco de Deixas e da esposa Dona Catarina¹²¹.

Outra escritura de dezoito de maio de 1652 Cristóvão Vaz aparece como alguém que ainda deveria receber pagamentos de dívidas de Claudio Antonio Besançon e o Capitão Jerônimo de Azevedo. Onde ambos compraram um engenho de açúcar em Suaçunhã do Capitão Francisco de Seixas, mesmo depois de comprar eles ainda deviam o Capitão Bento Pinheiro de Lemos e Cristóvão Vaz. Como ainda ficaram dívidas com os vendedores, o Capitão Francisco de Seixas Pinto pagou fiança a Bento Pinheiro de Lemos e Cristóvão Vaz¹²².

Essa fonte citada acima, une os dois últimos personagens abordados no texto. Onde tanto Bento Pinheiro de Lemos e Cristóvão Vaz possuíam uma terra conjuntamente e recebiam a fiança como pagamento da propriedade. Outro indivíduo que aparece nessa fonte é o Claudio Antonio Besançon, figura importante da freguesia e que já foi citado diversas vezes ao longo deste estudo, tendo exercido papel importante para os objetivos deste trabalho.

Uma outra fonte interessante demonstra como Cristóvão Vaz era um indivíduo importante na década de 1650. Em um processo de medição de terra dos índios de São Lourenço em doze de março de 1653, na banda d'além, chamada de Iribuquisaba “Começa-se

119 AN, 1ON, 54, p. 246 apud BDEFRG <http://mauricioabreu.com.br/escrituras>

120 AN, 1ON, 47, p. 105 apud BDEFRG <http://mauricioabreu.com.br/escrituras>

121 AN, 1ON, 37, p. 59v; AGCRJ, Códice 42-3-55, p. 59v apud BDEFRG <http://mauricioabreu.com.br/escrituras>

122 AN, 1ON, 39, p. 174v apud BDEFRG <http://mauricioabreu.com.br/escrituras>

então a medição, correndo o ruma do nordeste, sendo medidas 900 braças no primeiro dia, até a roça que foi de João Batista, perto da ermida de São João, que hoje é de Cristóvão Vaz”¹²³

Em outro registro de venda de um partido de cana em primeiro de fevereiro de 1663, José Carvalhais, filho de Cristóvão Vaz e de sua primeira esposa Sebastiana Antunes de Abreu, ele vende a Domingos Diniz um sitio de 200 braças de terras do engenho São João em Icaraí, que anteriormente tinha sido comprado ao Padre Vigário João de Bastos. O pagamento seria feito em açúcar branco no porto de São Gonçalo¹²⁴.

Essa fonte é muito interessante, pois sinaliza uma relação ímpar de dois personagens centrais da fundação da freguesia de São Gonçalo em 1647, Cristóvão Vaz um dos líderes da petição e o padre João de Bastos que era o pároco da freguesia na época da elevação em 1647. Quando o filho de Cristóvão vende o partido de cana, anos depois, foi possível perceber que seu pai havia comprado do padre vigário João de Bastos e isso sinaliza que esses personagens tinham relação profunda não só religiosa e social por buscarem a consolidação da região como freguesia, mas também por terem contato através de compra e venda de terras.

Domingos de Faria foi um indivíduo que em São Gonçalo foi padrinho de Margarida, filha de Miguel Sardinha e Archangela Requexa e de Mathias, filho de Matias Gomes e Catarina da Costa. No apadrinhamento de cativos, Domingos da Faria também possuía relações com outros senhores, como por exemplo Maria Ribeira e Jacinto Barboza¹²⁵.

Um batismo na escravaria de Domingos Faria é um dado interessante a ser observado. Em 1653 a escrava Juliana foi batizada, filha de Manoel e Leanor, ambos escravos de Domingos Faria, a madrinha foi Cristina escrava de Jacinto Barbosa, porém o interessante foi o padrinho da menina Juliana, Antônio Gonçalves, pois era um homem livre. Interessante perceber esse caso, pois é bastante atípico na região, porém essas situações dos batismos serão melhor trabalhados no terceiro capítulo desta dissertação.

Elemento importante para a criação da freguesia em 1647, Domingos Faria foi o único personagem que conseguimos ter maior êxito em rastrear sua trajetória de maneira muito ímpar, pois identificamos documentação referente ao ano de 1662 que o uniu ao evidências de suas ligações com o general Salvador Correia de Sá e Benevides. Pois esta escritura estabeleceu uma companhia e sociedade para ser feito um Engenho d’água do Rio das Pedras,

¹²³ AGCRJ, Códice 40-3-71, pp. 62-66 apud BDEFRG <http://mauricioabreu.com.br/escrituras>

¹²⁴ AN, 1ON, 45, p. 58; AGCRJ, Códice 42-3-56, p. 12, p. 58 apud BDEFRG <http://mauricioabreu.com.br/escrituras>

¹²⁵ ACMN, livros de batismos de livres da freguesia de São Gonçalo do Amarante, RJ

em conjunto com o general Salvador Correia de Sá¹²⁶. Isso explicita que os bandos políticos da capital estavam, de diferentes formas, aliados à elite das regiões mais afastadas.

Dessa forma, é importante destacar que apesar de existirem lacunas nas fontes de pesquisa para a reconstrução dos laços de todos os membros dessa elite local da freguesia de São Gonçalo do Amarante, os indícios que encontramos possibilitam concluir que nem todos os indivíduos que lideraram o processo de elevação da região à freguesia em 1647 faziam parte de um único grupo político. O próprio Domingos de Faria aparece como um aliado político do general Salvador Correia de Sá em Benevides nesta fonte de 1662.

Outro indivíduo importante foi Fernão Rodrigues Ribeiro. Um dos personagens que pediram a elevação da região para freguesia na década de 1640, Fernão também manteve relações com alguns indivíduos da região. Em um registro de compra e venda com Diogo Teixeira de Carvalho, pagou o valor de 793\$000, referente à escritura de quitação do resto da compra do engenho da Guaxindiba, tendo Fernão Ribeiro sido condenado por sentença judicial a cumprir tal exigência.¹²⁷

Além dessa situação litigiosa, Fernão Rodrigues Ribeiro também estabeleceu relações com outros membros da elite local, são eles: Gaspar Pimentel, Bar Pimentel, Jacinto de Souza e Jacinto Barbosa. Esses quatro indivíduos tiveram seus escravos com laços de apadrinhamento com os cativos de Fernão Rodrigues. Nos casos em que os cativos de Fernão Rodrigues estão envolvidos, um chama muita atenção. Vicente era filho de Antônio e Maria. Antônio era um homem livre e teve um filho com a escrava Maria¹²⁸, o padrinho¹²⁹ é um escravo de propriedade de Fernão Rodrigues, e a madrinha é de propriedade de Bar Pimentel¹³⁰.

Outros três exemplos demonstram o fato da escravaria de Fernão Rodrigues ter uma ampla circulação com livres da região. São os casos dos batismos de Messia, filho de Diogo Ramos que embora na fonte a condição social está difícil de identificar se era escravo, livre ou forro, provavelmente era livre, pois quando nos registros aparecem nome e sobrenome do indivíduo, geralmente o personagem é livre. A mãe era Luiza, escrava de Fernão Rodrigues e o padrinho chamado Antônio Thomé (, que) também era um homem livre¹³¹.

O segundo caso interessante é o batismo de Domingas. Os nomes de seus pais e os proprietários dos pais de Domingas estão ilegíveis na fonte, porém o padrinho era um homem

¹²⁶ AN, 1ON, 44, fp. 240, 242 apud BDEFRG <http://mauricioabreu.com.br/escrituras>

¹²⁷ AN, 1ON, 32, p. 42v; AGCRJ, Códice 42-3-55, p. 95 apud BDEFRG <http://mauricioabreu.com.br/escrituras>

¹²⁸ Infelizmente não temos o nome do proprietário da escrava Maria no registro de batismo.

¹²⁹ O nome do escravo está ilegível na fonte

¹³⁰ ACMN, livros de batismos de livres da freguesia de São Gonçalo do Amarante, RJ

¹³¹ ACMN, livros de batismos de livres da freguesia de São Gonçalo do Amarante, RJ

livre chamado Antônio Thomé, o mesmo do batismo citado acima do Messia. A madrinha era uma escrava de Fernão Rodrigues chamada Domingas¹³².

O último caso que destacamos sobre o batismo de Domingos. Os pais do batizado eram de propriedade de Bar Pimentel, a madrinha Ana era escrava de Fernão Rodrigues Ribeiro e o padrinho era um homem livre chamado Diogo Rodrigues¹³³. Ou seja, esses casos indicam que de fato os cativos de Fernão Rodrigues tiveram contatos com vários indivíduos livres e também com cativos de outros senhores da região.

Já Gregório Lopes Cerqueira foi um nome que se consolidou por relações diversas com outros membros da elite local, a partir do batismo de escravos. Mathias Gonçalves, Reverendo Padre Vigário, Hipolito Lopes, Bartolomeu e João de Bastos, são senhores então donos de escravos que tinham alianças com os cativos de Gregório. Não encontramos nos registros de batismos de livres, nenhuma menção ao nome de Gregório Lopes Cerqueira na freguesia de São Gonçalo, nem nos batismos de seus filhos, nem como padrinho dos filhos de membros da elite da região.

Por outro lado, localizamos registros onde sua família possuía laços matrimoniais na região da freguesia. Em uma escritura de novembro de 1668, há uma anotação do dote de casamento da filha de Catarina da Fonseca e Gregório Lopes Cerqueira, Isabel de Cerqueira, ao noivo dela, Luiz de Oliveira, totalizando “4.000 cruzados, pagos em escravos, móveis, vestidos e açúcar, para o que hipotecou o engenho onde vive, de invocação Nossa Senhora do Monserrate, sito da freguesia de São Gonçalo”¹³⁴.

Filho de Antônio Lopes Cerqueira com Domingas Gonçalves, nasceu em 1601, casou-se com Catarina da Fonseca em 1631 e faleceu em 1678. Seus sogros eram Manuel da Fonseca e Ana da Fonseca¹³⁵. Identificamos registros de compra e venda que citam o nome do casal Gregório de Catarina indicando que ambos possuíam terras e que tiveram raízes sólidas na região da freguesia de São Gonçalo.

Uma escritura de terra de 27 de fevereiro de 1673, relata que João de Ataíde vendeu um partido de canas ao Capitão Antônio Cardoso de Azevedo. Esse partido de cana era no interior das terras de Gregório Lopes Cerqueira e de Catarina da Fonseca. Sendo que João de

¹³² ACMN, livros de batismos de livres da freguesia de São Gonçalo do Amarante, RJ

¹³³ ACMN, livros de batismos de livres da freguesia de São Gonçalo do Amarante, RJ

¹³⁴ AN, 1ON, 48, p. 90; AGCRJ, Códice 42-3-56, p. 85 apud BDEFRG <http://mauricioabreu.com.br/escrituras>

¹³⁵ Agradeço ao professor João Fragoso por ceder seu banco de dados onde estão reunidos seus estudos de sua longa carreira acadêmica, de onde consegui colher essas informações sobre a trajetória de Gregório Lopes Cerqueira.

Ataíde era genro do casal Gregório e Catarina e que essas terras foram dadas a ele como dote do casamento com sua filha¹³⁶

Interessante notar que o seu genro, João de Ataíde aparece em outras fontes se relacionando com Gregório Lopes Cerqueira. Nos registros de batismos há escravos de João de Ataíde que possuem filhos com os cativos de Gregório Lopes Cerqueira. O caso da menina Antônia, batizada em 1655, filha de Francisco, que era escravo de Gregório Lopes Cerqueira, e filha de Maria, que era escrava de João de Ataíde. O padrinho era o escravo Alex, cativo de João de Ataíde e afilhada de Caterina que era cativa de Domingos Pedroso¹³⁷.

Outro caso interessante é sobre o batismo da menina Lourença, também batizada em 1655, filha de Domingos, que era cativo de João de Ataíde, e de Ana que era escrava de Gregório Lopes Cerqueira. Interessante notar que os padrinhos da menina Lourença, tanto João como Clara, ambos eram livres.¹³⁸ Ou seja, esses dois exemplos simbolizam que dentro dessa propriedade os laços matrimoniais que formaram essa família também repercutiram na formação de alianças dos cativos destes indivíduos. E não apenas isso, ocorreram apadrinhamentos de pessoas livres na escravaria deles. As fontes não nos informam o que os padrinhos livres João e Clara possuem como ocupações profissionais e nem se são casados, porém provavelmente são livres que trabalham nas plantações de cana das propriedades da fazenda, ou possuem algum tipo de relação de dependência com esta família.

Outro personagem histórico importante do contexto foi Matias de Mendonça. Não encontramos registros de batismo dele na região, nem ele batizando seus filhos, assim como ele batizando filhos de outros livres na localidade. Já no caso dos registros de batismos de escravos, encontramos três que relatam informações sobre os cativos de Matias de Mendonça.

Nos registros de batismos de escravos, Matias de Mendonça aparece em três situações, uma como proprietário Luzia, que foi madrinha de Florentino. Os compadres de Luzia, João e Grácia, eram cativos de Doroteia de Alvarenga. O padrinho de Florentino também era propriedade de Doroteia de Alvarenga. Outro exemplo é o caso do batismo do menino Aleixo, filho de Luiza que era propriedade de Matias de Mendonça, o pai de Aleixo tem seu nome ilegível na documentação, porém o seu proprietário era Matheus de Mendonça. Não conseguimos encontrar uma informação relevante sobre quem é Matheus de Mendonça, pelo sobrenome provavelmente existe um grau de parentesco, mas não temos informações exatas sobre.

¹³⁶ AN, 1ON, 52, p. 42v; AGCRJ, Códice 42-3-57, p. 266 apud BDEFRG <http://mauricioabreu.com.br/escrituras>

¹³⁷ ACMN, livros de batismos de livres da freguesia de São Gonçalo do Amarante, RJ

¹³⁸ ACMN, livros de batismos de livres da freguesia de São Gonçalo do Amarante, RJ

Através dos registros de compra e venda, conseguimos rastrear a presença de Matias de Mendonça em alguns momentos interessantes. Em um registro de compra de chão de 14 de março de 1636, o casal Francisco Dias Frade e Teodósia da Costa, pagam fiança para a soltura de Matias, pois ele estava preso em razão da morte de Gregório Macial. O casal pagou 600 cruzados para a soltura de Matias Mendonça e hipotecaram como garantia duas moradas de casas na rua de Salvador de Sá e que também faz fronteira com propriedade de Jerônimo Ferreira.¹³⁹

Em um outro registro de 3 de novembro de 1636, Matias de Mendonça e sua esposa Isabel Cardosa, compraram terras sitas no rio de Macacu, de Belchior da Fonseca e esposa Siona de Cális. Essa propriedade fazia fronteira com as terras de Paulo da Cruz e com as terras dos padres da Companhia de Jesus¹⁴⁰.

Outra fonte indica outro negócio entre o casal Belchior da Fonseca e Simoa de Cális com Matias de Mendonça e Isabel Cardosa. Datada de 11 de novembro de 1636, o registro de compra e venda de terra indica novamente uma compra no rio de Macacu perto da aldeia de São Barnabé¹⁴¹. Ou seja, no período na década de 1630, Matias de Mendonça estava inserido em compras de propriedades na região vizinha a futura freguesia de São Gonçalo de Amarante. Isso indica que seu protagonismo na criação da freguesia na década de 1640, só foi possível por causa da sua inserção na elite da localidade assim como sua consolidação como agente fundamental nesse processo da formação da freguesia em 1647.

Outro personagem fundamental para entendermos a formação da freguesia de São Gonçalo é a do capitão Miguel Arias Maldonado. Nascido na ilha Gran Canaria por volta de 1566, viveu até o dia 15 de maio de 1650, Casou duas vezes, a primeira vez foi por volta de 1596 com Maria de Madeiros. No segundo matrimônio casou-se com Bárbara Pinta de Castilho por volta de 1602. Sua esposa era filha de Manuel de Castilhos e de Catarina Pinta¹⁴².

Na sequência, vamos aprofundar os olhares acerca dos pontos relacionados à Revolta da Cachaça, tal como esse evento se relacionou, em geral, com os personagens e fontes até aqui apresentadas.

¹³⁹ Código: AN, 1ON, 32, p. 146v apud BDEFRG <http://mauricioabreu.com.br/escrituras>

¹⁴⁰ Código: AN, 1ON, 34, p. 61v; AGCRJ, Códice 42-3-55, p. 120 apud BDEFRG <http://mauricioabreu.com.br/escrituras>

¹⁴¹ Código: AN, 1ON, 34, p. 62v; AGCRJ, Códice 42-3-55, p. 120 apud BDEFRG <http://mauricioabreu.com.br/escrituras>

¹⁴² RHEINGANTZ, op. Cit., Volume 2, 1965

2.3) A revolta da Cachaça 1660-1661:

Percebe-se com toda essa análise a existência de redes sociais e alianças estabelecidas entre as famílias da freguesia de São Gonçalo, quanto dessas com os bandos de outros espaços, o que ocasionou também diferentes tensões que geraram, dentre outros fatores, a Revolta da Cachaça.

Além disso, como Antônio Filipe Caetano explicita, os posicionamentos de Salvador Correia de Sá e Benevides, em aumentar taxas e impostos, além de possuir a manutenção de certos “privilégios” perante a coroa portuguesa, como aqui também já fora sinalizado, fez com que a revolta se eclodisse:

A criação do imposto predial por Salvador Correia de Sá e Benevides, em 1660, para tentar resolver os constantes problemas da guarnição da capitania do Rio de Janeiro, apenas corou as diversas críticas que os ultramarinos fluminenses tinham desde a sua primeira administração. Sua intensa relação com os jesuítas, seus privilégios na Companhia Geral do Comércio, seu grande acúmulo de propriedade e seu intenso controle na comercialização do açúcar despontaram nos fluminenses inúmeras razões para a eclosão de uma revolta.¹⁴³

O discurso dos revoltosos possuía características bem específicas, mas também consolidava os olhares críticos acerca da política de Correia de Sá e Benevides. Essa percepção é possível ser constatada a partir das insatisfações dos membros que lideraram o motim da cachaça

“os oficiais da câmara, que de presente servem, depois de juntos lhe representou o dito povo, dizendo em primeiro lugar, que vivesse El-rei nosso senhor D. Afonso, de quem eram leais vassallos, e que como tais lhe representavam em como em trinta do mês passado (a esta cidade) de Outubro se haviam junto de outra da dita cidade, onde chamam a Ponta do Brabo, de onde pretendiam passar a esta cidade, magoados, queixosos e oprimidos pelas vexações, tiranias, tributos, fintas, pedidos, destruições de fazendas que lhes havia feito Salvador Correia de Sá e Benevides, tratando só de suas conveniências, sem atender ao bem comum dele dito povo.¹⁴⁴

De acordo com a documentação analisada, pode-se perceber que os homens ultramarinos exigiam o cumprimento do pacto entre os súditos e o soberano.¹⁴⁵ O amparo era condicionado à manutenção dos interesses [...] dos grupos envolvidos na Revolta da Cachaça,

¹⁴³ Idem, p. 142.

¹⁴⁴ Idem, p. 142.

¹⁴⁵ Idem, p. 143.

principalmente quando os mesmos benefícios são corrompidos pela administração local. “Por isso, a conservação que solicitavam ao rei era a retirada do governador Salvador Correia de Sá e Benevides do cargo público da capitania do Rio de Janeiro”.¹⁴⁶

Ao falar do movimento, entendia-se que governar com justiça era, também, uma forma de garantir os direitos naturais, o respaldo e a proteção da nobreza da terra.

“Em primeiro lugar, não bastava ser justo, preservar o bem comum e direito natural para ter o controle da administração local, era necessário fazer parte de uma família tradicional, que tivesse ocupado cargos administrativos e por isso possuísse prestígios e status social. Pertencer a uma família tradicional tornou-se a base de negociação dos homens ultramarinos com a coroa, pois eram muitas vezes estas mesmas famílias que estavam presentes na câmara de vereadores”¹⁴⁷

Em relação ao caso de Salvador Correia de Sá e Benevides, a acusação de tirania se relacionava diretamente aos interesses que esse tinha de aproveitar o cargo que ocupava para assim usufruir de benefícios próprios, sendo esse um fator visto de forma muito negativa pela coroa portuguesa. Luciano Raposo de Almeida Figueiredo destaca que “a figura do rei tirano presente na restauração assumiu no Atlântico o aspecto do funcionário”.¹⁴⁸

Essas questões e demais disputas que moviam a estrutura política colonial, consolidavam as diferenças entre o que ocorria no Brasil em relação à Portugal. Caetano destaca que é como se “as regiões coloniais viviam em uma sincronia diferente da Ibéria, como se fossem relógios funcionando com ponteiros invertidos”.¹⁴⁹

São Gonçalo de Amarante era uma freguesia que acabava sendo atingida por essas questões, tendo distintos pontos políticos influenciado nos caminhos da região. Não foi à toa que a Revolta da Cachaça estourou na região, muito fruto dessas disputas ou das alianças que ocorriam entre as lideranças de então.

No discurso colocado por muitas dessas lideranças, Salvador Correia de Sá era acusado de prevaricar contra o bem comum, com tributos que não eram aceitos. Isso aumentava as tensões e evitava a consolidação de um cenário de paz. “Nesse sentido, os capítulos elaborados pelos ultramarinos gonçalenses nos revela uma questão até então pouco cotejado na capitania do Rio de Janeiro”.¹⁵⁰

¹⁴⁶ Idem, p. 143.

¹⁴⁷ Idem, p. 144.

¹⁴⁸ FIGUEIREDO Apud. Idem, p. 145.

¹⁴⁹ Idem, p. 146.

¹⁵⁰ Idem, p. 147.

Como São Gonçalo não estava necessariamente colada à cidade do Rio de Janeiro, por mais que fosse próxima geograficamente, acabava ocorrendo uma maior dificuldade para se ter acesso às informações relacionada aos posicionamentos e decisões políticas da coroa e da capitania em si.

O efeito de todas essas questões que acabaram por gerar conflitos na região, foi a Revolta da Cachaça. Esse aspecto, do entendimento da revolta em si, nos traz à tona a questão conceitual do entendimento dos conceitos de centro e periferia, pensando as relações estabelecidas entre São Gonçalo do Amarante e o Rio de Janeiro.

A articulação política da América portuguesa se baseava na família, que pode ser entendida como a mais importante instituição política nos trópicos. Porém, dentro de uma perspectiva mais ampla, foi também as tensões geradas entre os diferentes grupos familiares, que estabeleceram os caminhos que resultaram na efetivação da revolta em si:

“Ao exigir a presença de homens antigos, homens de bem ou homens nobres, a periferia política fluminense nada mais fazia do que reforçar as práticas do antigo regime adotadas nas terras genericamente denominadas de Brasil, e ao mesmo tempo tirava o direito dos comerciantes ultramarinos de barganharem um maior espaço político na câmara de vereadores. [...] Em suma, Salvador de Sá não tinha o menor discernimento da importância do conflito para as determinações dos rumos da capitania. Seja como for, o início da revolta marcou uma nova etapa no Rio de Janeiro, na qual aqueles que estavam até então à margem das decisões políticas fluminenses passavam a configurar-se como peças fundamentais nas estratégias de conquista e domínio da câmara, posição esta assinalada pelos próprios camaristas quando escreveram a Francisco Barreto afirmando que o movimento não era restrito à praça do Rio de Janeiro, estendendo-se a todo o recôncavo da Guanabara.¹⁵¹

Sem dúvidas, Agostinho Barbalho Bezerra foi fundamental para o desenrolar de todo esse processo. Sua presença na administração da capitania, garantiu uma maior centralidade e visibilidade para São Gonçalo, novamente nessa relação centro e periferia estabelecida. Agostinho Bezerra conseguia agradar a diferentes campos e lideranças, desde os camaristas até os ultramarinos fluminenses, devido sua predominância, poder e domínio na região estabelecido. Além disso, Agostinho Barbalho foi importante por ter substituído o capitão responsável pela fortaleza de São João, reorganizado a defesa da fortaleza de Santa Cruz,

¹⁵¹ Idem, p. 158 e 161.

nomeado capitães de ordenança e aumentado o número de soldados da guarnição, entre outros fatores.¹⁵²

Essas questões, obviamente, também resvalaram nas disputas que envolviam os territórios gonçalenses. Para além de Agostinho Barbalho Bezerra, Salvador Correia de Sá considerava as outras lideranças do motim da cachaça “pessoas de pouco discurso, fundamentadas em equivocadas exigências, ou como ele mesmo menciona, moradores de São Gonçalo no Rio de Janeiro, excedendo os limites da obediência, e que mereciam os castigos que lhe caberiam”¹⁵³

¹⁵² Idem, p. 167.

¹⁵³ Idem, p. 168.

CAPÍTULO 3: Cotidiano e família escrava na São Gonçalo do século XVII

3.1) Formação da família escrava na Freguesia de São Gonçalo de Amarante:

A sociedade do século XVII, era marcada por características bem específicas. Como destaca João Fragoso, se tratava de sociedades católicas, com populações tementes à Deus e com disciplina social que passava pelos sacramentos da Igreja Católica.¹⁵⁴

Para além disso, entretanto, é importante olhar também para as singularidades de cada região que se estuda. No caso da freguesia de São Gonçalo, suas particularidades são aqui analisadas de distintas formas. Nessa parte inicial do terceiro capítulo desta dissertação, será problematizado alguns desses olhares, com base em um debate com autores que também dialogam com temáticas relacionadas à História Colonial desse mesmo cenário.

Ao se estudar uma sociedade baseada na hierarquia cultural católica colonial, se faz necessário analisar, também, como essa se deu em cada local. A vida social, muitas das vezes, era marcada por tais relações, sendo a figura do padre e o espaço da Igreja ou das paróquias, entendido como caminhos propícios para aqueles que viviam esse cenário. Fragoso, por exemplo, explicita tal questão ao analisar as visitas às igrejas como sendo momentos onde se tornava possível realizar uma série de análises. Destaca o autor que

[...] as visitas podem ser utilizadas como verdadeiros inquéritos sociais e econômicos de uma região estudada. Além dessas notícias agregadas, as paróquias e curatos possuíam um conjunto de assentos que tratavam da vida dos seus paroquianos de maneira individualizada. Em outras palavras, os moradores das sociedades católicas, por um motivo ou outro, relatavam os momentos decisivos de suas vidas ao padre local.¹⁵⁵

Outra forma de análise do contexto em voga, destaca ainda o autor, eram as crônicas estabelecidas no período. Tais fontes se consolidaram como assentos paroquiais em “livros de batismos, em habilitações de casamentos, em livros de óbitos (que não raro incluem testamentos) e em várias outras coleções”.¹⁵⁶ Assim, se fazia possível encontrar informações relativas aos fregueses, como nome, filiação, naturalidade, qualidade social, moradia, estado matrimonial, entre outras.¹⁵⁷

¹⁵⁴ FRAGOSO, 2004, p. 23.

¹⁵⁵ Idem, p. 23.

¹⁵⁶ Idem, p. 23.

¹⁵⁷ Idem, p. 23.

As relações de vizinhanças no cenário colonial da América Portuguesa, analisando tais características, ocorria de diferentes formas, gerando também distintos efeitos. Fragoso explicita que

[...] podemos mapear as relações de vizinhança e a geografia política (parentesco e clientela) de uma dada freguesia. No registro das cerimônias de batismo e de casamento ainda aferimos pactos de alianças entre famílias, assim como de clientela. Da mesma forma, apreende-se uma noção da classificação social (hierarquia social) costumeira vivida na freguesia pelos paroquianos. [...] O cruzamento desses registros permite a confecção de fichas individuais para os paroquianos, inclusive forros e escravos. Cabe insistir que essas fontes recuperam, ações e escolhas dos escravos, pois se, para as Ordenações Filipinas, eram tidos como semoventes, diante da Igreja eram portadores de almas, e seria obrigação dos senhores e autoridades cristianizá-los.¹⁵⁸

Na análise do cenário da América lusa, os registros de batismo, casamento e óbito, são fontes importantes para a realização de tais mapeamentos e de suas relações sociais estabelecidas. Tais tipologias de fontes nos possibilitam visualizar “os domicílios dos paroquianos e suas mudanças no tempo (passagem de senhorio de fazendas de uma parentela para outro), as relações sociais vivenciadas nas fazendas e engenhos, além de apresentarem as alianças entre famílias via matrimônio e compadrio”.¹⁵⁹ Destaca ainda Fragoso, em outras palavras, que

[...] essas fontes também nos dão informações sobre a estrutura e posse de escravos, e da hierarquia social vivida pelos paroquianos. Por seu turno, os testamentos anexos aos óbitos ajudam a compreender os mecanismos de transmissão de patrimônios de uma geração para outra. Assim, através do cruzamento dessas informações podemos ter os traços de uma sociedade.¹⁶⁰

A perspectiva da micro-história, como já explicitado em diferentes oportunidades nesta dissertação, oferece uma série de possibilidades para apurar tais olhares. Assim, o pesquisador alcança diferentes recursos acerca de como se constituíam e mudavam as estratégias e relações no século XVII, por exemplo. Envolve-se assim todos aqueles que viviam na Monarquia católica e, por que não, vivenciavam também a religião e os aspectos que essa gerava, sejam camponeses, escravos, forros ou senhores.¹⁶¹

¹⁵⁸ Idem, p. 23 e 24.

¹⁵⁹ Idem, p. 24.

¹⁶⁰ Idem, p. 24 e 25.

¹⁶¹ Idem, p. 25.

Metodologicamente, as fontes em questão apresentam as mudanças sociais que ocorriam com diferentes indivíduos no período, notadamente no que se diz respeito ao status social. Assim,

Parte-se, portanto, da tradição dos *Annales* de Marc Bloch, reforçada pela micro-história italiana, ou seja, da hipótese de que a região – e no caso da monarquia lusa, o município – é área através da qual se desvenda a dinâmica das relações sociais que formam uma dada estrutura (ou, se preferirem, um sistema relacional).¹⁶²

Tendo como foco essa questão, é válido enfatizar também a importância metodológica da História Comparada, enquanto campo que nos possibilita diferentes ferramentas para a análise comparativa dos laços aqui colocados.

Como nos demonstra José D'Assunção Barros, o método comparativo nos proporciona um olhar singular para o entendimento histórico de dois ou mais objetos, pois é

(...) uma modalidade historiográfica fortemente marcada pela complexidade, já que se refere tanto a um “modo específico de observar a história” como à escolha de um “campo de observação” específico – mais propriamente falando, o já mencionado “duplo campo de observação”, ou mesmo um “múltiplo campo de observação”. Situa-se, portanto, entre aqueles campos históricos que são definidos por uma “abordagem” específica – por um modo próprio de fazer a história, de observar os fatos ou de analisar as fontes. Resumindo em duas indagações que a tornam possível, a História Comparada pergunta simultaneamente: “O que observar?” e “Como observar?” E dá respostas efetivamente originais a estas duas indagações.¹⁶³

Mais que a simples comparação histórica tradicional, ainda de acordo com Barros (2014), a História Comparada pode ser entendida num sentido mais extenso, o da “História Relacional”, que trata de “(...) um campo novo de possibilidades que abarca as modalidades já tradicionais da História Comparada, e também novas modalidades como as da ‘história transnacional’, ‘histórias interconectadas’ e ‘histórias cruzadas’, entre outras possibilidades”.¹⁶⁴ Assim, comparar se torna uma ferramenta importante para aqueles que desejam realizar generalizações históricas sobre dois ou mais objetos, sem incorrer em superficialidades ou anacronismos.

Portanto, é inegável que esse olhar metodológico da História Comparada nos

¹⁶² Idem, p. 28.

¹⁶³ BARROS, 2014, p. 15.

¹⁶⁴ Idem, p. 165.

possibilita apurar com mais rigor e detalhes as diferenças, semelhanças e conexões dos objetos que aparecem nas fontes aqui problematizadas. Assim, pode-se também pensar as relações entre os aspectos “globais” e o “locais” que envolvem o tema, quando levamos em conta as questões inerentes ao Império Português e suas facetas que refletiam na freguesia de São Gonçalo. Como destaca Fragoso,

Feito esse procedimento técnico, organizando os fregueses ou cidadãos em relações consanguíneas, de afins, de clientela e outras apresentadas por aqueles registros, inevitavelmente constrói-se um universo relacional que transborda a área inicial da pesquisa. [...] Na verdade, parte-se do pressuposto de que determinadas famílias no decorrer do tempo mantiveram relações de diferentes naturezas (compadrio, maritais, de trabalho, etc.) com as suas vizinhas e mesmo com outras freguesias, por exemplo. Deste modo, compreende-se que famílias serviram de ponto de encontro das demais gentes da sociedade analisada. No caso do Rio de Janeiro, essa sociedade seria a monarquia pluricontinental lusa. [...] Porém, nas cercanias rurais da cidade prevaleciam velhas famílias da nobreza da terra detentoras do mando municipal, mas dependente do tráfico atlântico de escravos e do crédito do capital mercantil daquela Urbes.¹⁶⁵

Essas relações explicitam, mais que apenas um mero olhar metodológico, o quanto a abordagem comparativa se faz importante na pesquisa histórica. Ao propor a abordagem relacional, anteriormente aqui destacada por José D’Assunção Barros, possibilitamos um olhar metodológico atento às relações sociais vividas pelos sujeitos da área escolhida, mantendo a possibilidade de enxergar possíveis ligações entre regiões com dinâmicas diferentes de forma mais factível.¹⁶⁶

Assim, destaca Fragoso que essa abordagem amplia a análise, pois

Dito de outro modo, tendo como pano de fundo aqueles painéis demográficos, sociais e econômicos de 25 anos, serão capturadas as relações de compadrio, de vizinhança, econômicas e matrimoniais de famílias escolhidas. Será possível compreender o comportamento e as opções de famílias diante daquelas permanências e mudanças e a dinâmica das relações sociais. Assim, certas famílias servem de elos para os referidos cenários e, por isso mesmo, o acompanhamento de suas trajetórias ocorrerá ao longo de cinco gerações.¹⁶⁷

Ao cruzarmos as fontes paroquiais, é visualizada uma estrutura que estimula o olhar sobre as mudanças e permanências populacionais e demográficas gerais (como número de

¹⁶⁵ FRAGOSO, *ibidem*, p. 28 e 29.

¹⁶⁶ *idem*, p. 29.

¹⁶⁷ *Idem*, p. 30-31.

população fértil e supostamente produtiva, composição sexual, naturalidade, fecundidade, entre outros), tal como dados sociais (posição sociopolítica e acesso social à terra).¹⁶⁸

Fragoso destaca que esses cenários variam devido as trajetórias de algumas famílias escolhidas nas pesquisas, o que nos faz perceber ainda mais a importância desse olhar comparativo. Tais famílias, entendidas como grupos sociais (estamentos ou classes sociais), compartilham experiências comuns, já que pertenciam ao mesmo universo relacional.¹⁶⁹ Assim, o que se denomina como universo relacional, partindo do pressuposto metodológico da História Comparada, é a análise dos períodos de interação entre processos generativos distintos, considerando que estes últimos ocorrem por várias gerações de uma mesma parentela.¹⁷⁰

Ao realizarmos comparações por distintos municípios e freguesias de uma mesma capitania ou de distintas capitanias, essa perspectiva aparece mais claramente. O olhar entre Rio de Janeiro e Salvador, é um fator que permite tal cruzamento com as fontes. Fragoso explicita que

Através desse tipo de exercício, poderemos com mais cuidado apreender as regularidades das relações sociais que davam vida ao que costumamos chamar de América lusa do Antigo Regime, ou seja, uma sociedade calcada na escravidão no catolicismo e inserida na monarquia pluricontinental lusa. Com a explicação daquelas regularidades, daremos um passo decisivo na construção de uma teoria da sociedade e da economia consideradas. [...] O quadro teórico do qual aqui se parte é o de que o sistema existiu em meio ao Antigo Regime católico luso, com a sua concepção de mundo corporativa e polissinodal. Precisamente, o Antigo Regime nos trópicos de uma monarquia pluricontinental. Em diversos outros textos essas ideias foram desenvolvidas, nos quais também deixei claro que aquelas são hipótese ainda em construção.¹⁷¹

A compreensão do sistema agrário do período referido é uma demonstração de como o processo relacional se dava até então. Entender as mudanças e permanências desse contexto, explicitam diferentes caminhos para pensarmos a sociedade colonial. “Sua trama de relações é povoada a princípio pelas experiências daqueles paroquianos, sendo estas aqui apresentadas por seus respectivos eclesiásticos (especialmente batismos, óbitos e testamentos)”¹⁷² Com isso, se demonstra que a metodologia proposta pretende estudar a sociedade como complexo

¹⁶⁸ Idem, p. 31.

¹⁶⁹ Idem, p. 31.

¹⁷⁰ Idem, p. 32.

¹⁷¹ Idem, p. 32 e 33.

¹⁷² Idem, p. 33.

relacional também resultante da interação entre diferentes estratos sociais. Indo além dos procedimentos, trata-se de auxiliar na pesquisa em voga.¹⁷³

Um ponto importante para essas análises, novamente retornando, é o batismo de escravos. Sendo uma importante ferramenta de interação do universo colonial estudado, demonstra que os grupos sociais subalternos possuem estratégias próprias de ação com elas. Assim, o complexo de relações construídas por fontes de batismo e/ou paroquiais, explicita a agência própria dos cativos. Fragoso destaca que

[...] as famílias dos conquistadores, mesmo após gerações no ultramar, continuavam a ter como arquétipo da hierarquia social o reinol. Até porque, no início da montagem das repúblicas americanas, por exemplo, era esse modelo de sociedade que possuíam. Assim, suas práticas sociais visavam a ascensão em tal estratificação, o que se traduzia em práticas matrimoniais, na procura por mercês, foros de fidalguia, hábitos militares e ofícios régios.¹⁷⁴

Um exemplo dessas relações familiares é a análise da família Correia de Sá. Fixados no Rio de Janeiro por mais de um século, serviram a coroa portuguesa nos mais variados interesses e geraram, também, conflitos como os ocorridos na Revolta da Cachaça. Além disso, adquiriram bens materiais e criaram redes de alianças, com clientes em diferentes grupos sociais, dentre os quais destacam-se os formados por indígenas e/ou escravos. Isso, sem aludir à sua interferência no poder local, no governo da Câmara, entre outros cargos honrosos da república.¹⁷⁵ Destaca Fragoso que

Na verdade, eles foram a cabeça do bando mais ativo nas lutas pelo mando no município. Enfim, eles compartilharam práticas que os tornaram, mais do que qualquer outra família conquistadora, componentes da nobreza da terra. Contudo, isso não significou um enraizamento na cidade. Apesar de tudo o referencial dessa família, como a de outras, permaneceu sendo o centro da monarquia, ou seja, a hierarquia social reinol com seus graus de nobreza: ordens militares, fidalguia da casa real, etc. Sendo mais preciso, aqueles elos na capitania não os impediram de servirem em outros cantos do Ultramar, como o fez João Correia, ou de retornar ao Reino, como seu pai.¹⁷⁶

No caso gonçalense, uma importante análise se faz possível identificar com essas questões, notadamente no que se diz respeito à escravidão. Na região de São Gonçalo, em

¹⁷³ Idem, p. 34.

¹⁷⁴ Idem, p. 42.

¹⁷⁵ Idem, p. 43-44.

¹⁷⁶ Idem, p. 44.

meados do século XVII, existiam 341 mães escravas, enquanto na mesma época, forras e livres eram 105 mulheres, o que demonstra a natureza escravista dessa sociedade e sublinha a presença de uma forte hierarquia estamental, apesar de escassamente povoada.¹⁷⁷ As mães com parceiros do mesmo status sobem para 67,2% e as com companheiros livres eram 20,3%. “Talvez a natureza de segunda classe da economia exportadora da região com o seu pequeno atrativo para o tráfico atlântico de africanos explique a presença dos encontros entre mães escravas e pais livres”.¹⁷⁸

Comparando a freguesia de São Gonçalo com a capital, percebe-se uma grande interferência do comércio de africanos, no que se diz respeito à mestiçagem. “Seja qual for a razão, o fato é que na escravidão do Rio de Janeiro da época ocorria a mestiçagem social, entendida como intercurso de pais com diferentes status”.¹⁷⁹ Fragoso também destaca que,

Considerando que a reposição de mão de obra cativa, na passagem do século XVII para o XVIII, se fazia também via crescimento vegetativo e por meio de famílias (veja no tempo a variação do número de pais nomeados com e sem tráfico africano), isso nos fala de jogos e negociações entre cativos e escravos. [...] Da mesma forma, nota-se em um cenário de crescimento do tráfico de africanos, a permanência dos encontros entre livres e mulheres cativas continuava a ser uma realidade.¹⁸⁰

Na referida época, a economia ainda era dominada pela política, ou seja, o Antigo Regime católico luso insistia em interferir na economia, especialmente no destino dado aos seus investimentos. Isso nos possibilita ainda mais intervir nos olhares comparativos.

A história comparada promove também a possibilidade de ultrapassarmos as barreiras da “nação”, buscando assim comparar objetos que estejam em dois ou mais países. Esse é um dos pontos que buscamos nesta dissertação: pensar as relações ultramarinas e, também, como eram estabelecidas no que se diz respeito à organização, relações sociais e outros pontos chaves das questões inerentes ao compadrio local.

Nesse contexto, explorar a questão “transnacional” inerente às pesquisas que se utilizam da comparação histórica se torna uma fértil opção não só de superação das barreiras da “nação”, mas também de consolidação de um campo de pesquisas que investigue dois ou mais espaços ibero-americanos. Essa é uma necessidade urgente, não só dentro do contexto

¹⁷⁷ Idem, p. 55.

¹⁷⁸ Idem, p. 56.

¹⁷⁹ Idem, p. 56.

¹⁸⁰ Idem, p. 57 e 61.

globalizado atual como também acerca das relações ultramarinas da Era Moderna. Como destaca Serge Gruzinski,

Diante de realidades, que convém estudar a partir de múltiplas escalas, o historiador tem de converter-se em uma espécie de electricista encarregado de estabelecer as conexões internacionais e intercontinentais que as historiografias nacionais desligaram ou esconderam, bloqueando as suas respectivas fronteiras. As que dividem Portugal e Espanha são típicas: várias gerações de historiadores escavaram entre os dois países fossos tão profundos, que hoje em dia é preciso muito esforço para entender a história comum a estes dois países e impérios.¹⁸¹

Entre as fontes paroquiais massivas, aquelas que mais possibilitam diferentes formas de identificação e cruzamentos são os batismos. Logo, os batismos escravos nomeiam um maior número de agentes, escravos e senhores, cujas relações resultam na produção social da riqueza na escravidão.¹⁸²

Os batismos fornecem também indícios sobre a distribuição da propriedade escrava entre os senhorios, dentro de um referido sistema agrário. Contudo, as estimativas seguem os mesmos procedimentos usados nos cálculos das populações de uma freguesia católica.¹⁸³ Destaca Fragozo que

O convívio da nobreza da terra e de seu Antigo Regime nos trópicos com os seus filhos mestiços de mães escravas e ainda com amásias escravas estáveis pode ser verificado pelo método aqui proposto. Os livros de batismo podem descobrir tais mestiços e mesmo a estabilidade das relações com amásias, como demonstram os exemplos já apresentados. [...] A partir dessas informações começamos a traçar o perfil do nosso personagem, mas também da hierarquia social por ele vivida. Apesar de sua família estar acostumada ao poder no município, Francisco não tinha terras e nem pertencia à fidalguia de solar e muito menos podia ser classificado como dono de grande escravaria.¹⁸⁴

Os títulos de fidalguia ao serem analisados, possibilitaram o estabelecimento de referências que se ligavam à determinados status sociais, já que eram conferidos pelo rei. Porém, não era exatamente tal título que garantia a ocupação de uma posição cimeira. De acordo com as fontes, a classificação social baseava-se em “bens imateriais, ou melhor, em

¹⁸¹ GRUZINSKI, 2001, p. 176-177.

¹⁸² FRAGOSO, 2004, p. 78.

¹⁸³ Idem, p. 79.

¹⁸⁴ Idem, p. 98-100.

normas costumeiras transmitidas de geração em geração e que realçavam a ideia de nobreza associada à conquista do Rio de Janeiro, assim como relações de clientela e de patronagem”.¹⁸⁵ Assim,

O pertencimento à nobreza principal da terra garantia a seus integrantes os cargos da governança da república e, provavelmente, o acesso à terra – acesso inicialmente derivado dos serviços prestados à monarquia, quando da conquista quinhentista, e traduzido em grandes sesmarias doadas aos capitães dessa conquista. Talvez essa ideia de conquista e de pertencimento à nobreza se traduziu também em um sistema de casamento e de transmissão de patrimônio. [...] Por seu turno, o cruzamento dos batismos com as listas de população permite sugerir hipóteses sobre a proximidade das relações de vizinhança com as de parentesco ritual. Fenômeno comum entre as famílias camponesas, viabiliza especular sobre as suas práticas de sociabilidade: festas, mutirões, etc. Os assentos paroquiais, além de informações sociológicas e etnográficas, nos trazem também histórias dos agentes e das relações por eles vividos. Para tanto, basta perceber um agente num banco onomástico-genealógico. Ou seja, uma das chaves para entrar na história do nosso herói é o nome dos seus pais.¹⁸⁶

Quando identificamos as questões da formação de redes entre os senhores de escravos no referido período, se faz possível visualizar o quanto tal processo se torna imprescindível para o giro comercial do período.¹⁸⁷ Tal definição também se relacionava com as questões familiares e os laços estabelecidos, como destaca Antônio Carlos Jucá de Sampaio:

A preexistência de laços de tipo familiar sem dúvida facilitava o estabelecimento de sociedades, formais ou não, entre negociantes. O conhecimento prévio entre os agentes que compunham uma rede sem dúvida facilitava a criação de laços mais ou menos permanentes entre eles. Tal fato nos lembra que a esfera comercial não pode ser aqui pensada de maneira independente dos demais aspectos da vida social destes indivíduos. As redes sociais em que eles se envolviam estavam longe de serem puramente mercantis. E esses homens estavam longe de serem apenas negociantes.¹⁸⁸

Ter certeza de que, com a gama de fontes que este trabalho se propõe a analisar, será possível esgotar os assuntos acerca do tema dessas elites, é algo que não se faz possível afirmar. Todavia, com o cruzamento dos diferentes documentos aqui aprofundados, tal como

¹⁸⁵ Idem, p. 102.

¹⁸⁶ Idem, p. 102 e 119.

¹⁸⁷ SAMPAIO, 2014, p. 189.

¹⁸⁸ Idem, p. 190.

um intensivo cruzamento das referidas fontes, são pontos favoráveis e que possibilita ir além nesses olhares.¹⁸⁹

Para além das fontes aqui já investigadas, utiliza-se como fontes secundárias os registros de batismo analisados por Antônio Jucá de Sampaio. São 4.065 registros de batismo de pessoas livres da freguesia da Candelária, no período 1718-1841. O apadrinhamento, ao cruzarmos as fontes nesse caso, explicita fatos que vão muito além da própria comunidade mercantil. “Demonstra, de fato, que a elite mercantil se encontrava profundamente inserida na vida da freguesia, e que os habitantes desta viam como vantajoso ter como padrinho de seus filhos um membro dessa mesma elite”.¹⁹⁰

Assim, é evidente perceber que os fatores que levavam homens de negócio a chamarem seus congêneres para apadrinhar seus filhos, era maior que o do resto da população, pois assim eram promovidas diferentes alianças mercantis.¹⁹¹ Sampaio destaca que

Os padrinhos pertenciam geralmente a estratos sociais superiores aos de seus compadres e afilhados. Entre escravos, era frequente que os padrinhos fossem homens livres e as madrinhas, escravas. Segundo Sílvia Brügger, tratava-se de uma dupla estratégia: garantir ganhos com os livres e reforçar laços sociais dentro da própria escravaria.¹⁹²

Nesse sentido, podemos identificar que, em uma sociedade marcada por distintas hierarquias, buscar tais alianças “superiores” era também uma estratégia, no sentido de conseguir progressões ou estabelecer prestígios que se faziam importantes na consolidação de negócios e trâmites políticos.¹⁹³ Assim, “não se pode negar a existência de uma hierarquia interna na elite mercantil, que tornava alguns negociantes especialmente “valiosos” como compadres”.¹⁹⁴

Conhecer as redes de negociações e contatos, é um caminho para a efetivação de olhares mais explícitos acerca dos comerciantes do período. Como destaca Sampaio, esses “só podem ser entendidos em sua atuação quando conhecemos ao menos parcialmente as redes em que eles estavam inseridos”.¹⁹⁵ Essas redes vão muito além do espaço territorial da América colonizada por Portugal, chegando até a espaços da África e da Ásia.¹⁹⁶

¹⁸⁹ idem, p. 191.

¹⁹⁰ idem, p. 199.

¹⁹¹ idem, p. 199.

¹⁹² idem, p. 201.

¹⁹³ idem, p. 201.

¹⁹⁴ idem, p. 201 e 202.

¹⁹⁵ idem, p. 207.

¹⁹⁶ idem. 207.

Essas relações se consolidaram como formas de estabelecimento de diferentes caminhos da atividade mercantil antes estabelecida, solidificando estratégias que faziam com que tais redes fossem vistas como fundamentais para o entendimento dessas negociações mantidas. Com isso, as reconfigurações e caminhos de tal consolidação mercantil também ficam evidentes até seus passos tomados nos séculos XVII e XVIII.¹⁹⁷ Sampaio, então, destaca a importância de se analisar tais fatos, pois

Tem-se, assim, que manter a necessária relação dialética entre as distintas escalas: os homens de negócio eram, em dúvida, homens do império, mas eram também “locais”, ou seja, indivíduos enraizados na cidade, com vínculos construídos na urbe carioca. [...] Suas redes, portanto, seguiam a mesma lógica: eram ao mesmo tempo amplas o suficiente para englobarem as mais diversas regiões, mas possuíam um núcleo formado pelos mais próximos, por aqueles com os quais se compartilhava mais do que negócios. [...] É somente através dessa perspectiva “multistópica” que podemos de fato apreender tanto as ações concretas dos homens de negócio quanto dar inteligibilidade ao funcionamento do império lusitano.¹⁹⁸

Thiago Krause, em sua obra “Compadrio e escravidão na Bahia seiscentista”, também estabeleceu olhares acerca desses pontos que se pode estabelecer olhares sobre os contatos entre comércios, elites, bandos, o mercantilismo e as redes ultramarinas. O autor destaca que a posição de tais grupos de negociantes, também, estabeleceu distintos resultados no tráfico de escravos, inclusive no que se diz respeito a posição das mulheres:

No Reino como nas conquistas, a ilegitimidade entre os livres “sem cor” parece ter sido característica da experiência de mulheres mais pobres, em situação instável e menos inseridas em redes sociais de apoio; na Bahia seiscentista, por exemplo, as mães solteiras raramente aparecem como madrinhas, e quase nunca conseguiam casar e gerar filhos legítimos posteriormente.¹⁹⁹

Essa questão do tráfico é um fator importante para, assim, se compreender o desenvolvimento desse processo. Apenas como exemplificação, Krause destaca, ao analisar a realidade baiana, que “[...] a presença crioula era significativamente maior em Jaguaripe, em razão da progressiva decadência de sua economia açucareira, que certamente impossibilitava

¹⁹⁷ *idem.* 208.

¹⁹⁸ *idem.*, p. 208.

¹⁹⁹ KRAUSE, 2014, p. 283.

a compra de africanos na mesma escala de Santo Amaro”.²⁰⁰ Com isso, relações mais estáveis foram se criando a partir de relacionamentos via sacramento e outros.

O autor ainda destaca que, no decorrer do século XVII, o número de “[...] forros e livres de cor (isto é, pretos, crioulos, mulatos e pardos) [...] é muito menor do que o encontrado ao longo do Setecentos”.²⁰¹ Comparando com o caso fluminense e, mais especificamente, o de São Gonçalo que é aqui investigado, tal dado explicita a importância de análise do século XVII para não só se chegar a conclusões mais efetivas acerca dos bandos estabelecidos, como também no que se diz respeito ao processo de relações entre as elites de diferentes freguesias ou províncias.

Essas lições eram consolidadas e poderiam ser estabelecidas de várias formas. A questão do estigma, por exemplo, é um fator que muito apareceu nas fontes até aqui investigadas. Destaca Krause, que o estigma não se fazia constantemente presente, mas podia surgir em momentos que o indivíduo se desviava da norma. Ao mesmo tempo, estimulava o estabelecimento de laços – ainda que hierárquicos – com o mundo dos cativos.²⁰² Com isso, laços diversos eram consolidados. Inclusive se utilizando de rituais cristão específicos, como o batismo, pois “assim, um dos meios mais importantes através das quais eles exibiam sua identidade cristã era o desejo de que seus filhos fossem batizados. [...] Também usavam a prática de selecionar padrinhos [...] para testemunhar o batismo de seus filhos”²⁰³

Para compreender tais laços de compadrio e negociações, é importante caracterizarmos, também, como estamos aqui pensando conceitualmente esses diferentes grupos e bandos. A categoria de “elite”, por exemplo, é muito importante para pensarmos esse processo, pois caracteriza principalmente os atores que movimentavam parte do tráfico de escravos, do comércio ultramarino e das relações entre as freguesias locais. Esse trabalho dialoga com a proposta conceitual de elite proposta por Thiago Krause, onde o autor infere que, no caso da América portuguesa,

Elite, por outro lado, é um termo de definição bem mais difícil e mais sujeito a questionamentos: utilizo essa classificação aqui para me referir aos membros da açucarocracia (senhores de engenho, lavradores ricos e seus parentes próximos), irmãos de maior condição das Misericórdias, os principais oficiais camarários e os detentores dos mais altos postos na administração periférica, na tropa paga e, principalmente, na ordenança, pois seus oficiais estão entre as figuras mais presentes no cotidiano das freguesias rurais.²⁰⁴

²⁰⁰ Idem, p. 284.

²⁰¹ Idem, p. 287.

²⁰² Idem, p. 290.

²⁰³ Idem, p. 290.

²⁰⁴ Idem, p. 292.

As relações de compadrio, no Brasil e no mundo luso como um todo, devem ser analisadas com muito cuidado, por representarem de forma plena as esferas das negociatas e dos laços políticos e econômicos que eram estabelecidos no contexto em voga. Mesmo se tratando de uma sociedade marcada pelo poder e moral do catolicismo, se faz possível identificar que o compadrio serviu como um primeiro mecanismo que ligou cativos e livres, antes mesmo da difusão de irmandades que se expandiram a partir de fins do século XVII.²⁰⁵ Krause explicita que, talvez,

[...] o que esses dados estejam indicando seja uma lenta, mas contínua, intensificação das relações hierarquizadas entre livres e escravos nesse período de consolidação da escravidão africana. Tal tendência parece ter afetado também a participação da elite baiana no apadrinhamento dos cativos. [...] Tal reforçar laços com alguns setores da senzala, embora seja impossível aquilatar sua importância sem mais fontes; em ao menos alguns casos, deve ter sido uma forma de estender proteção a filhos de parentes ou aliados, já que em 17 dos 20 casos em Paripe os filhos são de pai desconhecido. Cabe notar, porém, que nenhum dos potentados dessas freguesias apadrinhou cativos.

A pesquisa a partir de dados estatísticos demonstra variadas formas de análise do período colonial da América portuguesa. Um exemplo é a distribuição de padrinhos em Santo Amaro, que reforçam padrões já problematizados no campo da História, onde diz ocorrer uma predominância de padrinhos livres e de madrinhas escravas.²⁰⁶

Esse fator também se relaciona diretamente com as relações pessoais dos cativos, pois, ainda com destaque sobre o caso de Santo Amaro analisado por Krause, foram entre esses estabelecidos diferentes laços por parentesco espiritual, principalmente quando havia traços de parentescos entre os senhores.²⁰⁷ Essa questão avançava também para a análise dos casos das madrinhas, já que muitas problematizações se fazem possível ao olharmos para tal objeto. Como infere Krause,

Como todas as madrinhas livres “sem cor” (portanto, supostamente brancas) fazem par com livres também sem cor, o maior número de padrinhos livres em todos os recortes significa que muitos desses padrinhos livres tiveram comadres cativas ou forras, o que pode ter potencializado as possibilidades de ascensão dentro e fora do cativeiro dessas mulheres, ao criar canais de comunicação com o mundo livre. [...] Se ao mesmo tempo isso pode indicar a predominância dos pardos entre os livres de cor, também pode sinalizar seu prestígio no

²⁰⁵ Idem, p. 292.

²⁰⁶ Idem, p. 293.

²⁰⁷ Idem, p. 293.

apadrinhamento dos cativos – o que, por sua vez, nos dá pistas sobre seu papel na hierarquia social costumeira a região. No caso das madrinhas, das 19 com origem identificada, dez são africanas, cinco mulatas e quatro crioulas.²⁰⁸

A conexão desses escravos miscigenados com o mundo livre, é então um fator ainda pouco problematizado e que deve ser melhor investigado, notadamente ao pensarmos os fatos do século XVII, marcado por uma intensificação dessas relações colocadas.

No caso da freguesia de São Gonçalo, por exemplo, tal relação fica ainda mais evidente, sem anular outros olhares colocados desde então. O que se percebe é que a intensidade dessas relações com o mundo livre era maior do que poderia se pensar a priori, o que talvez explique a potencialidade de determinados grupos de cativos que conseguiam a alforria.²⁰⁹

Mesmo assim, não se faz possível identificar uma uniformidade na consolidação de tais relações, tendo diferenças e características singulares em cada espaço estudado. A comparação, no entanto, entendida como aparato necessário para se estabelecer um olhar metodológico apurativo na área de História, nos possibilita relacionar e realizar analogias nesses diferentes espaços que conglomeravam semelhanças, diferenças e conexões com a freguesia de São Gonçalo aqui estudada.

Thiago Krause analisou, por exemplo, que em Paripe os laços horizontais foram se consolidando de maneira distinta ao que então se via em Santo Amaro, por exemplo, sendo essa uma possibilidade comparativa interessante para se pensar tais laços. Destaca o autor que

Ao que parece, em Paripe as hierarquias sociais costumeiras não favoreciam a consolidação dos laços horizontais entre cativos (com exceção do período entre 1697-1700, após a repreensão do visitador), sendo a função principal do compadrio o estabelecimento de relações verticais entre os escravos, padrinhos e senhores – como no caso de Diogo Pereira, que batiza cinco cativos, dentre os quais um do desembargador Cristóvão de Burgos, outros de Clara Pereira, João Borges de Abreu e Duarte Logo da Gama, todos dentre os principais proprietários da freguesia. [...] Talvez essas relações de compadrio acontecessem primeiramente em razão da proximidade entre cativos e livres pobres, aproximados pelo cotidiano da labuta e pobreza rural.²¹⁰

As relações de apadrinhamento nesse cenário representavam, dentre outras questões, o fortalecimento de uma relação entre as partes então colocadas, gerando uma assimetria

²⁰⁸ Idem, p. 294.

²⁰⁹ Idem, p. 295.

²¹⁰ Idem, p. 295 e 297.

específica e importante para se compreender o contexto colonial da América portuguesa. Ser ou não padrinho ou estabelecedor de laços como esses, explicitava um caminho que nos possibilita melhor compreender muitos dos contatos consolidados entre os bandos que formavam essa elite que, aqui, chamamos de nobreza da terra. Apenas como exemplificação, e se fazendo mais uma vez uso da comparação realizada a partir dos trabalhos de Krause, o autor destaca como alguns personagens se incluíram em determinados espaços exatamente por serem ou não padrinhos de escravos e/ou livres. Vejamos o caso de João Gomes da Silva:

[...] em 1689 João Gomes da Silva praticamente deixa de apadrinhar escravos e livres sem classificação para se imiscuir no mundo da nobreza baiana, estabelecendo uma ampla rede de relações. Pela cronologia, parece-me muito provável que essa virada esteja intimamente relacionada à sua inserção subalterna na rede de Burgos: se era impossível tornar-se compadre dele diretamente, fez-se o melhor possível, apadrinhando seus cativos, o que serviu como um ponto de partida para aí sim tornar-se compadre da esposa do potentado e de seu sobrinho. [...] Evidencia-se, portanto, o caráter múltiplo do compadrio entre livres e escravos: esse tanto podia ser utilizado para reforçar laços entre livres pobres e cativos, marcados mais pela proximidade que pela hierarquia, quanto como um mecanismo para que membros da elite (e aspirantes a ela) estabelecessem relações indiretas. [...] Esses potentados conseguiam, assim, se relacionar com os variados segmentos livres da sociedade – porque, ao que parece, não consideravam outros escravos dignos de apadrinhar ou serem apadrinhados por seus cativos.²¹¹

As fontes principais para se alcançar tais olhares, no que se diz respeito ao século XVII, continuam sendo os registros paroquiais. São, sem dúvidas, a tipologia de fonte mais importante para o estudo da sociedade agrária e escravista que se consolidou no contexto em questão. “Deste modo, precisavam ser exploradas intensamente para que delas possamos extrair o máximo, na tentativa de ampliar nosso entendimento sobre a sociedade lusoamericana seiscentista”.²¹²

Esse fator só reforça a importância de serem realizados estudos de caso que nos possibilite, a partir da metodologia comparativa como explícito anteriormente, realizar análises mais diretas acerca dos fatos colocados sobre as elites e bandos que se mantiveram como parte da nobreza da terra no decorrer do século XVII. Esses estudos comparativos possibilitam ir além dos gráficos e dados frios, estabelecendo olhares para as relações e os

²¹¹ Idem, p. 298 e 299.

²¹² Idem p. 299.

mantimentos de laços culturais que moldaram a sociedade escravista e colonial do referido período histórico aqui problematizado.

Enquanto forma de análise, o ponto do batismo é algo central no desenvolvimento das análises, como destaca Silvia Maria Jardim Brügger. Explicita a autora, que o ato do batismo “constituiu-se no principal sacramento da religião católica, na medida em que marca o ingresso do indivíduo na comunidade cristão e a remissão do pecado original”. Assim, entender as relações construídas a partir desse ponto, é algo importante para a maior compreensão de pontos destacados neste trabalho.²¹³

A autora ainda enfatiza que o parentesco contraído no ato do batismo poderia envolver os padrinhos, o batizado e seus pais, demonstrando o quanto passava a existir entre esses um impedimento canônico ao matrimônio.²¹⁴ E comparar tais laços, volta a ser algo aqui destacado como importante nessa análise.

Como afirma Marc Bloch, “a história comparada é capaz de nos revelar interações anteriormente desconhecidas entre as sociedades humanas”.²¹⁵ Estudar as relações entre as famílias pertencentes a esses bandos nos possibilita não só melhor compreender os casos específicos da história local de São Gonçalo, como também suas relações com Portugal. Vejamos o caso da questão do batismo.

Silvia Maria Jardim Brügger entende que o batismo é considerado como o primeiro sacramento da religião católica, tendo assim importância singular na consolidação de relações sociais plurais. A importância do batismo, destaca a autora, fica explícita quando vemos a questão da remissão do pecado original. Diz a autora que,

Foi a partir do século IX que o sacramento – instituído, segundo a narrativa bíblica, por João Batista, no Rio Jordão – passou a contar com a presença necessária de padrinhos, considerados “pais espirituais” dos batizados.²¹⁶

Como comparação, é importante ser também analisada a questão do parentesco. Aqueles alcançados por questões de batismo envolviam padrinhos, batizando e pais, passando a existir entre esses uma relação canônica ligada ao matrimônio.²¹⁷ Porém, quando

²¹³ BRÜGGER, p. 283.

²¹⁴ BRÜGGER, p. 284.

²¹⁵ BLOCH, 1998, p. 140.

²¹⁶ BRÜGGER, p. 283.

²¹⁷ Idem, p. 284.

comparamos com o compadrio, se visualiza análises distintas. Além de estabelecer vínculos espirituais entre os envolvidos, o ato do apadrinhamento criava ou reforçava relações sociais, que se constituíam em importantes alianças, ampliando os laços familiares para além da consanguinidade.²¹⁸

Assim, além do batismo surge outro ponto importante a ser debatido: o compadrio. O ato de apadrinhar se faz fundamental pois, em linhas gerais, estabelece relações sociais mais fortes e que constituem alianças para além do parentesco sanguíneo. Destaca Brügger que

Deve-se considerar a própria compreensão do compadrio como uma aliança “para cima”, ou seja, com segmentos sociais, de algum modo, situados, na hierarquia social, em patamares mais elevados que o da mãe da criança [...] Afinal, o padrinho, segundo a própria doutrina católica, constituía-se em um segundo pai, em um com-padre: ou seja, alguém com quem, de algum modo, se dividia a paternidade. Nada mais “normal” do que a pretensão de que esta divisão pudesse ser feita com homens situados socialmente num patamar superior e que pudessem dispor de mais recursos – não só financeiros, mas também políticos e de prestígio – para o “cuidado” dos afilhados.²¹⁹

Pensando a aliança do compadrio como uma “aliança para cima”, se faz necessário pensar os aspectos que vão além da questão jurídica que envolve o ato. Assim, refletir alguns pontos sobre, por exemplo, quem eram tais homens e quais suas relações econômicas, políticas e sociais, se faz importante:

Para isto, um dado que pode ser analisado é a presença ou não de termos/expressões indicativos de algum prestígio social junto a seus nomes, tais como patentes militares, cargos políticos, sacerdócio, etc. [...] Outra variável que pode interferir na escolha dos padrinhos é a condição de legitimidade do batizando. Até que ponto mães e pais solteiros apresentavam critérios de escolha de padrinhos para seus filhos diferentes dos adotados pelos casais legitimamente

²¹⁸ Idem, p. 284.

²¹⁹ Idem, p. 286.

constituídos? Tentarei analisar a questão de acordo com a condição jurídica das mães, separadamente.²²⁰

Um outro ponto relevante é a questão das relações de apadrinhamento, onde destaca Brügger que essas iam muito além do que apenas uma relação protocolar. Até por isso, o número de “padrinhos cativos” foi bem menor que o de “padrinhos de livres”, já que a construção de relações de compadrio pelos escravos, que acabavam por ultrapassar os limites do cativo, demonstra a necessidade num mundo hostil, de se criar laços morais com pessoas de recursos, para proteger-se a si mesmo e aos seus filhos.²²¹ Destaca Brügger que

A escolha de padrinhos pelos cativos aparecia, assim, como fundamental a suas pretensões de alianças sociais no cativo. De qualquer forma, é inegável o amplo predomínio dos padrinhos livres para a prole de mulheres forras, o que revela o espectro de suas relações com os homens desta condição, boa parte deles portadores de prestígio social.²²²

Portanto, é possível inferir que a relação de apadrinhamento levava o indivíduo a se relacionar com pessoas que estivessem em um mesmo patamar econômico e social. E ainda é de se destacar, também, o recorte de gênero já existente nesse contexto, com muito mais importância dada aos padrinhos que às madrinhas. Brügger explicita que “a escolha dos padrinhos prender-se mais a motivos de ordem pragmática, tais como interferência em possíveis contendas ou facilitação de alforria, [...] enquanto a das madrinhas se vincularia mais ao auxílio no cotidiano de criação dos filhos”²²³

Quando se fala da questão da devoção, tal temática aparecia sempre relacionada à figura da madrinha e nunca do padrinho. A figura masculina, entretanto, era direcionada a ser a principal na teia social do compadrio. Explicita Brügger que

Este dado é bastante significativo, no sentido de indicar a existência de um grupo de homens que sistematicamente era solicitado a apadrinhar e, assim, pôde construir ou integrar uma ampla rede de parentesco ritual. [...] Por outro lado, os padres eram homens solteiros

²²⁰ idem, p. 287 e 288.

²²¹ idem, p. 291.

²²² idem, p. 292.

²²³ BRÜGGER, p. 294.

e, via de regra, não possuíam descendentes como herdeiros forçados. A sua escolha como padrinhos, portanto, poderia visar auxílios materiais aos afilhados, tanto durante a vida, quanto sob a forma de legados testamentários. Aliás, além dos padres, outros homens livres, solteiros e portadores de patentes militares aparecem com destaque entre os padrinhos; o que tende a reforçar a argumentação. [...] Neste sentido, é interessante destacar que o compadrio parecia vincular não apenas indivíduos, mas famílias. E isto era válido para os dois polos da relação: tanto o padrinho passava a se relacionar com os parentes dos afilhados, como estes se inseriam na parentela daquele.²²⁴

O mais importante nessas análises é o entendimento de quais benefícios poderiam ser gerados para determinados apadrinhados, quando esses escolhiam seus padrinhos. “Talvez seja mais um indício de que, principalmente para os setores mais privilegiados da sociedade, a figura masculina, mais do que a feminina, é que era privilegiada no estabelecimento de alianças “para cima”.²²⁵ Nesse ponto, analisar a questão do parentesco consanguíneo também se faz importante, pois explicita algumas das caracterizações aqui referendadas. Brügger afirma que

Em uma sociedade em que o crédito tinha papel de destaque, os lados de parentesco consanguíneo ou ritual eram importantes veículos para acessá-lo de modo favorável, podendo, em alguns casos, como o de Francisco Ávila Fagundes, levar até mesmo ao perdão da dívida. [...] No entanto, considero importante frisar mais uma vez que as relações de compadrio não eram homogêneas. As condições sociais das famílias interferiam nas implicações que o vínculo assumiria. Assim, um mesmo homem de boa posição social poderia apadrinhar um filho de uma escrava e outro de uma família de prestígio. As relações que se estabeleceriam entre o padrinho e seus dois afilhados seriam, com certeza, de natureza distinta.²²⁶

²²⁴ BRÜGGER, p. 303-306.

²²⁵ Idem, p. 315.

²²⁶ Idem, 323 e 325.

Gudeman e Schwartz,²²⁷ afirmam que o compadrio é uma construção, um sistema de signos. A tarefa, de acordo com esta visão, é elucidar o significado do compadrio em relação a seu uso. O compadrio é um idioma através do qual as pessoas expressam a si próprias e de acordo com o qual elas vivem”.²²⁸

Nesse ponto, destaca-se nesta dissertação, mais uma vez, o quanto a comparação se consolida como uma fértil estrutura metodológica para a efetivação de uma análise dos significados religiosos do período, como esses construíam laços e, também, como a formulação de um caminho da igreja integrava todo o reino português.²²⁹

Assim, entende-se, por exemplo, que a questão do compadrio era vista como um fenômeno social, mas também religioso, já que estabelecia significados diversos entre os grupos que se consolidavam. Tais laços religiosos estabeleciam, dentre outras coisas, vínculos sociais. No caso da relação entre senhores e escravos, ainda consolidava ou reforçava um determinado vínculo. Destacam Gudeman e Schwartz que

O batismo cria, acima de tudo, uma relação espiritual; esta é o vínculo “pensado” que une batizando e padrinhos. O laço expresso significa ou indica esta dimensão invisível. O compadrio é um vínculo não do corpo, ou da carne, ou da vontade humana enquanto expressa na lei civil; ele representa, ao contrário, associação ou solidariedade, através da comunhão de “substância espiritual. [...] Podemos falar desta questão diferentemente: os padrinhos incorporavam ou significavam um complexo de elementos em relação a seus afilhados. A tarefa é separar as características que os padrinhos representavam. Para fazer isso, diferenciados entre o batismo normal dos recém-nascidos e os batismos de escravos africanos adultos, expostos, crianças batizadas à sombra da morte e crianças nascidas de mães escravos, mas alforriadas ao nascer.”²³⁰

Tendo em vista esse ponto, ressalta-se, portanto, a importância da comparação, pois nos permite cruzar tais relações estabelecidas a partir do compadrio. A comparação histórica se torna, assim, uma das principais características da metodologia da História Comparada, já

²²⁷ GUDEMAN; SCHWARTZ, 1988.

²²⁸ GUDEMAN; SCHWARTZ, 1988, p. 35-36.

²²⁹ GUDEMAN; SCHWARTZ, 1988, p. 37.

²³⁰ idem, 1988, p. 41 e 45.

que nos permite, dentro das Ciências Humanas e Sociais, buscar uma alternativa para a impossibilidade de aplicação do método experimental existente em outras áreas do conhecimento científico.²³¹

Esse ponto da comparação nos possibilita pensar, por exemplo, as distintas situações em que os laços coloniais eram materializados. Denise Demétrio destaca, por exemplo, que havia três situações distintas nas uniões que envolviam escravos (africanos, índios, pardos ou crioulos), livres e forros:

A opção do matrimônio é maior para os negros da Guiné, que como vimos, casam-se dentro do grupo de procedência; depois para os crioulos que representam uma categoria próxima ao universo africano, uma vez que são brasileiros, mas descendem diretamente de uma mãe africana; isso sem dúvida favoreceu as uniões de africanos (as) e crioulos (as). [...] Por fim temos os outros grupos, minoritários, situados fora desses circuitos, aos quais restavam poucas opções, mas que compõem um quadro qualitativo importante: pardos, forros e índios situam-se juridicamente numa órbita um pouquinho mais distante da escravidão africana, mostrando que o casamento era um privilégio para poucos; para os africanos, o casamento era uma forma de deixar de ser estrangeiro.²³²

Os registros paroquiais mostram que, além de sistemas de classificação dos escravos nascidos ou não no âmbito da sociedade colonial, o importante era saber como esses se apropriaram de tal sistema. A questão do comércio de escravos, por exemplo, é um ponto que nos permite refletir sobre a sociedade colonial e os possíveis futuros laços que eram consolidados. Como destaca Demétrio

O que chama a atenção ainda nesses padrinhos/madrinhas africanos é que apenas quatro padrinhos pertenciam ao mesmo senhor que o afilhado e entre as madrinhas africanas, também apenas quatro eram do mesmo proprietário que o batizando. Ou seja, há aí mais um indicativo da dinâmica dos escravos na região, dos contatos com outras escravarias, facilitados, provavelmente pelas relações de

²³¹ CARDOSO; BRIGNOLI, 1983, p. 411.

²³² DEMÉTRIO, 2008, p. 36.

parentesco entre os proprietários. Aliás, ao considerar os proprietários dos padrinhos, podemos matizar ainda mais as relações entre os escravos e seus donos. [...] esse interesse aplica-se tanto às famílias livres quanto às escravas; e mais: o interesse nessas conexões não é apenas dos padrinhos/madrinhas, mas também de seus proprietários, também eles beneficiários de uma extensa rede clientelar.²³³

Assim, é possível demonstrar como o compadrio de escravos era um importante componente na construção das alianças no interior da elite local, cujas redes de clientes ultrapassavam suas propriedades e se ampliavam em uma malha que em muito contribuía para a construção da legitimidade social do grupo.²³⁴

Luís Augusto Farinatti estabeleceu, com seus estudos sobre a hierarquia social na fronteira sul do Brasil, o quanto a questão social referente à estrutura colonial se referendou até os períodos pré-industriais do século XIX.²³⁵

Ou seja, as relações sociais baseadas na reciprocidade formavam caminhos por onde circulavam recursos. Elas ajudavam a construir a economia, a política e a guerra naquela região, como em várias outras das Américas, na primeira metade do século XIX. Assim sendo, qualquer estudo sobre esses fatores, bem como sobre a topografia daquele espaço social, precisa tomar em conta esses aspectos.²³⁶

Farinatti tende a destacar, também, que no século XVII o direito de conquista e o exercício do mando no Rio de Janeiro, se reiteraram nos costumes das elites luso-brasileiras que atuavam na expansão de áreas de fronteira.²³⁷

Podemos dizer que o estabelecimento desse conjunto de vínculos, bem como de grupos de relações hierarquizadas, foram traços reiterados da expansão luso-colonial do Sul da América. Elas replicavam, em certa medida, padrões existentes em outras épocas e lugares, como o Rio de Janeiro do século XVII. Como já foi dito, essas regiões tinham, em

²³³ Idem, p. 42-43.

²³⁴ Idem, p. 44.

²³⁵ FARINATTI, 2016, p. 123.

²³⁶ idem, p. 123.

²³⁷ idem, p. 128.

comum, a situação de fronteira colonial em expansão ou de territórios de conquista recente.²³⁸

Já Roberto Guedes destaca como os registros paroquiais de batismo indicam as diferentes dinâmicas da escravidão, de sua formação e suas mudanças.²³⁹ O pesquisador retrata que as relações pessoalizadas de dominação, noções de casa e de família patriarcal, bandos políticos, parentelas, aspectos religiosos, redes sociais, mestiçagens, entre outros pontos, se adicionaram aos parâmetros de hierarquia social na América portuguesa para além de segmentações jurídicas escravistas manifestas na qualidade de cor.²⁴⁰

Destaca ainda como os padres tinham importante função nesse processo. Porta-vozes das hierarquias sociais da escravidão do Antigo Regime, “alguns padres cumpriam o que se previu nas Constituições primeiras, que também orientava a encadernar, numerar e fechar livros”.²⁴¹ Guedes destaca ainda que existiam os brancos de comunhão e os escravos.

Negros comungavam, com efeito, mas não se esqueça que a escravidão e os negros sinonímicos de escravos eram assim justificados pela religião. Como os assentos de batismo, a Visita pastoral é um documento religioso e, por isso, associava qualidade de cor à religião e/ou a devoções, tal como outras fontes da época. [...] Não sabemos se nos livros de livres e/ou de brancos e forros estão incluídos os indígenas (livres da escravidão no discurso religioso), mas a escravidão era associada ao pecado, ao ser preto ou negro, à desonra moral e religiosa, ao passo que a liberdade era branca no enunciado e predominantemente sem cor nos assentos de batismo; e a alforria redimia o cativo.²⁴²

Cacilda Machado explicita que os senhores escolhiam escravos para apadrinhar, e que na maioria dos casos não eram escravos do mesmo proprietário do batizado, talvez porque em

²³⁸ *idem*, p. 135.

²³⁹ GUEDES, 2014, p. 129-130.

²⁴⁰ *Idem*, p. 142.

²⁴¹ *Idem*, p. 145.

²⁴² *Idem*, p. 152 e 153.

geral as escravarias fossem pequenas em Curitiba, mas também sugerindo a capacidade de formar laços além dos limites de propriedade”.²⁴³

Além disso, por vezes esses escravos tornaram-se compadres de pessoas com parentesco bastante indireto com o proprietário dos pais da criança batizada. Foi o caso de Liberata, cujo primeiro filho teve como madrinha uma sobrinha-neta de sua senhora naquele momento. Quando já era propriedade de Gertrudes Maria da Luz, Liberata chamou, para apadrinhar um seu outro filho, a enteada daquela madrinha. [...] A observação das idades dos padrinhos é outro indício a sugerir que os cativos participavam na escolha das pessoas com quem estabeleceriam laços de compadrio.²⁴⁴

Machado destaca ainda que, a despeito da importância estratégica do compadrio com membros da parentela senhorial e da elite branca, esses escravos nunca deixaram de se relacionar com outros cativos, com forros, com livres de cor, e mesmo com brancos pobres.²⁴⁵

“Por esta razão, tudo indica que, no Brasil escravista, o parentesco ritual foi decisivo no processo de produção e reprodução de uma hierarquia caracterizada pela ambiguidade, pois permitia a vigência da familiaridade sem deixar de marcar a distância social” p. 199

Portanto, esses são alguns dos pontos que nos permite debater, pensar e problematizar a questão dos apadrinhamentos, batismo e relações sociais, familiares e econômicas construídas no Antigo Regime da América portuguesa, a partir de tais questões.

Fazendo uma análise a partir das referências bibliográficas problematizadas, nos permite pensar, também, o caso de São Gonçalo de forma mais específica, caminho esse que tem sido realizado até aqui nesta dissertação e que continuará sendo aprofundado na parte seguinte deste capítulo.

²⁴³ MACHADO, 2008, p. 177.

²⁴⁴ MACHADO, 2008, p. 196.

²⁴⁵ Idem, p. 196.

3.2) Cotidiano, convivência e rotina na Freguesia de São Gonçalo de Amarante:

Dentre os objetivos mais importantes deste estudo, o intuito de compreender a dinâmica social, a rotina e convivência dos indivíduos da elite que habitavam essa região é um dos principais motivadores da pesquisa. Para tal, utilizaremos fontes cartoriais, os registros de compra e venda, que informam vários detalhes importantes, como os nomes das pessoas que adquirem terras e imóveis, os que são fiadores nas compras e quem vende as terras.

Porém, algo interessante que chama muita atenção é o fato das fontes informar o nome dos proprietários que fazem fronteira e, portanto, são vizinhos uns dos outros. A partir disso, essa pesquisa busca reconstruir as convivências tanto da elite, assim como seus cativos, visto que o cruzamento das fontes cartoriais com os batismos possibilita em alguns casos a confirmação empírica desse cotidiano.

Uma das formas que é possível identificar os limites geográficos das propriedades é a existência de partidos de terra e canas no interior das fazendas. No caso de Álvaro de Matos, há uma fonte de abril de 1650, que cita um partido de terra do casal Teotônio da Silva e Ana de Azevedo no engenho Nossa Senhora do Rosário de propriedade de Domingos Pedroso²⁴⁶. Este mesmo documento sinaliza que o partido de terra do casal, faz fronteira com terras de Álvaro de Matos.

O próprio Teotônio da Silva citado acima, mesmo que não seja um dos personagens protagonistas no processo da fundação da freguesia, aparece em vários outros relatos tendo relações com seu sogro Cristóvão Vaz²⁴⁷, na formação de um partido de cana também em abril de 1650, no engenho de Invocação São João na banda d'além²⁴⁸.

Ou seja, ao longo do tempo os personagens que lideraram a formação da freguesia vão ampliar seus domínios político e social na região graças ao fato de ocuparem território e explorarem economicamente as riquezas locais. Através dos contatos desses indivíduos, seus laços foram construídos desde o início da ocupação do local.

Em 1660, encontramos o registro de batismo do que parece ser a única filha do casal Teotônio da Silva e Ana de Azevedo, Bárbara que foi apadrinhada por Antônio Cardoso de

²⁴⁶ AN, 1ON, 37, p. 57v; AGCRJ, Códice 42-3-55 apud BDEFGRG <http://mauricioabreu.com.br/escrituras>

²⁴⁷ Agradeço ao professor João Fragoso por enviar seu bando de dados sobre essas elites da capitania do Rio de Janeiro, pois esta informação só foi possível graças ao contato que tive com as fontes e informações coletadas por ele.

²⁴⁸ AN, 1ON, 37, p. 59v; AGCRJ, Códice 42-3-55, p. 59v apud BDEFGRG <http://mauricioabreu.com.br/escrituras>

Azevedo e Paula Rangel²⁴⁹. Nos batismos de livres Teotônio da Silva também aparece como padrinho de Manoel e Maria, filhos de Tomé Dias e Sipriana de Oliveira e Pero Soares e Marta de Oliveira, respectivamente²⁵⁰.

A rede de convivência de Teotônio da Silva era bem extensa, seus cativos tiveram contatos com escravos que vieram a ser padrinhos e madrinhas de seus filhos, mas que era de propriedades de outros senhores da região, como por exemplo, Ursula de Gouveia, Jerônimo Barbalho, Sebastião Pinto, Manoel Álvares, Gregório de Veras e Domingos de Freitas²⁵¹.

Isso indica que mesmo que não tenha sido um personagem fundamental na formação da freguesia na década de 1640, Teotônio da Silva a partir do seu casamento com Ana de Azevedo, tendo como sogros Cristóvão Vaz e Sebastiana Antunes de Abreu, buscou ampliar e fortalecer os contatos de sua família com outros nomes importantes da freguesia, como Sebastião Pinto, Álvaro de Matos, além do próprio Jerônimo Barbalho.

Chegamos ao nome de Teotônio da Silva a partir do momento que tivemos contato do único registro cartorial que envolvia Álvaro de Matos e apresentava a informação de uma fazenda vizinha a sua. Porém, existem outras fontes que sinalizam como no interior de suas terras também haviam compartilhamento de partidos de cana, por exemplo.

Já na década de 1630, já existe notícia de uma propriedade de Álvaro de Matos com partido de cana envolvendo Luiz Peres e seu sogro Manoel Delgado, com a existência de quatro escravos²⁵². Não é possível identificar pela fonte se esta propriedade é na banda d'além onde futuramente será fundada a freguesia de São Gonçalo, porém já indica que Álvaro de Matos já era proprietário de terras pelo menos desde a década de 1630.

Em uma outra fonte da década de 1630, os sogros de Álvaro de Matos, Antônio Martins da Palma e Leonor Gonçalves doaram terras à Santa Casa de Misericórdia, onde tinham uma igreja chamada Nossa Senhora da Candelária, que na qual tinham feito a própria custa e fizeram doações da fábrica, igreja, chão e renunciavam a todo poder sobre a igreja, com a condição de que o enterro deles e seus descendentes fossem feitos na capela-mor.²⁵³

Em relação a atuação social de Álvaro de Matos, é muito provável que ele possuía uma grande circulação dentro da capitania do Rio de Janeiro, pois não foi possível encontrar em nenhum registro de batismo de livres seu nome envolvido, nem como pai e nem como padrinho.

²⁴⁹ ACMN, livros de batismos de livres da freguesia de São Gonçalo do Amarante, RJ.

²⁵⁰ ACMN, livros de batismos de livres da freguesia de São Gonçalo do Amarante, RJ.

²⁵¹ ACMN, livros de batismos de livres da freguesia de São Gonçalo do Amarante, RJ.

²⁵² AN, 1ON, 32, p. 142v; AGCRJ, Códice 42-3-55, p 109 apud BDEFRG <http://mauricioabreu.com.br/escrituras>

²⁵³ Marques Pinheiro, A irmandade do Santíssimo Sacramento de N. S. da Candelária, pp. 215-217; IHGB, Lata 57, Pasta 3; SCMRJ, Tombo Geral, 1788, p. 107 apud BDEFRG <http://mauricioabreu.com.br/escrituras>

Já nos batismos de cativos, a rede construída pelo apadrinhamento, encontramos nomes de membros da elite onde seus escravos possuíam relações com os de Álvaro de Matos, são eles; Diogo Álvares, Jorge Ferreira, Jerônimo Frz, Maria Gonçalves, Jacinto de Souza, Manoel Pimenta, Jerônimo Barbalho, Francisco Cabral, Antônia Roiz, Belchior da Rosa, Gregório Pinheiro, Maria Ribeiro, Inocêncio Correa, Francisco Dias de Lux e Manoel da Costa. Sendo que este último senhor tem um caso que é muito notório, pois Manoel da Costa também é diretamente padrinho de um escravo, o menino Lázaro, filho dos cativos Joseph e Maria de Álvaro de Matos²⁵⁴.

Francisco Barreto de Faria também possui muitos relatos nos registros de compra e venda que indicam as propriedades próximas às suas e os nomes de quem eram seus vizinhos, assim como a existência de divisões de terras dentro de suas posses. O primeiro relato disponível é de 1654, onde Barbara Barreto declarou que tinha um partido de canas no engenho de terras de seu sobrinho Francisco Barreto de Faria²⁵⁵. Em dois batismos de escravos, ambos de 1647, Barbara Barreto aparece como proprietária de cativos que se relacionavam com a escravaria de Francisco Barreto de Faria, Bartolomeu padrinho de Ignez e Justa madrinha de Manoel²⁵⁶.

Em uma escritura de 1662, foi possível encontrar a relação de dois dos principais protagonistas dessa região. Tanto Francisco Barreto de Faria como Jerônimo Barbalho Bezerra aparecem juntamente com o capitão Francisco Martins Soares que na época era administrador da Companhia Geral do Comércio. Neste relato Soares quita com Francisco Barreto Faria a quantia de 850\$000 que lhe era devedor o Capitão Jerônimo Barbalho Bezerra, já no momento falecido. Dívida essa que foi precedida por 18 peças de escravos de guiné que Jerônimo havia comprado dele²⁵⁷.

Em outra escritura de 1673, o nome de Francisco Barreto de Faria aparece novamente através da venda de casas por Antônio de Sampaio de Almeida e sua esposa para João Soares Pereira. Essas casas faziam fronteira com casas do Capitão Francisco Barreto de Faria, assim como também tinham como vizinhos os herdeiros do Capitão-mor Gaspar Carrilho que na qual havia comprado essas terras do Padre Paulo da Costa que fora procurador de Isabel de Mariz²⁵⁸.

²⁵⁴ ACMN, livros de batismos de livres da freguesia de São Gonçalo do Amarante, RJ.

²⁵⁵ ACMRJ, Freguesia da Sé, 4LO apud BDEFRG <http://mauricioabreu.com.br/escrituras>

²⁵⁶ ACMN, livros de batismos de escravos da freguesia de São Gonçalo do Amarante, RJ.

²⁵⁷ AN, 1ON, 44, p. 116 apud BDEFRG <http://mauricioabreu.com.br/escrituras>

²⁵⁸ AN, 1ON, 52, p. ?; AGCRJ, Códice 42-3-57, p. 261; FF, HCRJ, I, 322, nota 3 apud BDEFRG <http://mauricioabreu.com.br/escrituras>

Infelizmente não conseguimos realizar o cruzamento de outras fontes para entender as relações mais amplas entre os indivíduos citados anteriormente. Embora o Capitão-mor Gaspar Carrilho tenha sido uma figura importante, casado com Maria Machado de Azedias e genro de Jordão Machado e Leonor Varela²⁵⁹.

Em duas escrituras de chão e terra, ambas datadas de 5 de setembro de 1679, o Capitão Francisco Barreto de Faria, aparece como vizinho de propriedade de Manoel Gomes Bravo, João Velho, Domingos Dias e Luiz Ferreira²⁶⁰. Na outra fonte, os mesmos indivíduos citados anteriormente também aparecem, mas o ferreiro João Álvares e João Pinheiro de Freitas são relacionados como donos de propriedades ao redor das terras de Francisco Barreto de Faria.

A última escritura importante relacionada ao Capitão Francisco Barreto de Faria é a que retrata a venda de terras e escravos por Sebastião da Silveira e sua esposa Ana Pinta a Gonçalo Gomes Rangel, sitas na banda d'além, onde chamam a ponta do Barbalho²⁶¹. Essa região é onde tradicionalmente se indica que os líderes da Revolta da Cachaça partiram em direção ao Rio de Janeiro para romper com o bando liderado por Salvador Correia de Sá e Benevides.

Esta mesma fonte citada anteriormente ainda cita que essas mesmas terras têm divisas com as de Gaspar Pereira de Oliveira e Antônio da Fonseca Silva. Além disso, lá possuía 23 escravos de guiné e cada cativo custava 50\$000²⁶². Esta é a única fonte de todas pesquisada neste estudo que indica o preço de um escravo para este contexto histórico.

Em diversos momentos, a pesquisa empírica demonstra algo bem diferente do que se imaginava no início do trabalho. A escassez de fontes seriadas, organizadas em arquivos de maneira detalhada impede que muitos historiadores se debruçam sobre realidades como a da freguesia de São Gonçalo de Amarante do XVII. Porém, por outro lado, o acesso aos batismos de escravos, batismos de livres e os registros de compra e venda, indicam que haviam indivíduos nesta região que conviviam e frequentavam diversos locais dentro da própria freguesia.

Em vários momentos, este trabalho se concentra nos 17 indivíduos que assinaram o documento para a criação da freguesia, conforme retratado no primeiro capítulo. Além disso, no segundo capítulo aborda-se como eram as relações entre esses personagens a partir dos batismos de escravos. Entretanto, a pesquisa, indica que haviam várias outras pessoas que

²⁵⁹ Agradeço ao professor João Fragoso por enviar seu bando de dados sobre essas elites da capitania do Rio de Janeiro, pois esta informação só foi possível graças ao contato que tive com as fontes e informações coletadas por ele.

²⁶⁰ AN, 1ON, 54, p. 152 apud BDEFRG <http://mauricioabreu.com.br/escrituras>

²⁶¹ AN, 1ON, 56, p. 55 apud BDEFRG <http://mauricioabreu.com.br/escrituras>

²⁶² AN, 1ON, 56, p. 55 apud BDEFRG <http://mauricioabreu.com.br/escrituras>

protagonizavam relações e convívios com vários desses 17 indivíduos que lideraram a criação da freguesia.

Dentre esses, destaca-se Doroteia de Alvarenga²⁶³. Esta mulher, aparece em três fontes diferentes se relacionando com Francisco Barreto de Faria, Jerônimo Barbalho Bezerra e Matias de Mendonça. Em 1653, ela é dona de Domingos e Pelonia, que foram padrinhos de Cordola, filha de Francisco e Andreza, ambos cativos de Francisco Barreto²⁶⁴.

Em outro momento, nos batismos de livres, Doroteia de Alvarenga aparece como madrinha de Marcelo em 1653. Os pais de Marcelo eram João Pereira e Maria de Alvarenga. Como compadre do casal dividindo o sacramento cristão com Doroteia está nada mais nada menos do que o principal personagem deste estudo, Jerônimo Barbalho Bezerra²⁶⁵.

Em 1646, um ano antes da fundação da freguesia de São Gonçalo do Amarante, Doroteia de Alvarenga, destaca-se como dona de João, proprietária do cativo Florentino que tinha como madrinha Luiza, que era propriedade de Matias de Mendonça²⁶⁶. Ou seja, a existência de indivíduos como Doroteia de Alvarenga, indica que havia uma grande e ampla rede de contatos e convivência entre esses personagens, pois embora no caso de Doroteia, nosso estudo não tenha conseguido êxito em encontrar fontes que indique uma propriedade que ela morava, de quem estava próxima, pode-se sugerir que ela tinha diálogos com várias pessoas da região.

Miguel Árias Maldonado, é outro personagem que encontramos diversas conexões com indivíduos também relevantes da região através dos pelos registros cartoriais e nos batismos. Dentre os 17 que lideraram o processo da criação da freguesia em 1647, ele é o que temos o registro cartorial mais antigo, datado de 23 de dezembro de 1605.

A carta de sesmaria indica a concessão de terras a ele, onde o chão partia com terras dos padres reverendos de São Bento assim como, terras de Salvador de Paiva e Manoel dos Rios²⁶⁷. Numa outra escritura do início da década de 1610, Miguel Árias Maldonado aparece recebendo terras do então governador Martim de Sá, além de ser relatado algumas casas que possuía na rua da Sé, assim como propriedades nas regiões da Tijuca, Guaxindiba e Angra dos Reis²⁶⁸.

²⁶³ Mesmo com vários registros de compra e venda, e os batismos de livres e escravos, não conseguimos coletar informações para identificar se Doroteia era casada, de quem era filha e etc.

²⁶⁴ ACMN, livros de batismos de livres da freguesia de São Gonçalo do Amarante, RJ.

²⁶⁵ ACMN, livros de batismos de livres da freguesia de São Gonçalo do Amarante, RJ.

²⁶⁶ ACMN, livros de batismos de livres da freguesia de São Gonçalo do Amarante, RJ.

²⁶⁷ TCSRJ, 222-223 apud BDEFRG <http://mauricioabreu.com.br/escrituras>

²⁶⁸ AN, 1ON, 28; AGCRJ, Códice 42-3-55 apud BDEFRG <http://mauricioabreu.com.br/escrituras>

É fundamental destacar que uma escritura de abril de 1613 reúne três dos indivíduos fundamentais para o início da ocupação da região que viria ser décadas depois a freguesia de São Gonçalo de Amarante. O então juiz ordinário Sebastião Lobo Pereira juntamente com sua esposa Isabel dos Rios, venderam terras a Miguel Árias Maldonado num total de mil braças em quadra, na região do rio Guaxindiba²⁶⁹. Nesta mesma escritura, há o relato de que essa propriedade fazia divisa com terras de Diogo Teixeira de Carvalho, sendo que anteriormente esse local havia sido de seu sogro Manoel dos Rios que na qual Manoel comprou de Antônio Gomes Vitória.

Ou seja, além de Miguel Árias Maldonado se relacionar com personagens que também fizeram parte da criação da freguesia em 1647, antes desse processo, ela já convivia cotidianamente com outros nomes importantes, como por exemplo Diogo Teixeira de Carvalho, que na década de 1630 se notabilizou como dono de terras na regiões de em Maricá e Cabo Frio²⁷⁰. Além disso, Diogo também teve contatos comerciais com Fernão Rodrigues Ribeiro, outro líder da formação da freguesia em 1647. Em uma escritura de 1635, ambos finalizam a compra do engenho de Guaxindiba através do pagamento de Fernão Ribeiro a Diogo Teixeira²⁷¹.

Infelizmente, não conseguimos cruzar outras fontes para termos uma análise mais ampla sobre o convívio dessas pessoas, pois nenhum dos batismos que possuímos disponíveis indicam outros contatos entre Miguel Árias Maldonado, Sebastião Lobo Pereira, Isabel dos Rios, Diogo Teixeira de Carvalho e Fernão Rodrigues Ribeiro. Apesar disso, é possível observar que nas primeiras décadas do XVII, esses indivíduos se consolidaram como protagonistas nas ocupações territoriais pela capitania do Rio de Janeiro, expandindo suas áreas de atuações econômicas e sociais em vários lugares.

Em relação a Miguel Árias Maldonado, há um registro de batismo que indica sua relação com Cordula Gomes, sogra de Jerônimo Barbalho Bezerra. Em um batismo de 1647, Adriano, filho de Domingos e Marta, ambos cativos de Cordula, seus padrinhos foram Barnabé e Luiza, escravos de respectivamente, Antônio de Castilho Pinto e Miguel Árias Maldonado²⁷². Embora não tenhamos conseguido cruzar outras fontes para ampliar o foco na análise das relações entre esses núcleos familiares, esse documento indica essa proximidade.

²⁶⁹ AN, 1ON, 28, p. 64v; AGCRJ, Códice 42-3-55, p. 29 apud BDEFRG <http://mauricioabreu.com.br/escrituras>

²⁷⁰ AMSBRJ, Seção 6.2, N° 182, Laxe, p. 269 apud BDEFRG <http://mauricioabreu.com.br/escrituras>

²⁷¹ AN, 1ON, 32, p. 42v; AGCRJ, Códice 42-3-55, p. 95 apud BDEFRG <http://mauricioabreu.com.br/escrituras>

²⁷² ACMN, livros de batismos de escravos da freguesia de São Gonçalo do Amarante, RJ.

CONCLUSÃO

Os estudos bibliográficos, levantamento de fontes e problematização documental, foi possível investigar a formação de relações entre os membros da elite local, encontrando diferentes formas de sociabilidade desses indivíduos, principalmente ao entender que essas pessoas construíram maneiras de convivência no cotidiano local ao longo das décadas de 1640 e 1660.

A pesquisa empírica nos induziu a conclusão que a formação da freguesia, liderada e exigida pela elite local foi motivada pelos objetivos de controle do território, pois os engenhos e produção do açúcar simbolizavam a ocupação definitiva a região pelos principais atores políticos da elite, como por exemplo os capitães Jerônimo Barbalho Bezerra, Álvaro de Matos e Miguel Árias Maldonado.

Seguindo esse ponto, analisamos as redes entorno dos Barbalho Bezerra. Percebemos que os indivíduos que compunham o bando dos Barbalho Bezerra, possuíam amplas relações, tanto nos âmbitos sociais através dos registros de batismos, como na esfera econômica a partir dos registros cartoriais de compra e venda de terras. Por meio dessas fontes, foi possível mapear as redes entre essas elites.

Por fim destacamos que a região da freguesia de São Gonçalo há uma especificidade muito peculiar. As relações existentes entre os membros da nobreza da terra além de construir cotidianamente os laços entre si, também há um reflexo disso no apadrinhamento de seus escravos. Ou seja, ao longo da pesquisa foi possível perceber que, os escravos que batizavam cativos que eram propriedades de outros senhores diferentes dos seus donos, aconteciam basicamente entre os senhores que possuíam laços de convivência. Sendo assim, o cruzamento de fontes foi fundamental para mapear a rotina entre todos os personagens do trabalho, tanto os indivíduos livres quanto os escravos.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de. **Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502-1700) – Volume 1**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2010.

_____. **Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502-1700) – Volume 2**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2010.

AGUIAR, Júlia Ribeiro. **Por entre as frestas das normas: nobreza da terra, elite das senzalas e pardos forros em uma freguesia rural do Rio de Janeiro (São Gonçalo, séculos XVII e XVIII)**. Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

ALVES, Marcelo Inácio de Oliveira. **Senhores de Escravos na Banda D'Além: estratégias de construção do poder senhorial (Freguesia de São Gonçalo do Amarante, Rio de Janeiro, século XVIII)**. Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2014.

BARROS, José D'Assunção. **História Comparada**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

BOXER, Charles. **Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola (1602-1686)**. São Paulo: Ed. Nacional: Ed. da USP, 1973.

BRAGA, Maria Nelma de Carvalho. **São Gonçalo e sua história**. Niterói: Nitpress, 2006.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. **Minas Patriarcal: Família e Sociedade (São João del Rei – séculos XVIII e XIX)**. São Paulo: Annablume, 2007.

BLOCH, Marc. **Para uma história comparada das sociedades europeias**. In: BLOCH, Marc., *História e historiadores*. Lisboa: Teorema, 1998, p. 119-150

CAETANO, Antônio Felipe Pereira. **Entre a sombra e o sol. A Revolta da Cachaça, a freguesia de São Gonçalo de Amarante e a crise política fluminense. Rio de Janeiro 1640-1667**. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2003.

CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Heitor Pérez; **O método comparativo na História**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Heitor Pérez. *Os métodos da História*. Rio de Janeiro: Graal, 1983, p. 409-419

COARACY, Vivaldo. **O Rio de Janeiro no século XVII: raízes e perspectivas**. Rio de Janeiro: Documenta Histórica, 2009.

CURTO, José C. **Vinho verso Cachaça – A luta Luso-Brasileira pelo Comércio do Alcool e de Escravos em Luanda, c. 1648-1703**. In: PANTOJA, Selma e SARAIVA, José Flávio Sombra (orgs.). **Angola e Brasil nas Rotas do Atlântico Sul**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

DEMÉTRIO, Denise Vieira. **A família escrava em Jacutinga, 1686-1721**. In: SOARES, Mariza de Carvalho Soares e BEZERRA, Nielson Rosa (Orgs). *Escravidão Africana no Recôncavo da Guanabara (séculos XVII -XIX)*. Niterói, Editora da FF, 2011. p. 23 – 45

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. **Padrinhos preferenciais e hierarquia social na fronteira sul do Brasil (1816-1845)**. In: FRAGOSO, João e GUEDES, Roberto Guedes (orgs.). *História Social em registros paroquiais: (Sul-Sudeste, séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016. p. 121-14

FRAGOSO, João e GUEDES, Roberto Guedes (orgs.). **História Social em registros paroquiais: (Sul-Sudeste, séculos XVIII e XIX)**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

_____. **Apontamentos para uma metodologia em História Social a partir de assento paroquiais (Rio de Janeiro, séculos XVII e XVIII)**. In: FRAGOSO, João; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de; GUEDES, Roberto. (Org.). *Arquivos paroquiais e história social na América lusa, Séculos XVII e XVIII. Métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental*. 1ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014, p. 21-125.

_____. **A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)**. *Topoi*, Rio de Janeiro, 2000, nº 1, p. 45-122.

_____. **A Nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII**. Algumas notas de pesquisa. *Revista Tempo (UFF)*, Niterói, v. 8, n. 15. 2003.

_____ e MONTEIRO, Nuno Gonçalo. (Orgs.) **Um Reino e suas repúblicas no Atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

_____, GUEDES, Roberto Guedes e SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de (orgs.). **Arquivos Paroquiais e História Social na América Lusa, séculos XVII e XVIII**. Métodos e técnicas na reinvenção de um corpus documental. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

_____, **Efigênia Angola, Francisca Muniz forra parda, seus parceiros e senhores: freguesias rurais do Rio de Janeiro, século XVIII**. Uma contribuição metodológica para a história colonial. *Revista Topoi*, Rio de Janeiro, vol. 11, n. 21 p.74-106.

_____, e SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de (orgs.). **Monarquia Pluricontinental: e a governança da terra no ultramar**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

GUDEMAN, Stephen e SCHWARTZ, Stuart. **Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravo na Bahia no século XVIII**. In: REIS, João José Reis (org). *Escravidão e*

Invenção da Liberdade. Estudos sobre o negro no Brasil. 1988. São Paulo: Brasiliense p. 33 – 59.

GUEDES, Roberto. **Livros paroquiais de batismo, escravidão e qualidades de cor (Santíssimo Sacramento da Sé, Rio de Janeiro, Séculos XVII- XVIII)**. In: FRAGOSO, João; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de; GUEDES, Roberto. (Org.). Arquivos paroquiais e história social na América lusa, Séculos XVII e XVIII. Métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental. 1ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014. p. 127-186.

GRUZINSKI, Serge. **Os mundos misturados da monarquia católica e outras “connected histories”**. Topoi, Rio de Janeiro, p. 175-195, 2001.

GUIÃO FILHO, Homero Guião. **História de São Gonçalo**. Rio de Janeiro: Edição 4, 1979.

KRAUSE, Thiago. **Compadrio e escravidão na Bahia seiscentista**. In: FRAGOSO, João; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de; GUEDES, Roberto. (Org.). Arquivos paroquiais e história social na América lusa, Séculos XVII e XVIII. Métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental. 1ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014, p. 279-299.

LEVI, Giovanni. **A Herança Imaterial**. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MOLINA, Evadyr; SILVA, Salvador Mata e. **São Gonçalo no século XVI**. São Gonçalo: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1995.

_____; _____. **São Gonçalo no século XVII**. São Gonçalo: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1996.

_____; _____. **São Gonçalo no século XVIII**. Niterói: Muiraquitã, 1998.

PALMIER, Luiz. **São Gonçalo Cinquentenário**. História, Geografia, Estatística. Rio de Janeiro: Serviços Gráficos do IBGE, 1940.

REZNIK, Luiz (Org.) **O Intelectual e a Cidade**. Luiz Palmier e a São Gonçalo Moderna. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. **Na encruzilhada do Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650 – c. 1750)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. **Batismos, casamentos e formação de redes: os homens de negócio cariocas nas fontes paroquiais setecentistas**. (orgs.). **Arquivos Paroquiais e História Social na América Lusa, séculos XVII e XVIII**. Métodos e técnicas na reinvenção de um corpus documental. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014. p. 187-208

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **O Rio de Janeiro no século XVI – Vol. I.** Lisboa, Edição Nacional das Comemorações do IV Centenário da Cidade do Rio de Janeiro, 1965.

_____. **O Rio de Janeiro no século XVI – Vol. II.** Lisboa, Edição Nacional das Comemorações do IV Centenário da Cidade do Rio de Janeiro, 1965.

SOARES, Mariza de Carvalho; BEZERRA, Nielson Rosa (orgs.). **Escravidão africana no Recôncavo da Guanabara (séculos XVII-XIX).** Niterói: Editora da UFF, 2011.

TARDOCK, Luciano Campos. **Convicto, negativo e pertinaz:** o caso de João Dique de Souza na São Gonçalo do século XVIII. Curitiba, Editora Prismas, 2015.

TEIXEIRA FILHO, Álvaro. **Roteiro cartográfico da Baía de Guanabara e cidade do Rio de Janeiro:** século XVI e XVII. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1975.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.